Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Após anos de retração econômica, o ano de 2017 apresentou melhoria de indicadores econômicos, como inflação e juros, favorecendo a recuperação gradual do ambiente de consumo, ainda que de forma tímida. Nesse contexto, os resultados da Companhia foram influenciados pelo bom desempenho de lojas próprias e *webstores*, e pela recuperação de vendas do canal multimarcas, a despeito da volatilidade de vendas ao longo dos trimestres. A estratégia baseada na combinação das frentes de Produto e Loja avançou ao longo do ano, com consistência na entrega de coleções e melhora da execução do ponto de venda.

O ano foi também marcado por avanços importantes nos canais de distribuição. No canal multimarcas, a implementação do projeto de segmentação e foco no varejo qualificado, possibilitou à Companhia customizar políticas e incentivos com base nos perfis mapeados, aumentando a produtividade do canal. As *webstores* seguiram como vetor essencial de crescimento para o negócio, com início da implementação do projeto Omnichannel nas modalidades *Pickup in Store* e *Showrooming* em lojas próprias selecionadas com expansão prevista para a totalidade das lojas em 2018 e início do piloto para franquias. Lojas próprias obtiveram crescimento acelerado, favorecidas pelo desempenho base mesmas-lojas, aquisição de novos pontos de vendas e ao resultado das lojas *outlets*. Já no canal franquias, o desempenho manteve-se em linha às vendas *sell out*, também influenciado por redução do número de lojas. O projeto de segmentação para a rede de franquias - Projeto Rede - teve seu estudo finalizado em 2017 e será importante frente de direcionamento para o canal em 2018. O projeto mapeou o modelo econômico e de atendimento, além de identificar novos formatos e oportunidades de expansão para potencializar o modelo de negócios da Companhia nos próximos anos. Adicionalmente, destaca-se o desempenho do mercado externo, com aumento da penetração no canal multimarcas, fortalecendo nossa presença na América Central.

Na frente de lojas, a melhor gestão da operação, favoreceu a redução dos níveis de estoques da rede com aumento de rentabilidade no ano, indicando menor necessidade de venda de itens remarcados em 2018. Destaca-se, também, a implementação da reposição automática para básicos de alto giro com melhora de vendas no critério mesmas lojas para os itens selecionados. Em 2017, implementamos importantes avanços no projeto de reforma de lojas, com maior exposição de produtos e maior flexibilidade para ajustes. Três lojas foram remodeladas neste formato e já apresentam crescimento acelerado em vendas, nos deixando otimistas para as reformas que serão realizadas. A evolução no ciclo de desenvolvimento de produto, com melhor relação de valor para o consumidor (*Value for Money*), contribuiu para a entrega de coleções mais consistentes ao longo do ano. A Companhia lançou os novos básicos, com boa aceitação dos canais e dos consumidores e incluiu no portfólio novas categorias, como sapatos e bijuterias. Visando colocar o consumidor no centro do negócio, a Companhia realizou a Jornada de Consumo, que possibilitou capturar novas oportunidades ao estudar hábitos do consumidor, servindo de base para evoluções no desenvolvimento das coleções.

Atividades relacionadas as nossas marcas também merecem destaque. A marca Hering, que mais uma vez permaneceu entre as 25 Marcas Brasileiras mais Valiosas, segundo pesquisa da Interbrand, promoveu a otimização do seu portfólio de básicos com oferta contínua e consistente, bom desempenho de vendas do estilo masculino, e o moda feminino segue como categoria chave em evolução. A marca contou com investimentos importantes em marketing, com o lançamento da campanha "Basicamente Isso", que reforçou e valorizou a essência da marca. Hering Kids apresentou o melhor resultado da Companhia, com consistência na proposta de valor, bom desempenho em todos os canais e ampliação da presença da marca no digital. PUC, traz sinais de estabilização após ajustes realizados em sua proposta de valor e DZARM. segue consolidando seu posicionamento ao promover ações especiais que reforçam a experiência da marca e interação com suas consumidoras.

No âmbito corporativo, evoluções na estrutura organizacional foram realizadas e darão suporte ao crescimento da Companhia no futuro. A cisão da Diretoria Comercial, e consequente criação da Diretoria de Varejo, tem possibilitado conferir maior foco na gestão das particularidades de cada canal e possibilitará maior velocidade nos projetos em curso.

A despeito da volatilidade em vendas ao longo dos trimestres, nossos resultados permaneceram sólidos. A receita bruta avançou 5,3%, favorecida pelo desempenho de lojas próprias, *webstores* e multimarcas. A margem bruta expandiu 4,7 p.p., atingindo 44,2%, pela melhor gestão de estoques e promoções, além dos ganhos de escala em nosso processo fabril. O Lucro antes dos juros, depreciação, amortização e impostos ("EBITDA"), foi de R$ 260,9 milhões, 25,7% superior a 2016 e o lucro líquido alcançou R$ 263,8 milhões, alta de 32,3%. Finalizamos o ano com baixo endividamento e caixa líquido de R$ 121,5 milhões, alinhado à nossa política conservadora de gestão financeira. Nossos investimentos no ano totalizaram R$ 58,8 milhões e concentraram-se principalmente à indústria e tecnologia da informação. A geração de caixa foi de R$ 140,2 milhões, R$ 69,1 milhões inferior a 2016, em função da maior necessidade de capital de giro em função da retomada das vendas.

Por fim, seguiremos evoluindo em nossas frentes estratégicas de Produto e Loja, sempre com foco no consumidor. Permanecemos confiantes em nossa estratégia e capacidade de criação de valor, a partir de um modelo de negócios diferenciado, marcas fortes, melhores padrões em Governança Corporativa e equipe de gestão coesa.

A Administração

DESEMPENHO DE VENDAS

Receita Bruta - R$ mil	2017	2016	Var. 2017/2016
Receita Bruta Total	**1.841.642**	**1.748.432**	**5,3%**
Mercado Interno	1.791.367	1.706.324	5,0%
Mercado Externo	50.275	42.108	19,4%
Receita Bruta Mercado Interno	**1.791.367**	**1.706.324**	**5,0%**
Hering	1.321.317	1.270.664	4,0%
Hering Kids	243.537	218.233	11,6%
PUC	120.065	118.663	1,2%
DZARM.	71.495	64.603	10,7%
Outras	34.953	34.161	2,3%

Participação Mercado Interno	2017	2016	Var. 2017/2016
Multimarcas	760.191	722.669	5,2%
Franquias	632.470	646.043	(2,1%)
Lojas Próprias	318.952	265.424	20,2%
Webstore	44.801	38.027	17,8%
Total	**1.756.414**	**1.672.163**	**5,0%**
Multimarcas	43,2%	43,2%	0,0 p.p.
Franquias	36,0%	38,6%	-2,6 p.p.
Lojas Próprias	18,2%	15,9%	2,3 p.p.
Webstore	2,6%	2,3%	0,3 p.p.
Total	**100,0%**	**100,0%**	-

A abertura por canal não considera a linha "outras".

As vendas brutas da Companhia apresentaram alta de 5,3% no ano, totalizando R$ 1,8 bilhão, favorecidas pelo crescimento acelerado nas lojas próprias e *webstores* e recuperação das vendas do canal multimarcas. Todas as marcas da Companhia apresentaram crescimento em 2017, reflexo de esforços para melhoria da oferta de produto, com maior consistência na entrega de coleções a partir da coleção Inverno e melhor experiência de loja. Adicionalmente, destaca-se a maior aceitação e penetração de produtos da Companhia em diversos mercados da América do Sul e Central, favorecendo o crescimento das vendas no mercado externo (+19,4%).

Após anos de retração econômica, o ano de 2017 apresentou estabilidade e melhoria de alguns indicadores econômicos, como inflação e juros, favorecendo a recuperação gradual – e de forma ainda tímida – do ambiente de consumo. As vendas para o canal multimarcas, que está mais exposto aos ciclos econômicos do país, apresentaram alta de 5,2% sobre o mesmo período de 2016, totalizando R$ 760,2 milhões, impulsionadas pela maior compra média por cliente. As vendas para franquias atingiram R$ 632,5 milhões, 2,1% inferior a 2016, influenciadas, principalmente, pela redução de 36 lojas nos últimos 12 meses. Vale destacar o alinhamento entre as compras realizadas e as vendas da rede para os consumidores finais, sugerindo maior disciplina do canal na gestão de estoques. As lojas operadas pela Companhia registraram alta de 20,2% nas vendas, totalizando R$ 319,0 milhões, principalmente em razão da (i) adição líquida de 5 lojas no ano, (ii) crescimento das vendas base mesmas lojas (*) e dos *outlets*, associado a melhores práticas em gestão de lojas, com avanços em *Visual Merchandising* e estratégia de abastecimento. As *webstores* mantiveram trajetória de crescimento de vendas de dois dígitos (+17,8%), influenciadas majoritariamente por maior tráfego, evoluções na experiência de navegação do consumidor, com os novos *layouts* de Hering e DZARM., consolidação do *outlet online* (Espaço Hering) e mais recentemente ao início da integração das vendas *online* com as lojas físicas da rede, à qual será aprimorada em 2018.

(*) Referentes a rede Hering Store.

continua...

...continuação

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

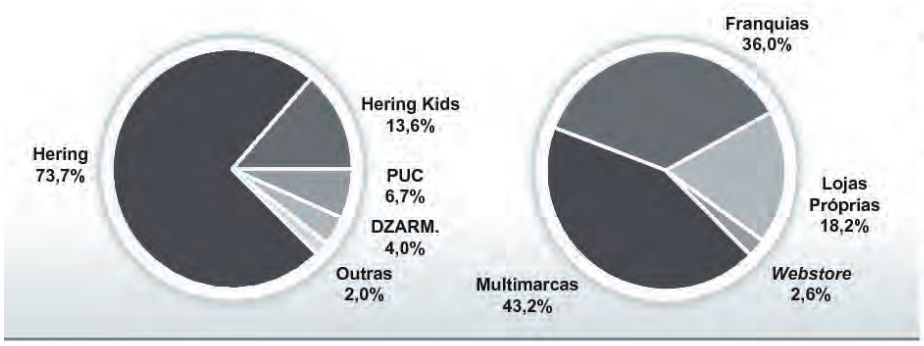
A marca Hering, caracterizada por ampla aceitação em todas as classes sociais e faixas etárias, com posicionamento democrático e boa relação custo x benefício, apresentou alta nas vendas de 4,0%, totalizando R$ 1,3 bilhão. A marca apresentou melhorias consistentes em produto e proposta de valor (*Value for Money*), destacando-se o lançamento dos novos básicos, com boa aceitação dos canais e consumidores, com crescimento superior às demais categorias, e o bom desempenho de artigos masculinos.

Nas marcas infantis, a Companhia seguiu aperfeiçoando sua estratégia combinada ao atuar com duas marcas complementares. Hering Kids, com foco em crianças de todas as classes sociais, com roupas casuais e boa relação custo benefício, apresentou alta de 11,6%, para R$ 243,5 milhões, com desempenho positivo em todos os canais, sustentado por boa oferta de produto, experiência de loja e expansão da rede em 3 lojas no ano. PUC, moda diferenciada, colorida e alegre para crianças de classes A e B, apresentou no ano parcerias de *co-branding* com estilistas e marcas estrangeiras de renome, e suas vendas cresceram 1,2% contabilizando R$ 120,1 milhões, após ajustes em sua rede de distribuição e fechamento líquido de 7 lojas nos últimos 12 meses.

A DZARM., com foco em mulheres urbanas de classes A e B, que buscam expressar seu poder e autoconfiança, apresentou crescimento de 10,7%, com sua rede de lojas estável e inovações no relacionamento com suas consumidoras.

REDE DE DISTRIBUIÇÃO

A Companhia possui um modelo de distribuição multicanal, que possibilita que seus produtos cheguem ao consumidor final através de 805 lojas, 16.859 varejistas multimarcas e 05 *webstores*. Em 2017, as vendas brutas do mercado interno foram distribuídas da seguinte forma:



REDE DE LOJAS

A Companhia encerrou o ano com 805 lojas, das quais 785 no Brasil. No ano foram inauguradas 13 lojas e encerradas outras 44, principalmente da marca Hering. A Hering Kids teve sua rede ampliada em 3 novas lojas enquanto que PUC, em processo de reorganização, encerrou 7 pontos de vendas. A DZARM., que ainda passa por maturação do seu canal de distribuição monomarca, permaneceu com as mesmas lojas que possuía ao final de 2016.

Quantidade de Lojas	2017	2016
Total	**805**	**834**
Brasil	**785**	**816**
Hering Store	**617**	**644**
Própria	64	61
Franquia	553	583
Hering Kids	**109**	**106**
Própria	18	18
Franquia	91	88
PUC	**56**	**63**
Própria	9	7
Franquia	47	56
DZARM.	**3**	**3**
Própria	2	2
Franquia	1	1
Mercado Internacional - Franquias	**20**	**18**

DESEMPENHO DA REDE HERING STORE

As vendas da rede de lojas Hering Store (próprias e franquias) aos consumidores finais (critério *sell out*) retraíram 0,9% no ano, totalizando R$ 1,4 bilhão, influenciadas, principalmente, pelo resultado do canal franquias, que apresentou diminuição de 30 pontos de vendas nos últimos 12 meses e desempenho negativo de vendas base mesmas-lojas ao longo do ano.

Lojas operadas pela Companhia apresentaram crescimento de 21,5% em 2017 influenciadas, principalmente, pela abertura de 03 lojas nos últimos 12 meses, bom desempenho de lojas *outlets* e melhora das vendas base mesmas-lojas. Contribuíram para o resultado do canal, a melhor execução no ponto de venda, com melhor seleção de sortimento e disponibilidade de produtos. Vendas medidas em lojas comparáveis, as quais consideram lojas abertas há pelo menos 13 meses, encolheram 0,7%, com volatilidade em vendas ao longo dos trimestres e alta dispersão entre lojas.

A redução do fluxo de consumidores nas lojas, em todo o país, resultou em menor número de atendimentos realizados e, consequentemente, de peças vendidas. Já o crescimento do preço médio é explicado, em parte, pela melhor qualidade das vendas neste ano, com menor nível de ruptura e melhor gestão de estoques, além de um mix favorável de produtos, influenciado pela venda dos novos básicos com maior valor agregado e preço médio.

Evoluções no processo de abastecimento foram realizadas na rede, com a implementação da reposição automática de itens básicos de alto giro, gerando aumento de vendas no critério mesmas lojas para os itens selecionados e redução de *stockout* na rede. Destacam-se ainda, as melhorias implementadas no projeto de reforma de lojas, com visual mais neutro e feminino, maior exposição de produtos e maior flexibilidade nas lojas.

Desempenho da Rede Hering Store	2017	2016	Var. 2017/2016
Número de Lojas	**617**	**644**	**(4,2%)**
Franquias	553	583	(5,1%)
Próprias	64	61	4,9%
Faturamento da Rede (R$ mil) [1]	**1.423.351**	**1.436.834**	**(0,9%)**
Franquias	1.133.973	1.198.684	(5,4%)
Próprias	289.378	238.150	21,5%
Crescimento *Same Store Sales* [2]	**(0,7%)**	**(8,6%)**	**7,9 p.p.**
Área de Vendas (m²)	86.361	90.248	(4,3%)
Faturamento (R$ por m²)	16.481	15.921	3,5%
Atendimentos	10.562.788	11.846.201	(10,8%)
Peças	22.779.350	24.710.379	(7,8%)
Peças por Atendimento	2,16	2,09	3,3%
Preço Médio (R$)	62,48	58,15	7,5%
Ticket Médio (R$)	134,75	121,29	11,1%

(1) Os valores se referem ao faturamento das lojas para o cliente final (conceito *sell-out*).
(2) Comparado a igual período do ano anterior.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

R$ mil	2017	Part. (%)	2016	Part. (%)	Var. 2017/2016
Receita Bruta de Vendas	**1.841.642**	**117,9%**	**1.748.432**	**118,5%**	**5,3%**
Deduções de Venda	(279.321)	(17,9%)	(273.295)	(18,5%)	2,2%
Deduções de Venda Impostos	(365.171)	(23,4%)	(362.390)	(24,6%)	0,8%
Ajuste a Valor Presente	(46.787)	(3,0%)	(42.323)	(2,9%)	10,5%
Deduções de Venda Incentivos	132.637	8,5%	131.418	8,9%	0,9%
Receita Líquida de Vendas	**1.562.321**	**100,0%**	**1.475.137**	**100,0%**	**5,9%**
Total CPV - Sem Depreciação e Amortização	(843.768)	(54,0%)	(865.031)	(58,6%)	(2,5%)
Custo dos Produtos Vendidos	(876.567)	(56,1%)	(903.324)	(61,2%)	(3,0%)
Ajuste a Valor Presente	15.135	1,0%	24.878	1,7%	(39,2%)
Subvenção para Custeio	17.664	1,1%	13.415	0,9%	31,7%

continua...

...continuação

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

R$ mil	2017	Part. (%)	2016	Part. (%)	Var. 2017/2016
Lucro Bruto Caixa	**718.553**	**46,0%**	**610.106**	**41,4%**	**17,8%**
Depreciação e Amortização	(28.505)	(1,8%)	(28.080)	(1,9%)	1,5%
Lucro Bruto	**690.048**	**44,2%**	**582.026**	**39,5%**	**18,6%**
Despesas Operacionais	**(490.300)**	**(31,4%)**	**(431.104)**	**(29,2%)**	**13,7%**
Vendas	(350.425)	(22,4%)	(325.344)	(22,1%)	7,7%
Empresa	(233.896)	(15,0%)	(226.734)	(15,4%)	3,2%
Fixa	(130.668)	(8,4%)	(121.660)	(8,2%)	7,4%
Variável	(103.228)	(6,6%)	(105.074)	(7,1%)	(1,8%)
Lojas	(116.529)	(7,5%)	(98.610)	(6,7%)	18,2%
Gerais, Administrativas e Rem. dos Administradores	(60.512)	(3,9%)	(53.685)	(3,6%)	12,7%
Depreciação e Amortização	(32.684)	(2,1%)	(28.567)	(1,9%)	14,4%
Participação nos Resultados	(25.168)	(1,6%)	-	N.D.	N.D.
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(21.511)	(1,4%)	(23.508)	(1,6%)	(8,5%)
Lucro Antes das Financeiras	**199.748**	**12,8%**	**150.922**	**10,2%**	**32,4%**
Receitas financeiras	107.793	6,9%	90.967	6,2%	18,5%
Despesas financeiras	(28.684)	(1,8%)	(44.289)	(3,0%)	(35,2%)
Total resultado financeiro	**79.109**	**5,1%**	**46.678**	**3,2%**	**69,5%**
Lucro Operacional	**278.857**	**17,8%**	**197.600**	**13,4%**	**41,1%**
Impostos Correntes - CSLL e IRPJ	(19.090)	(1,2%)	1.766	0,1%	N.D.
Impostos Diferidos - CSLL e IRPJ	4.014	0,3%	51	-	7.770,6%
Lucro Líquido	**263.781**	**16,9%**	**199.417**	**13,5%**	**32,3%**
Atribuível aos acionistas controladores	263.781	16,9%	199.417	13,5%	32,3%
Lucro básico por ação - R$					
Atribuível aos acionistas controladores	1,6372		1,2396		32,1%
EBITDA	**260.937**	**16,7%**	**207.569**	**14,1%**	**25,7%**

EBITDA E MARGEM EBITDA

O lucro operacional antes de juros, depreciação, amortização e impostos ('EBITDA') alcançou R$ 260,9 milhões, alta de 25,7% em 2017, enquanto que a margem EBITDA atingiu 16,7%, ganho de 2,6 p.p. O aumento foi influenciado pelo crescimento de 5,3% nas vendas brutas, além do ganho de 4,7 p.p. na margem bruta, em razão de: (i) menor volume de peças vendidas de coleções anteriores, resultado da melhoria da qualidade dos estoques da Companhia ao longo do ano; (ii) controle de custos e alavancagem operacional; e (iii) pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e Cofins, após decisão do STF, a qual gerou economias da ordem de R$ 15,4 milhões no ano.

As despesas operacionais cresceram 13,7%, influenciadas pelo provisionamento de R$ 25,2 milhões para pagamento de participação nos resultados, o qual não ocorreu em 2016.

As despesas de vendas cresceram 7,7% em razão de (i) aumento das despesas com lojas principalmente pela adição líquida de 5 lojas próprias; (ii) maiores despesas com propaganda e marketing, notadamente na marca Hering com o lançamento da campanha 'Basicamente Isso'. Já as despesas gerais, administrativas e remuneração dos administradores apresentaram alta de 12,7% essencialmente em razão de execução de projetos estratégicos e relacionados à tecnologia.

A queda nas 'Outras Receitas e Despesas Operacionais', ocorreu essencialmente devido ao reconhecimento de ganho de R$ 8,1 milhões proveniente de ação judicial relativa a Empréstimo Compulsório efetuado à Eletrobrás nas décadas de 80 e 90.

Reconciliação EBITDA - R$ mil	2017	2016	Var. 2017/2016
Lucro Líquido	**263.781**	**199.417**	**32,3%**
(+) IR e CSLL	15.076	(1.817)	N.D.
(–) Receita Financeira Líquida	(79.109)	(46.678)	69,5%
(+) Depreciações e Amortizações	61.189	56.647	8,0%
(=) EBITDA	**260.937**	**207.569**	**25,7%**
Margem EBITDA	**16,7%**	**14,1%**	**2,6 p.p.**

LUCRO LÍQUIDO E MARGEM LÍQUIDA

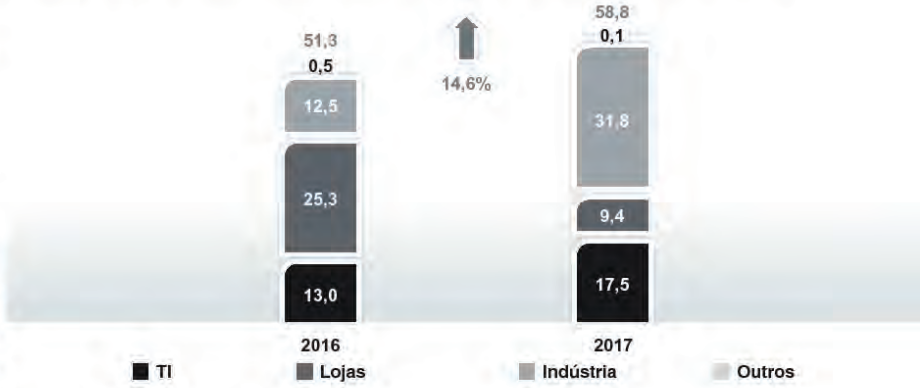
O lucro líquido da Companhia apresentou aumento de 32,3%, atingindo R$ 263,8 milhões, com ganho de 3,4 p.p. na margem líquida, principalmente em razão de:

- Crescimento do resultado operacional, conforme detalhado na seção anterior;
- Receita financeira líquida de R$ 79,1 milhões, 69,5% superior ao mesmo período do ano anterior, impactada pela receita financeira de R$ 22,7 milhões de ação judicial relativa a Empréstimo Compulsório efetuado a Eletrobrás nas décadas de 80 e 90. Sem este efeito, o resultado financeiro haveria sido R$ 56,4 milhões, 20,9% superior a 2016.
- Elevação da taxa efetiva de IR&CS quando comparada a de 2016, para 5,4%, decorrente do maior lucro operacional (antes dos tributos sobre o lucro) em 2017.

INVESTIMENTOS

Os investimentos totalizaram R$ 58,8 milhões em 2017, distribuídos conforme a seguir:

- Para instalações fabris foram destinados R$ 31,8 milhões, aumento de 54% vs 2016, com destaque à implementação de sistema automatizado de encaixotamento e distribuição de caixas ('*sorter*') no Centro de Distribuição de Anápolis/GO;
- Investimentos em tecnologia somaram R$ 17,5 milhões, 35% superior ao mesmo período de 2016, destinados a evolução e novos sistemas de suporte ao negócio e à construção da plataforma do modelo de comercialização *omnichannel*;
- Lojas consumiram R$ 9,4 milhões, 63% inferior ao mesmo período do ano anterior, majoritariamente em razão do Plano de Reforma de Lojas realizado em 2016 que exigiu investimentos adicionais naquele ano. Em 2017, os investimentos em lojas foram destinados à inauguração de 5 lojas e aquisição e reformas de alguns pontos de vendas.



GERAÇÃO DE CAIXA

Em 2017, a Cia. Hering apresentou geração de R$ 140,2 milhões de caixa livre, R$ 69,1 milhões inferior à geração de 2016, em função da maior necessidade de capital de giro, notadamente em fornecedores e estoques, além da retomada do crescimento de vendas.

DFC Gerencial - Consolidado (R$ mil)	2017	2016	Var.
EBITDA	**260.937**	**207.569**	**53.368**
Itens Não caixa	18.757	21.176	(2.419)
AVP Clientes e Fornecedores	28.654	20.326	8.328
IR&CS Corrente	(19.090)	1.766	(20.856)
Investimento em Capital de Giro	**(90.188)**	**9.847**	**(100.035)**
(Aumento) redução em contas a receber de clientes	(21.835)	29.688	(51.523)
(Aumento) redução nos estoques	(38.888)	4.020	(42.908)
Aumento (redução) em fornecedores	(44.862)	21.081	(65.943)
Aumento (redução) em obrigações tributárias	1.412	(14.707)	16.119
Plano de Reforma - Financiamento	10.148	(14.665)	24.813
Outros	3.837	(15.570)	19.407
CapEx	**(58.848)**	**(51.314)**	**(7.534)**
Geração de Caixa Livre	**140.222**	**209.370**	**(69.148)**

continua...

...continuação

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Conciliação DFC Gerencial e Contábil (R$ mil)	2017	2016	Var.
DFC - Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais (contábil)	**250.999**	**287.746**	**(36.747)**
Ajuste - Itens Financeiros alocados ao caixa operacional	**(51.929)**	**(27.062)**	**(24.867)**
Variações monetária, cambial e juros não realizados	(2.994)	(804)	(2.190)
Resultado Financeiro	(79.109)	(46.678)	(32.431)
AVP Clientes e Fornecedores	28.654	20.326	8.328
Juros pagos por empréstimos	1.520	94	1.426
DFC - Caixa líquido gerado pelas atividades de Investimento	**(58.848)**	**(51.314)**	**(7.534)**
Geração de Caixa Livre	**140.222**	**209.370**	**(69.148)**

(*) O DFC Gerencial não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS. As informações acima são preparadas para gerenciamento da Companhia e não foram objeto de exame por parte dos auditores independentes.

(**) As provisões nas contas de Capital de Giro desta DFC foram reportadas na linha Itens Não Caixa, e que explica a diferença entre o saldo efetivo de balanço.

ENDIVIDAMENTO

Por mais um ano a Cia. Hering encerra o exercício fiscal com caixa líquido, alinhado à política conservadora de gestão financeira. Ao final de 2017, o saldo em caixa e aplicação financeiras totalizou R$ 148,8 milhões e caixa líquido de R$ 121,5 milhões.

Endividamento - R$ mil	2017	Part. (%)	2016	Part. (%)
Curto Prazo	(27.293)	100%	(2.123)	8%
Longo Prazo	-	0%	(25.612)	92%
Total da Dívida	**(27.293)**	**100%**	**(27.735)**	**100%**
(–) Caixa e Equivalentes de Caixa	148.801		204.755	
(=) Caixa Líquido	**121.508**		**177.020**	

REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Os proventos já pagos relativos ao exercício de 2017 totalizaram R$ 185,0 milhões, conforme detalhado abaixo:

- Em Reunião do Conselho de Administração de 31/05/2017 foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio no valor total de R$ 43,0 milhões (R$ 0,2666 por ação) com base na posição acionária de 07/06/2017. O pagamento foi realizado em 28/06/2017.
- Em Reunião do Conselho de Administração de 01/08/2017 aprovada a distribuição de dividendos no valor total de R$ 50,0 milhões (R$ 0,3100 por ação) com base na posição acionária de 08/08/2017. O pagamento foi realizado em 17/08/2017.
- Em Reunião do Conselho de Administração de 30/08/2017 foi aprovada a distribuição de dividendos no valor total de R$ 50,0 milhões (R$ 0,3089 por ação) com base na posição acionária de 06/09/2017. O pagamento foi realizado em 25/10/2017.
- Em Reunião do Conselho de Administração de 22/11/2017 foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio no valor total de R$ 42,0 milhões (R$ 0,2595 por ação), com base na posição acionária de 29/11/2017. O pagamento foi realizado em 13/12/2017.

Distribuição de Proventos	R$ milhões	R$ por ação (1)	Aprovado em	Data base	Pago em
Juros Sobre o Capital Próprio	43,0	0,2666	31/05/2017	07/06/2017	28/06/2017
Dividendos	50,0	0,3100	01/08/2017	08/08/2017	17/08/2017
Dividendos	50,0	0,3089	30/08/2017	06/09/2017	25/10/2017
Juros Sobre o Capital Próprio	42,0	0,2595	22/11/2017	29/11/2017	13/12/2017
= Proventos já pagos	**185,0**	**1,1450**	**-**	**-**	**-**
Lucro líquido do exercício - controladora	263,8				
Payout ratio	**70,1%**				

(1) Valor por ação líquido das ações em tesouraria quando aplicável.

PROGRAMA DE RECOMPRA

Não houve recompra de ações relativas ao programa aprovado em reunião realizada em 01/08/2017, que autoriza aquisição de até 5 milhões de ações, correspondentes a 4,02% do total de ações em circulação (*free float*) com vigência até 01/02/2019.

RECONHECIMENTOS

Em 2017, a Cia. Hering recebeu importantes premiações que refletem o reconhecimento do mercado à sua atuação, dentre elas:

- As 100 Empresas de Melhor Reputação no País (Reputation Institute)
- As Melhores Empresas em Indicador de Desenvolvimento Humano e Organizacional - IDHO (Gestão RH)
- 500 Maiores do Sul na categoria têxtil e confecções (Grupo Amanhã em parceria com PwC)
- Empresas que mais Respeitam o Consumidor (Revista Consumidor Moderno)
- Estadão Melhores Serviços (Estadão)
- Selo de Excelência em Franchising 2017 (ABF)
- Marcas Mais Valiosas do Brasil (Interbrand)
- Melhores e Maiores (Exame)
- Melhores Empresas em Cidadania Corporativa (Revista Gestão RH)
- Top 25 Franqueadores Brasileiras (Grupo Bittencourt)

COLABORADORES

Ao longo de 2017 aprimoramos nossas ações de gestão de pessoas, viabilizando maior foco em nossos negócios através de uma estrutura centrada na gestão de marcas, de maneira a aprimorar nossas competências para sustentar nosso crescimento futuro. A Companhia finalizou o ano com 7.014 colaboradores.

ORÇAMENTO DE CAPITAL PROPOSTO PELA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia apresenta na tabela abaixo, o orçamento de capital para o exercício de 2018, em atendimento à Instrução Normativa 480/09, publicada pela CVM em 07 de dezembro de 2009.

Orçamento de Capital - 2018

Investimentos	R$ mil
Lojas	16.300
Industrial	15.500
Logística	4.670
Tecnologia da Informação	16.769
Outros	404
Total Geral	**53.643**
Fontes Próprias (Geração de caixa da operação)	**53.643**

AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Cia. Hering junto aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está suportada nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais ou ainda advogar por seu cliente. Durante o exercício de 31 de dezembro de 2017, os auditores independentes da Companhia não foram contratados para outros serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras do exercício.

ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado), obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no Estatuto, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

continua...

...continuação

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Notas**	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	147.883	201.988	148.821	204.755
Contas a receber de clientes	7	455.029	448.835	455.326	449.173
Estoques	9	349.535	308.086	349.535	308.086
Impostos a recuperar	10	51.599	25.352	51.604	25.358
Outras contas a receber	8	12.739	18.926	12.739	18.926
Instrumentos financeiros derivativos	23	545	-	545	-
Bens destinados à venda		-	6.858	-	6.858
Despesas antecipadas		1.120	1.678	1.120	1.678
		1.018.450	**1.011.723**	**1.019.690**	**1.014.834**
Não circulante					
Aplicações financeiras restritas	6	5.237	4.824	5.237	4.824
Impostos a recuperar	10	10.485	24.631	10.485	24.631
Impostos diferidos	11	46.249	42.680	46.249	42.680
Contas a receber de clientes	7	7.399	4.078	7.399	4.078
Outras contas a receber	8	15.913	11.296	15.913	11.296
Empréstimo compulsório	12	2.614	-	2.614	-
Investimentos empresas controladas	13	2.745	2.702	-	-
Imobilizado	14	315.452	310.353	315.452	310.353
Intangível	15	115.121	115.995	115.121	115.995
		521.215	**516.559**	**518.470**	**513.857**
		1.539.665	**1.528.282**	**1.538.160**	**1.528.691**

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Notas**	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	27.293	2.123	27.293	2.123
Fornecedores		127.172	172.034	127.172	172.034
Salários e encargos sociais	17	40.314	44.733	40.315	44.733
Parcelamentos tributários e previdenciários		959	987	959	987
Imposto de renda e contribuição social a pagar		7	3	83	91
Obrigações tributárias	18	24.167	20.526	24.196	20.557
Provisões para contingências	20	2.450	2000	2.450	2000
Outras provisões	20	52.962	24.865	52.962	24.865
Obrigações por incentivos fiscais	19	1.554	1.501	1.554	1.501
Dividendos e juros de capital próprio a pagar	24.e	740	627	740	627
Partes relacionadas	21	1.707	1.548	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	23	-	1.525	-	1.525
Outras contas a pagar		8.619	2.378	8.622	4.109
		287.944	**274.850**	**286.346**	**275.152**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	-	25.612	-	25.612
Parcelamentos tributários e previdenciários		2.505	3.339	2.505	3.339
Provisões para contingências	20	14.194	10.908	14.194	10.908
Outras provisões	20	104	1.983	104	1.983
Benefícios a empregados	22	1.387	154	1.387	154
Obrigações por incentivos fiscais	19	619	2.029	619	2.029
Outras contas a pagar		-	-	93	107
		18.809	**44.025**	**18.902**	**44.132**
Patrimônio líquido	24				
Capital social		369.618	359.424	369.618	359.424
Reserva de capital		30.815	26.085	30.815	26.085
Ações em tesouraria		-	(4.614)	-	(4.614)
Reservas de lucros		825.458	822.864	825.458	822.864
Ajuste de avaliação patrimonial		7.021	5.648	7.021	5.648
Atribuído aos acionistas controladores		**1.232.912**	**1.209.407**	**1.232.912**	**1.209.407**
		1.539.665	**1.528.282**	**1.538.160**	**1.528.691**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Receita operacional líquida	28	**1.558.752**	**1.471.249**	**1.562.321**	**1.475.137**
Custo dos produtos vendidos	29	(872.273)	(893.111)	(872.273)	(893.111)
Lucro bruto		**686.479**	**578.138**	**690.048**	**582.026**
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas	30	(350.425)	(325.344)	(350.425)	(325.344)
Administrativas e gerais	31	(51.131)	(44.572)	(51.174)	(44.601)
Honorários da administração	21	(9.308)	(9.041)	(9.338)	(9.084)
Depreciação e amortização		(32.683)	(28.567)	(32.684)	(28.567)
Participação nos resultados	26	(25.168)	-	(25.168)	-
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	32	(20.663)	(23.067)	(21.511)	(23.508)
Lucro operacional antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		**197.101**	**147.547**	**199.748**	**150.922**
Receitas financeiras	33	107.711	90.911	107.793	90.967
Despesas financeiras	33	(28.640)	(43.926)	(28.684)	(44.289)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		**79.071**	**46.985**	**79.109**	**46.678**
Equivalência patrimonial	13	2.291	2.644	-	-
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		**278.463**	**197.176**	**278.857**	**197.600**
Imposto de renda e contribuição social correntes	34	(18.696)	2.190	(19.090)	1.766
Imposto de renda e contribuição social diferidos	34	4.014	51	4.014	51
Lucro líquido do exercício		**263.781**	**199.417**	**263.781**	**199.417**
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		263.781	199.417	263.781	199.417
Lucro por ação atribuível aos acionistas controladores - R$					
Básico	35			1,6372	1,2396
Diluído	35			1,6033	1,2099

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...

...continuação

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

DEMONSTRAÇÕES DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2017	2016	2017	2016
Lucro líquido do exercício		**263.781**	**199.417**	**263.781**	**199.417**
Outros resultados abrangentes					
Itens que não serão reclassificados para o resultado:					
Benefícios a empregados - plano de previdência privada, líquido de tributos	22	(747)	(46)	(747)	(46)
Benefícios a empregados - plano de saúde, líquido de tributos	22	-	(57)	-	(57)
		(747)	**(103)**	**(747)**	**(103)**
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:					
Valor justo de instrumento financeiro de *hedge* de fluxo de caixa, líquido de tributos	23	-	(5.702)	-	(5.702)
		-	**(5.702)**	**-**	**(5.702)**
Resultado abrangente do exercício		**263.034**	**193.612**	**263.034**	**193.612**
Total do resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas controladores		**263.034**	**193.612**	**263.034**	**193.612**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais)

	Controladora e Consolidado									
			Reservas de lucros						Ajuste de avaliação patrimonial	
	Capital social	Reserva de capital	Incentivos fiscais	Legal	Retenção de lucros	Ações em tesouraria	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**346.368**	**20.569**	**424.298**	**28.302**	**344.179**	**(41.323)**	**39.994**	**-**	**11.577**	**1.173.964**
Ajuste atuarial benefícios a empregados - plano de previdência privada e saúde (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	-	-	(103)	(103)
Transferência dos ganhos e perdas atuariais (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	-	(103)	103	-
Plano de remuneração por ações (nota explicativa 27)	-	5.516	-	-	-	-	-	-	-	5.516
Ações em tesouraria canceladas	-	-	-	-	(36.323)	36.323	-	-	-	-
Ações em tesouraria vendidas	-	-	-	-	(10)	386	-	-	-	376
Correção monetária imobilizado - realização	-	-	-	-	-	-	-	227	(227)	-
Ajuste instrumentos financeiros encerrados - *hedge accounting*	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.092)	(4.092)
Ajuste instrumentos financeiros em aberto - *hedge accounting*	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.610)	(1.610)
Dividendos adicionais propostos 2015 pagos 2016	-	-	-	-	-	-	(39.994)	-	-	(39.994)
Aumento de capital com reserva de retenção de lucros	13.056	-	-	-	(13.056)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	199.417	-	199.417
Destinações:										
Reserva legal (nota explicativa 24.d)	-	-	-	9.971	-	-	-	(9.971)	-	-
Reserva de incentivos fiscais (nota explicativa 24.d)	-	-	130.226	-	-	-	-	(130.226)	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio (notas explicativas 24.e e 25)	-	-	-	-	-	-	-	(124.067)	-	(124.067)
Utilização de reserva de retenção de lucros para pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(64.723)	-	-	64.723	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**359.424**	**26.085**	**554.524**	**38.273**	**230.067**	**(4.614)**	**-**	**-**	**5.648**	**1.209.407**
Ajuste atuarial benefícios a empregados - plano de previdência privada e saúde (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	-	-	(747)	(747)
Transferência dos ganhos e perdas atuariais (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	-	(747)	747	-
Plano de remuneração por ações (nota explicativa 27)	-	4.730	-	-	-	-	-	-	-	4.730
Ações em tesouraria vendidas	-	-	-	-	575	4.614	-	-	-	5.189
Correção monetária imobilizado - realização	-	-	-	-	-	-	-	237	(237)	-
Ajuste instrumentos financeiros encerrados - *hedge accounting*	-	-	-	-	-	-	-	-	1.610	1.610
Dividendos adicionais propostos 2016 pagos 2017 com reserva de retenção de lucros (nota explicativa 24.e)	-	-	-	-	(74.998)	-	-	-	-	(74.998)
Aumento de capital com reserva de incentivos fiscais (nota explicativa 24.d)	1.269	-	(1.269)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital pelo exercício de *stock options* (nota explicativa 24.a)	8.925	-	-	-	-	-	-	-	-	8.925
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	263.781	-	263.781
Destinações:										
Reserva legal (nota explicativa 24.d)	-	-	-	13.189	-	-	-	(13.189)	-	-
Reserva de incentivos fiscais (nota explicativa 24.d)	-	-	150.378	-	-	-	-	(150.378)	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio (notas explicativas 24.e e 25)	-	-	-	-	-	-	-	(184.985)	-	(184.985)
Utilização de reserva de retenção de lucros para pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(85.281)	-	-	85.281	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**369.618**	**30.815**	**703.633**	**51.462**	**70.363**	**-**	**-**	**-**	**7.021**	**1.232.912**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...

...continuação

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		**263.781**	**199.417**	**263.781**	**199.417**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	34	(4.014)	(51)	(4.014)	(51)
Variações monetária, cambial e juros não realizados		3.154	566	2.994	804
Depreciação e amortização		61.189	56.647	61.189	56.647
Provisão créditos liquidação duvidosa		12.361	11.922	12.361	11.922
Baixa de ativos imobilizados e intangíveis	14	292	438	292	438
Plano de opção de compra de ações	27	4.730	5.516	4.730	5.516
Provisão para ajuste a valor de realização estoques	9	(2.561)	6.237	(2.561)	6.237
Provisão para contingências	20	6.446	4.579	6.446	4.579
Benefícios a empregados	22	103	(14.374)	103	(14.374)
Empréstimo compulsório	12	(2.614)	-	(2.614)	-
Equivalência patrimonial	13	(2.291)	(2.644)	-	-
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		(21.876)	29.669	(21.835)	29.688
Redução nos estoques		(38.888)	4.020	(38.888)	4.020
Impostos a recuperar		(12.101)	(2.833)	(12.100)	(2.835)
Outros ativos		1.583	(9.468)	1.583	(9.468)
Fornecedores		(44.862)	21.081	(44.862)	21.081
Contas a pagar e provisões		26.241	(10.696)	24.502	(11.074)
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos		11.175	4.836	11.428	5.198
IRPJ e CSLL pagos		(11.171)	(4.833)	(11.436)	(5.188)
Obrigações tributárias		1.423	(14.715)	1.420	(14.717)
Dividendos recebidos	13	2.248	3.527	-	-
Juros pagos por empréstimos		(1.520)	(94)	(1.520)	(94)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**252.828**	**288.747**	**250.999**	**287.746**
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aquisições de ativo imobilizado	14	(40.197)	(31.964)	(40.197)	(31.964)
Aquisições de ativo intangível	15	(18.651)	(19.350)	(18.651)	(19.350)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		**(58.848)**	**(51.314)**	**(58.848)**	**(51.314)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Aumento de capital	24.a	8.925	-	8.925	-
Aplicações financeiras		(413)	(1.830)	(413)	(1.830)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	24.e	(259.870)	(164.033)	(259.870)	(164.033)
Empréstimos tomados		-	27.025	-	27.025
Pagamentos de empréstimos		(1.916)	(1.308)	(1.916)	(1.308)
Alienação de ações em tesouraria, pelo exercício de opção de compra	24.b	5.189	376	5.189	376
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		**(248.085)**	**(139.770)**	**(248.085)**	**(139.770)**
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		**(54.105)**	**97.663**	**(55.934)**	**96.662**
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa					
No início do período		201.988	104.325	204.755	108.093
No fim do período		147.883	201.988	148.821	204.755
		(54.105)	**97.663**	**(55.934)**	**96.662**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Receitas				
Vendas de mercadoria (receita bruta)	1.837.859	1.744.311	1.841.642	1.748.432
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.361)	(11.922)	(12.361)	(11.922)
	1.825.498	**1.732.389**	**1.829.281**	**1.736.510**
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Matérias-primas consumidas	(308.056)	(341.217)	(308.276)	(341.446)
Custos das mercadorias vendidas	(250.766)	(230.033)	(250.766)	(230.033)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(484.235)	(478.348)	(485.157)	(478.860)
	(1.043.057)	**(1.049.598)**	**(1.044.199)**	**(1.050.339)**
Retenções				
Depreciação e amortização	(61.189)	(56.647)	(61.189)	(56.647)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	**721.252**	**626.144**	**723.893**	**629.524**
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	2.291	2.644	-	-
Receitas financeiras	107.711	90.911	107.793	90.967
Aluguéis	242	356	242	356
	110.244	**93.911**	**108.035**	**91.323**
Valor adicionado total a distribuir	**831.496**	**720.055**	**831.928**	**720.847**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	230.476	203.143	230.476	203.143
Benefícios	25.153	24.724	25.153	24.724
F.G.T.S.	16.008	15.459	16.008	15.459
	271.637	**243.326**	**271.637**	**243.326**
Tributos				
Federais	172.918	162.812	173.312	163.236
Estaduais	42.564	27.853	42.564	27.853
Municipais	2.025	1.878	2.025	1.878
	217.507	**192.543**	**217.901**	**192.967**
Remuneração do capital de terceiros				
Juros	3.071	755	3.071	755
Aluguéis	52.258	45.436	52.258	45.436
Outros	23.242	38.578	23.280	38.946
	78.571	**84.769**	**78.609**	**85.137**
Remuneração de capitais próprios				
Juros sobre capital próprio	84.995	84.082	84.995	84.082
Dividendos	99.990	39.985	99.990	39.985
Lucros retidos	78.796	75.350	78.796	75.350
	263.781	**199.417**	**263.781**	**199.417**
Valor adicionado total distribuído	**831.496**	**720.055**	**831.928**	**720.847**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cia. Hering com sede em Blumenau, Santa Catarina, e unidades de produção nos Estados de Santa Catarina, Goiás e Rio Grande do Norte, foi fundada em 1880 e tem como atividade preponderante a fabricação e comercialização de produtos da indústria de fiação, tecelagem e malharia e confecção de produtos têxteis em geral. As ações da Companhia são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), sob o código HGTX3.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

(a) Declaração de conformidade - As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais do Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As Demonstrações Financeiras apresentam-se em milhares de Reais e foram aprovadas pela Diretoria em 16 de fevereiro de 2018. Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. **(b) Base de mensuração -** As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando as notas explicativas indicarem o contrário. **(c) Moeda funcional e moeda de apresentação -** As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as Demonstrações Financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo. **(d) Uso de estimativas e julgamentos -** A preparação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e BRGAAP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

continua...

...continuação

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras, são:

Nota 11 - Realização de imposto de renda diferido
Nota 14 - Vida útil dos ativos imobilizados
Nota 20 - Provisão para riscos e outras provisões
Nota 22 - Benefícios a empregados
Nota 23 - Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros
Nota 27 - Mensuração do plano baseado em ações
Nota 36 - Classificação e contabilização de acordos contendo arrendamento mercantil

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

(a) Base de consolidação - As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem as Demonstrações Financeiras da Cia. Hering e suas controladas a seguir relacionadas:

		Participação (%)	
	País	2017	2016
HRG Comércio do Vestuário e Intermediação de Serviços Financeiros Ltda.	Brasil	99,99	99,99
Hering Internacional SAFI	Uruguai	100,00	100,00

As Demonstrações Financeiras de controladas são incluídas nas Demonstrações Financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos pelo CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes:

- A Companhia inclui em sua consolidação todas as sociedades controladas nas quais a controladora, direta ou indireta, possui influência significativa que assegurem aos seus acionistas de modo permanente e preponderante o poder de eleger a maioria dos administradores.
- Todos os saldos intragrupo, receitas, despesas, ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.
- Eliminação das parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoques ou do ativo não circulante que corresponderem a resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades.
- Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio.

(b) Moeda estrangeira - As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças registradas na demonstração do resultado. **(c) Instrumentos financeiros - (i) Ativos financeiros não derivativos -** A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: **Investimentos mantidos até o vencimento -** Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, reduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Eventual venda ou reclassificação de um valor maior que irrisório de investimentos mantidos até o vencimento que não estejam próximos de seu vencimento poderia resultar na reclassificação de todos os investimentos mantidos até o vencimento como disponíveis para venda e impedir a Companhia de classificar títulos de investimentos como os mantidos até o vencimento para o exercício corrente e os próximos dois exercícios financeiros. **Empréstimos e recebíveis -** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, reduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata. **(ii) Passivos financeiros não derivativos -** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. **(iii) Instrumentos financeiros derivativos -** A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de "*hedge accounting*", nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *hedge*. A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* para risco nas variações das taxas de câmbio em compromissos firmes, como *hedge* de fluxo de caixa. No início da relação de *hedge*, para a adoção do "*Hedge Accounting*", a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*. A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas relacionadas à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro. Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no exercício em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. Entretanto, quando uma transação prevista objeto de *hedge* resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos e as perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são transferidos para a mensuração inicial do custo desse ativo ou passivo. A contabilização de "*Hedge Accounting*" é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado. Os derivativos não designados como instrumentos de *hedge* são classificados como ativo ou passivo de acordo com fluxo de vencimento. A nota explicativa 23 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos. **(d) Caixa e equivalentes de caixa -** Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos a contar da data da contratação da operação. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **(e) Contas a receber de clientes -** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente (nota explicativa 7). A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. **(f) Estoques -** São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao custo de reposição e ao valor líquido de realização, quando aplicável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção, baseados na ocupação normal da capacidade produtiva. As provisões de estoques para realização (redução a valor de mercado) e para estoques de baixo giro e/ou obsoletos são constituídas sempre que identificados. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **(g) Imobilizado - (i) Reconhecimento e mensuração -** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando existentes. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **(ii) Depreciação -** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente foram calculadas utilizando a média ponderada da vida útil dos bens de cada grupo, e estão demonstradas abaixo:

Descrição	Vida útil média (em anos)
Edifícios e benfeitorias	31,62
Instalações e equipamentos de produção	9,34
Móveis e utensílios	6,30
Bens de informática	4,81
Veículos	4,48
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8,04

continua...

...continuação

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja necessário. Não houve alterações relevantes nas vidas úteis revisadas em 2017. **(iii) Custos subsequentes -** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(h) Ativo intangível - (i) Reconhecimento e mensuração -** A Companhia possui marcas e patentes, fundo de comércio e *software* reconhecidos como ativos intangíveis. O valor de marcas e patentes refere-se ao registro das marcas da Companhia junto às entidades nacionais e internacionais competentes, os quais são amortizados segundo o prazo de validade dos registros. O fundo de comércio, refere-se ao registro dos pontos comerciais das lojas próprias os quais são amortizados pelo tempo de vigência dos contratos. O valor de *software*, refere-se aos *softwares* adquiridos de terceiros e gerados internamente que são amortizados pela vida útil definida em laudo de avaliação. Todos possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. **(ii) Amortização -** Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Descrição	Vida útil média (em anos)
Marcas e patentes	10,00
Fundo de comércio	4,98
Software	8,65

Os métodos de amortização as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja necessário. Não houve alterações relevantes nas vidas úteis revisadas em 2017. **(iii) Gastos subsequentes -** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(i) Redução ao valor recuperável (*impairment*) - (i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis) -** Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e, que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência. A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **(ii) Ativos não financeiros -** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros. **(j) Arrendamento mercantil - (i) Determinando quando um contrato contém um arrendamento -** No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento. No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo, subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia. **(ii) Ativos arrendados -** A Companhia possui contratos de aluguel de lojas, onde atua como arrendatária. A Companhia avaliou esses contratos e os classificou como arrendamento mercantil operacional, já que não há a transferência substancial dos riscos e benefícios do ativo alugado junto ao arrendador. Os pagamentos são contabilizados no resultado do exercício, de forma linear, durante o período de vigência desses contratos. **(k) Benefícios a empregados -** A Companhia concede a seus administradores, executivos e colaboradores, diversos benefícios usuais de mercado. A fim de melhor alinhar os interesses dos administradores, executivos e da equipe de colaboradores, a Companhia concede também os seguintes benefícios: **(i) Planos de benefícios definido -** Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A Companhia possui plano de previdência privada para seus funcionários (planos de benefício definido). Os cálculos atuariais são realizados anualmente por um atuário qualificado e independente contratado pela Companhia. A obrigação líquida da Companhia quanto ao benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores, aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação nas Demonstrações Financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecido no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado. Remensurações, compostas de ganhos e perdas atuariais, do efeito do limite de ativos (*assets ceiling*) e o retorno sobre os ativos do plano, ambos excluindo juros líquidos, são reconhecidos na demonstração do resultado abrangente, em sua totalidade, no exercício em que ocorrem. Remensurações não são reclassificados para o resultado do exercício em exercícios subsequentes. A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido em outros resultados abrangentes. **(ii) Outros benefícios de longo prazo a empregados -** A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores, aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no exercício em que surgem. **(iii) Benefícios de curto prazo a empregados -** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **(iv) Transações do plano baseado em ações -** Os efeitos do plano baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas. O valor justo calculado na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. **(l) Provisões -** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação ou potencial obrigação "legal" ou "não formalizada", presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **(m) Ajuste a valor presente -** As operações de compras e vendas a prazo, pré-fixadas, foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base na taxa de 0,66% a.m. e 0,85% a.m., respectivamente. Tais índices representam a taxa SELIC do período nas operações de compras e taxa de desconto no pagamento antecipado nas operações de venda. Não foram utilizadas premissas que levassem em consideração fatores de risco de crédito ou outros aspectos de risco, em função da Companhia adotar um modelo simplificado e tendo em vista as características das suas operações. O prazo médio de recebimentos de contas a receber de clientes é de 86 dias, enquanto o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 45 dias. O incentivo fiscal "PRODEC III", para os quais há incidência de juros de 4% a.a. foram ajustados a valor presente pela taxa média de captação da Companhia. O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e sua reversão tem como contrapartida a conta de resultado financeiro, pela fruição de prazo no caso de fornecedores. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes e sua realização é registrada no resultado financeiro pela fruição do prazo. O ajuste a valor presente das obrigações por incentivos fiscais e dos impostos a recolher de longo prazo tem como contrapartida as contas que registram seus saldos a pagar e suas reversões são registradas no resultado financeiro. **(n) Capital social - (i) Ações ordinárias -** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32/IAS 12. **(ii) Ações em Tesouraria -** Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e registrados em conta redutora do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

continua...

...continuação

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

(o) Receita operacional - Venda de produtos - A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. A receita operacional das lojas próprias é reconhecida após o faturamento e entrega da mercadoria ao cliente. A receita operacional do varejo e da rede de franquias do mercado nacional e internacional é reconhecida após o faturamento e saída da mercadoria do estabelecimento da Companhia. A Companhia monitora ainda o prazo de entrega das mercadorias aos clientes e procede os ajustes na receita operacional quando necessário. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. **(p) Subvenção e assistência governamentais -** As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidos de acordo com os contratos, termos de acordo e legislação aplicáveis a cada benefício, conforme descrito na nota explicativa 19. Os efeitos no resultado são registrados na contabilidade pelo regime de competência, onde os ganhos são contabilizados no grupo das deduções de vendas - impostos incidentes, nos custos dos produtos vendidos tendo como contrapartida os valores que foram financiados, registrados no passivo circulante e não circulante e atualizados conforme os respectivos contratos. **(q) Receitas financeiras e despesas financeiras -** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ajuste a valor presente e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui receita com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, encargos financeiros sobre tributos e ajuste a valor presente. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui despesa e receita com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são registrados no resultado através do método de juros efetivos. Durante os exercícios de 2016 e 2017 não houve capitalização de juros sobre empréstimos. **(r) Imposto de renda e contribuição social -** Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a recolher para as autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada anualmente a 30% do lucro real e são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e das diferenças temporárias ativas e passivas. Tais impostos encontram-se suportados por estudo de geração futura de resultados tributáveis. O registro desses tributos diferidos levou em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis, assim como as expectativas de realização das diferenças temporárias ativas e passivas, e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária, conforme demonstrado na nota explicativa 34. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **(s) Resultado por ação -** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33. **(t) Informação por segmento -** Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Direção Executiva da Companhia para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual as Demonstrações Financeiras individualizadas estão disponíveis. A Companhia e suas controladas possuem um único segmento de negócio: a produção e comercialização de artigos do vestuário e acessórios, como divulgado na nota explicativa 37. **(u) Demonstração do valor adicionado -** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar. **(v) Adoção das IFRS novas e revisadas - Novas normas e interpretações ainda não efetivas -** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não irão dotar estas normas de forma antecipada. **(i) CPC 47/IFRS 15 -** O CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. O CPC 47/IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A Companhia e suas controladas são obrigadas a adotar o CPC 47/ IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes a partir de 1º de janeiro de 2018. Baseada nas avaliações efetuadas até a data dessas demonstrações financeiras, a Administração não espera ter impacto relevante sobre o patrimônio da Companhia e suas controladas em 1º de janeiro de 2018. A companhia planeja adotar o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia e suas controladas não aplicarão os requerimentos do CPC 47 ao período comparativo apresentado. **(ii) CPC 48/IFRS 9 -** O CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substituí o CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Com base na sua avaliação, a Administração considera que os novos requerimentos de classificação não terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber, empréstimos, investimentos em títulos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais. **Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019 - (i) IFRS 16 Leases (Arrendamentos) -** A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia está realizando uma avaliação dos impactos resultantes da aplicação dessa norma e espera divulgar informações adicionais antes da adoção efetiva. **(ii) Outras alterações -** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia: Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28; Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações; Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28/IAS 40); Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto; ICPC 21/IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento; IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. **(i) Contas a receber de clientes e outros créditos -** O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. **(ii) Ativos e passivos financeiros não derivativos -** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. **(iii) Ativos e passivos financeiros derivativos -** Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos. **(iv) Transações do plano baseado em ações, liquidável em ações -** O valor justo das opções das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados, utilizando-se a fórmula *Black-Scholes* para o 1º ao 5º programa e Binomial para o 6º ao 10º programa do Plano de 2008 e 1º programa do Plano de 2017. Variações de mensuração incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada da volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos). Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo. Os efeitos do plano baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas (nota explicativa 27).

continua...

...continuação

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
Circulante	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Caixa e bancos	40.633	17.468	41.571	18.389
Caixa e bancos - Moeda estrangeira	3.169	1.376	3.169	3.222
Aplicações financeiras:				
Renda fixa - CDB	36.881	70.570	36.881	70.570
Renda fixa - Operações compromissadas	67.200	112.574	67.200	112.574
	147.883	**201.988**	**148.821**	**204.755**

A companhia possui valores em caixa, conta corrente e aplicações financeiras em renda fixa - CDB de resgate imediato, sendo a remuneração entre 98,0% a 100,0% da variação do CDI. e para operações de renda fixa - Operações compromissadas, remuneração entre 99,5% a 100,5% da variação do CDI, cujo prazo médio de vencimento é de três meses. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 23.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS AVALIADAS AO CUSTO AMORTIZADO - TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

A Companhia mantém R$ 5.237 (R$ 4.824 em 31 de dezembro de 2016) de aplicações em certificados de depósitos bancários - CDB, com rendimento de 95,0% a 100,5% do CDI, que serão mantidas até o vencimento. Do montante total dessas aplicações, R$ 665 (R$ 614 em 31 de dezembro de 2016) estão vinculadas a operações de incentivos fiscais (redução por reinvestimento - IRPJ) realizadas pela Companhia que, uma vez comprovados os investimentos realizados na unidade industrial incentivada (Parnamirim - RN), os valores são liberados para a Companhia e R$ 4.572 (R$ 4.210 em 31 de dezembro de 2016) estão vinculados ao Plano de Benefício Hering-Prev, para equacionar o resultado deficitário existente no plano, conforme determina a legislação. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 23.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
Circulante	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
No país	461.772	452.131	462.069	452.469
No exterior	17.876	16.500	17.876	16.500
	479.648	**468.631**	**479.945**	**468.969**
Ajuste a valor presente	(6.412)	(6.267)	(6.412)	(6.267)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(18.207)	(13.529)	(18.207)	(13.529)
	(24.619)	(19.796)	(24.619)	(19.796)
	455.029	**448.835**	**455.326**	**449.173**
Não circulante				
No país	7.399	4.078	7.399	4.078
	7.399	**4.078**	**7.399**	**4.078**
	462.428	**452.913**	**462.725**	**453.251**

O movimento do valor do ajuste a valor presente durante o ano foi o seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	2017	**2016**
Saldo no início do período/exercício	(6.267)	(8.473)
Adições	(46.787)	(42.323)
Baixas	46.642	44.529
Saldo no final do período/exercício	**(6.412)**	**(6.267)**

A realização do valor do ajuste a valor presente ocorrerá de acordo com o prazo de recebimento do contas a receber, cujo prazo médio é de 86 dias. A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda relacionados ao contas a receber é divulgada na nota explicativa 23.

8. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Controladora e Consolidado	
Circulante	**2017**	**2016**
Adiantamento a fornecedores internos	180	245
Adiantamento a funcionários	5.492	3.979
Contas a receber plano de reforma franquias	6.847	14.589
Outros	220	113
	12.739	**18.926**

	Controladora e Consolidado	
Não circulante	**2017**	**2016**
Fomentar - Bolsa Garantia	838	838
Depósitos Judiciais - INSS	-	1.965
Depósitos Judiciais - Outros	2.800	725
Depósitos trabalhistas e cíveis	11.008	6.918
Outros	1.267	850
	15.913	**11.296**

9. ESTOQUES

	Controladora e Consolidado	
	2017	**2016**
Produtos acabados	147.289	128.308
Produtos para revenda	66.828	70.873
Produtos em elaboração	54.311	45.331
Estoque em poder de terceiros	13.226	18.962
Matérias-primas e almoxarifado	56.775	50.277
Importações em andamento	25.345	11.715
Adiantamento a fornecedores	939	359
Provisão para ajuste a valor de realização	(15.178)	(17.739)
	349.535	**308.086**

Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, bem como sobras de coleções, foram objeto de constituição de provisões para o ajuste ao valor de realização. Durante o exercício, a provisão para ajuste dos estoques ao valor de realização apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora e Consolidado	
	2017	**2016**
Saldo no início do período/exercício	(17.739)	(11.502)
Constituição de provisão	(12.980)	(19.224)
Reversão de provisão por venda	15.541	12.987
Saldo no final do período/exercício	**(15.178)**	**(17.739)**

A Companhia não possui estoques dados em garantia.

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais que estão contabilizados no ativo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de sua realização, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
Circulante	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
IPI	239	385	239	385
ICMS a recuperar	30.237	1.497	30.237	1.497
ICMS a recuperar - CIAP	1.984	1.763	1.984	1.763
IRPJ e CSLL a compensar (a)	11.811	11.960	11.811	11.960
IRRF a compensar	3.627	3.268	3.627	3.268
PIS e COFINS a recuperar (b)	2.046	5.779	2.046	5.779
Outros	1.655	700	1.660	706
	51.599	**25.352**	**51.604**	**25.358**

	Controladora e Consolidado	
Não circulante	**2017**	**2016**
IPTU (c)	2.354	2.234
ICMS a recuperar	-	16.680
ICMS a recuperar - CIAP	2.990	4.434
IRRF e INSS a compensar	2.292	-
Outros	2.849	1.283
	10.485	**24.631**

(a) IRPJ e CSLL a compensar - A Companhia recolheu imposto de renda e contribuição social com base no balancete de suspensão e redução ao longo do ano de 2017. Foram pagas antecipações superiores ao valor apurado no ano. Os valores recolhidos no exercício foram revertidos para esta rubrica para fins de compensação em curto prazo com o imposto de renda e contribuição social devidos em períodos de apuração futuros. (b) PIS e COFINS a recuperar - A Companhia procedeu o levantamento de créditos extemporâneos de PIS e COFINS incidentes sobre imobilizado relacionado ao processo produtivo, incidentes sobre frete exportação, serviços classificáveis como insumos, manutenção e peças de reposição, incidentes sobre outras receitas, reintegra exportação, totalizando R$ 1.910, resultando em um saldo atualizado em 31 de dezembro de 2017 de R$ 2.046, que será compensado com PIS e COFINS de períodos subsequentes. (c) Imposto predial e territorial urbano (IPTU) - a Companhia registrou em 2006, o crédito referente ao IPTU, devido ao ganho da Ação Ordinária, visando o reconhecimento da inconstitucionalidade nas exigências de IPTU progressivo em relação ao período de 1999 a 2003, com trânsito julgado em 9 de outubro de 2006. O saldo atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 2017 corresponde ao montante de R$ 2.354, montante que está aguardando a ordem de precatórios junto a prefeitura para crédito à Companhia.

11. IMPOSTOS DIFERIDOS

(a) Composição - A Companhia possui créditos tributários decorrentes dos prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas de contribuição social do exercício corrente, sem prazo de prescrição, e das adições e exclusões temporárias, como demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
Ativo	**2017**	**2016**
Prejuízos fiscais e base negativa	11.957	20.289
AVP - clientes e fornecedores	1.813	794
Provisão para contingências fiscais	942	907
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.190	4.600
Provisão para despesas administrativas	1.849	1.675
Provisão para PPR	8.557	-

continua...

...continuação

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora e Consolidado	
Ativo	**2017**	**2016**
Provisão para despesas comerciais	2.705	1.222
Provisão para despesas variáveis de vendas	4.993	5.322
Provisão para perda estoques obsoletos	5.160	6.031
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	4.717	3.482
Passivo atuarial benefícios a empregados	472	52
Tributos com exigibilidade suspensa	-	639
Variação cambial ativa e passiva (líquido)	310	389
Outras diferenças temporárias	283	203
Total do ativo	**49.948**	**45.605**
Passivo		
Tributos sobre correção monetária imobilizado	(3.616)	(3.739)
Tributos sobre *hedge accounting*	-	829
Outras diferenças temporárias	(83)	(15)
Total do passivo	**(3.699)**	**(2.925)**
Total líquido	**46.249**	**42.680**

O tributo sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados está sendo realizado pelo pagamento das contribuições. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com lucros tributáveis. As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 31 de dezembro de 2017 são:

2018	30.958
2019	9.777
2020	1.360
2021	1.360
2022	750
Acima de 2023	5.743
	49.948

As premissas relativas à perspectiva dos negócios, as projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia, constituem-se em previsões e foram baseadas nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

(b) Movimentação dos tributos diferidos no exercício

					Controladora e Consolidado		
Ativo	**2015**	**Reconhecido no Resultado**	**Reconhecido em Outros Resultados Abrangentes**	**2016**	**Reconhecido no Resultado**	**Reconhecido em Outros Resultados Abrangentes**	**2017**
Prejuízos fiscais e base negativa	18.901	1.388	-	20.289	(8.332)	-	11.957
Tributos com exigibilidade suspensa	583	56	-	639	(639)	-	-
AVP - Clientes e fornecedores	1.774	(980)	-	794	1.019	-	1.813
Passivo atuarial benefício empregados	4.886	(4.888)	54	52	36	384	472
Provisões temporárias	18.745	4.697	-	23.442	11.954	-	35.396
Variação cambial líquida	732	(343)	-	389	(79)	-	310
	45.621	**(70)**	**54**	**45.605**	**3.959**	**384**	**49.948**
Passivo							
Tributos sobre correção monetária imobilizado	(3.856)	117	-	(3.739)	123	-	(3.616)
Tributos sobre *hedge*	(2.108)	-	2.937	829	-	(829)	-
Outras diferenças temporárias	(19)	4	-	(15)	(68)	-	(83)
	(5.983)	**121**	**2.937**	**(2.925)**	**55**	**(829)**	**(3.699)**
Total líquido	**39.638**	**51**	**2.991**	**42.680**	**4.014**	**(445)**	**46.249**

12. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

Em função de ação judicial transitada em julgado, a Companhia, no ano 2000, relativo ao período 1987 a 1994, e em 2001, para o período 1977 a 1986, constituiu créditos decorrentes de diferenças do pagamento de juros e atualização monetária sobre o Empréstimo Compulsório efetuado em favor da Eletrobrás. Os valores incontroversos que a Companhia estimava receber em decorrência da ação judicial foram realizados parcialmente em abril de 2007, em janeiro de 2010 e em dezembro de 2011. Em 30 de junho de 2016, a Companhia registrou o montante de R$ 9.486 (R$ 7.654, líquido de impostos e honorários), referente a valor remanescente da discussão e em 30 de setembro de 2016 registrou o montante de R$ 20.754 (R$ 16.748, líquido de impostos e honorários) em função da não impugnação por parte da Eletrobrás da correção monetária dos referidos créditos e da solicitação de dilação de prazo às autoridades judiciais para pagamento, evento este ocorrido no terceiro trimestre. Na opinião dos advogados patronos da causa, pela evolução da execução do processo, o mesmo passou, naquele momento, a possuir êxito praticamente certo, aguardando somente o decorrer do prazo solicitado pela Eletrobrás para efetuar o pagamento. No último trimestre de 2016, após despacho do Juiz determinando novamente que a Eletrobrás procedesse ao pagamento, esta apresentou agravo com pedido de liminar, alegando inconsistência nos cálculos apurados pela Contadoria, liminar que foi deferida pelo TRF4, suspendendo o prosseguimento da execução de sentença, e consequentemente, do recebimento. Esse evento fez com que a Administração em conjunto com seus advogados determinasse a reversão do crédito contabilizado, ainda no exercício de 2016. Referido Agravo teve seu julgamento em 29 de março de 2017, onde a 1ª Turma do TRF4 por unanimidade não conheceu do recurso interposto pela Eletrobrás e ainda a condenou ao pagamento de multa por litigância de má-fé. Após a publicação e o retorno do processo à origem, o Juízo intimou novamente a Eletrobrás para que efetuasse o pagamento. Em 2017 a Companhia registrou o montante de R$ 36.511, sendo R$ 30.702 líquidos de impostos e honorários (R$ 8.048 de principal e R$ 22.654 de atualização monetária). O pagamento por parte da Eletrobrás ocorreu em junho de 2017 no montante de R$ 33.897, restando um saldo de R$ 2.614 a receber em 31 de dezembro de 2017. A Companhia requereu ao Juízo e os autos seguiram para a Contadoria proceder ao recálculo. A Companhia, concordando com o cálculo da Contadoria, peticionou pelo pagamento do saldo remanescente, tendo o Juízo já intimado a Eletrobrás para proceder ao pagamento.

13. INVESTIMENTOS

Abaixo demonstramos um sumário das informações das investidas e o resultado de equivalência patrimonial apurado durante o exercício:

	HRG Com. Vest. Interm. de Serviços Finan. Ltda.	**Hering Internac. S.A. - SAFI**	**2017**	**2016**
Total de ativos circulante e não circulante	1.240	1.707	2.947	4.658
Total de passivos circulante e não circulante	202	-	202	1.956
Patrimônio líquido	1.038	1.707	2.745	2.702
Receitas líquidas do exercício	3.569	-	3.569	4.121
Resultado do exercício	2.249	18	2.267	2.970
Participação no capital em %	99,99%	100,00%		
Saldo no início do exercício	1.038	1.664	2.702	3.585
Dividendos	(2.248)	-	(2.248)	(3.527)
Equivalência patrimonial	2.248	43	2.291	2.644
Investimento pela equivalência patrimonial	1.038	1.707	2.745	2.702

Durante o exercício foram recebidos dividendos no valor de R$ 2.248 da investida HRG.

14. ATIVO IMOBILIZADO

(a) Composição da movimentação do custo e depreciação

						Controladora e Consolidado			
	2015	**Adições**	**Transferências (*)**	**Baixas**	**2016**	**Adições**	**Transferências (*)**	**Baixas**	**2017**
Custo:									
Edifícios e benfeitorias	124.405	5	15.839	(4.484)	135.765	-	9.393	-	145.158
Instalações e equip. produção	212.863	12.401	(3.899)	-	221.365	12.759	3.057	(1.757)	235.424
Móveis e utensílios	35.816	4.190	421	(142)	40.285	1.397	(119)	(119)	41.444
Bens de informática	38.418	3.257	179	(832)	41.022	3.466	63	(3)	44.548
Veículos	2.384	34	-	(72)	2.346	268	-	-	2.614
Benfeit. imóveis de terceiros	52.484	49	2.053	(1)	54.585	-	11.240	(803)	65.022
Terrenos	29.114	-	(964)	(11)	28.139	-	963	(91)	29.011
Imobilização em andamento	26.622	12.028	(24.991)	-	13.659	22.307	(13.236)	(40)	22.690
	522.106	**31.964**	**(11.362)**	**(5.542)**	**537.166**	**40.197**	**11.361**	**(2.813)**	**585.911**

continua...

...continuação

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora e Consolidado								
	2015	Adições	Transferências (*)	Baixas	2016	Adições	Transferências (*)	Baixas	2017
Depreciação:									
Edifícios e benfeitorias	(28.526)	(3.874)	1.564	-	(30.836)	(3.965)	(1.563)	-	(36.364)
Instalações e equip. produção	(110.461)	(16.820)	2.940	4.074	(120.267)	(17.304)	(2.955)	1.612	(138.914)
Móveis e utensílios	(17.033)	(4.461)	-	126	(21.368)	(5.070)	15	107	(26.316)
Bens de informática	(22.643)	(6.223)	-	837	(28.029)	(5.422)	-	3	(33.448)
Veículos	(1.700)	(228)	-	67	(1.861)	(208)	-	-	(2.069)
Benfeit. imóveis de terceiros	(16.458)	(7.994)	-	-	(24.452)	(9.695)	-	799	(33.348)
	(196.821)	**(39.600)**	**4.504**	**5.104**	**(226.813)**	**(41.664)**	**(4.503)**	**2.521**	**(270.459)**
Saldo líquido:									
Edifícios e benfeitorias	95.879	(3.869)	17.403	(4.484)	104.929	(3.965)	7.830	-	108.794
Instalações e equip. produção	102.402	(4.419)	(959)	4.074	101.098	(4.545)	102	(145)	96.510
Móveis e utensílios	18.783	(271)	421	(16)	18.917	(3.673)	(104)	(12)	15.128
Bens de informática	15.775	(2.966)	179	5	12.993	(1.956)	63	-	11.100
Veículos	684	(194)	-	(5)	485	60	-	-	545
Benfeit. imóveis de terceiros	36.026	(7.945)	2.053	(1)	30.133	(9.695)	11.240	(4)	31.674
Terrenos	29.114	-	(964)	(11)	28.139	-	963	(91)	29.011
Imobilização em andamento	26.622	12.028	(24.991)	-	13.659	22.307	(13.236)	(40)	22.690
	325.285	**(7.636)**	**(6.858)**	**(438)**	**310.353**	**(1.467)**	**6.858**	**(292)**	**315.452**

(*) Em 2016 foi reclassificado o montante de R$ 6.858 para rubrica Bens destinados a venda conforme orienta o CPC 31. Em 2017 essa reclassificação foi revertida devida a não efetivação da venda.

(b) Revisão de vida útil - Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja necessário. Não houve alterações relevantes nas vidas úteis revisadas em 2017. **(c) Bens dados em garantia e penhora -** Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía bens do ativo imobilizado dados como garantia de incentivos fiscais, conforme demonstrados na nota explicativa 19. **(d) Valor recuperável do ativo imobilizado -** O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Administração não encontrou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável do ativo.

15. INTANGÍVEL

(a) Composição da movimentação do custo e amortização

	Controladora e Consolidado								
	2015	Adições	Transfe-rências	Baixas	2016	Adições	Transfe-rências	Baixas	2017
Custo:									
Marcas e patentes	2.952	-	-	-	2.952	-	-	-	2.952
Fundo de comércio	51.505	9.136	-	(180)	60.461	5.014	-	(251)	65.224
Software	42.897	1.693	81.467	-	126.057	2.452	4.065	(918)	131.656
Intangível em andamento *software* (i)	78.756	8.521	(81.467)	-	5.810	11.185	(4.065)	-	12.930
	176.110	**19.350**	**-**	**(180)**	**195.280**	**18.651**	**-**	**(1.169)**	**212.762**
Amortização:									
Marcas e patentes	(2.329)	(111)	-	-	(2.440)	(102)	-	-	(2.542)
Fundo de comércio	(32.549)	(5.344)	-	180	(37.713)	(7.094)	-	251	(44.556)
Software	(27.540)	(11.592)	-	-	(39.132)	(12.329)	-	918	(50.543)
	(62.418)	**(17.047)**	**-**	**180**	**(79.285)**	**(19.525)**	**-**	**1.169**	**(97.641)**
Saldo líquido:									
Marcas e patentes	623	(111)	-	-	512	(102)	-	-	410
Fundo de comércio	18.956	3.792	-	-	22.748	(2.080)	-	-	20.668
Software	15.357	(9.899)	81.467	-	86.925	(9.877)	4.065	-	81.113
Intangível em andamento *software*	78.756	8.521	(81.467)	-	5.810	11.185	(4.065)	-	12.930
	113.692	**2.303**	**-**	**-**	**115.995**	**(874)**	**-**	**-**	**115.121**

(i) Em 2015 refere-se principalmente ao projeto de implantação do sistema SAP, cujo *go live* ocorreu em 1º de janeiro de 2016. Em 2017 refere-se principalmente ao desenvolvimento de *software* de gestão do ciclo de vida do produto, em andamento ao longo do ano de 2016 e 2017 e ao projeto Omnichanel em andamento ao longo do ano de 2017.

(b) Revisão de vida útil - Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja necessário. Não houve alterações relevantes nas vidas úteis revisadas em 2017. **(c) Valor recuperável de ativos -** O intangível tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Administração não encontrou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável do ativo.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os montantes devidos, termos e prazos para cada empréstimo estão apresentados abaixo:

				Controladora e Consolidado	
Modalidade	Encargos anuais	Vencimento	Moeda	2017	2016
Capital de giro	Juros de 14,73%	2017	R$	-	424
Capital de giro	Juros de 9,50%	2017	R$	-	989
Exim Pré-embarque	TJLP + 3,5%	2018	R$	18.531	18.356
Exim Pré-embarque	SELIC + 3,5%	2018	R$	8.762	7.966
				27.293	**27.735**
		Parcelas circulante		27.293	2.123
		Parcelas não circulante		-	25.612

O financiamento do BNDES "Exim Pré-embarque" contratado pela Companhia em 2016 contém cláusulas restritivas (*convenants*) no que diz respeito à existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão de práticas de atos, pela Companhia, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo, crime contra o meio ambiente, aplicação do recurso em finalidade diversa daquela prevista no contrato e no caso de diplomação como Deputado(a) Federal ou Senador(a) de pessoa que exerça atividade remunerada na Companhia. Os compromissos estabelecidos nos contratos de empréstimos e financiamentos estão sendo cumpridos pela Companhia. A Companhia não mantém nenhuma garantia para os empréstimos e financiamentos.

17. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Salários a pagar	7.369	9.148	7.369	9.148
Férias	16.972	18.979	16.972	18.979
INSS	10.921	11.465	10.921	11.465
FGTS	3.313	3.329	3.313	3.329
Outros	1.739	1.812	1.740	1.812
	40.314	**44.733**	**40.315**	**44.733**

continua...

...continuação

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
ICMS sobre vendas	7.547	8.949	7.547	8.949
PIS e COFINS	6.889	6.289	6.901	6.302
Imposto de renda retido na fonte	2.534	2.339	2.534	2.339
Fundo Protege Goiás	2.709	2.173	2.709	2.173
Outros	4.488	776	4.505	794
	24.167	**20.526**	**24.196**	**20.557**

19. OBRIGAÇÕES POR INCENTIVOS FISCAIS

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2017	2016	2017	2016
PRODEC III - SC (a)	1.551	1.494	129	1.539
PROADI - RN (b)	3	7	-	-
Outros	-	-	490	490
	1.554	**1.501**	**619**	**2.029**

Os incentivos fiscais estão demonstrados com os efeitos do ajuste a valor presente, quando aplicável. (a) Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC III) - Destinado a financiar a expansão das atividades da Companhia. O prazo de carência para cada parcela liberada é de 48 meses e após este período ocorre a liquidação íntegral da mesma. Os encargos de financiamento consistem em juros de 4% a.a. O valor contratado em fevereiro de 2009 foi de R$ 270.157, sendo que o prazo de fruição do incentivo é de 200 meses e a liberação da primeira parcela ocorreu em novembro de 2009. O montante utilizado até 31 de dezembro de 2017 foi de R$ 15.514. A principal obrigação da Companhia pela fruição deste incentivo compreende a realização de investimentos, que estão sendo cumpridos e comprovados junto à Fazenda Estadual. (b) Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROADI) - destinado a formação do ativo circulante da unidade situada no município de Parnamirim. Pelo contrato firmado, o prazo de fruição do incentivo é de 240 meses, iniciou em outubro de 2001 e finda em setembro de 2021. Os encargos de financiamento consistem em juros de 3% a.a. e atualização monetária conforme variação da TR. Não há valor limite neste benefício. O valor da parcela liberada corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) do ICMS devido no mês, e 1% deste montante liberado é quitado integralmente com um prazo de carência de 60 dias. O montante utilizado em 2017 foi de R$ 2.914 (R$ 3.775 no mesmo período de 2016) e está registrado no resultado do exercício na rubrica de Deduções sobre Vendas. Como principal obrigação pela fruição do benefício a Companhia deve manter em dia o pagamento de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias. Todas as obrigações estão sendo devidamente cumpridas pela Companhia. (c) Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR) - destinado a reforçar o capital de giro para implementação da unidade situada no município de Anápolis. A parcela a ser liberada é utilizada por meio de dedução do pagamento do ICMS devido no mês, sendo que 73% é o valor do benefício. De cada parcela liberada efetua-se um depósito de 10% em uma conta corrente administrada pelo Programa Produzir. A amortização da dívida ocorre anualmente, quando é negociado o benefício em troca da quantia depositada ao longo do ano. As principais obrigações da Companhia pela utilização do benefício compreendem a realização de investimentos em sua unidade industrial e o pagamento de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, que estão sendo devidamente cumpridas. Pela fruição do benefício, a Companhia ofereceu bens do ativo imobilizado como garantias hipotecárias, cujo valor contábil em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 4.753, composto por terrenos, edifícios e benfeitorias.

As subvenções para investimento e custeio decorrentes dos programas Proadi, Crédito Outorgado (Lei do Vestuário - GO), Crédito Atacadista, TTD e Crédito Presumido de ICMS em SC sobre vendas pela internet, são reconhecidos no mês de competência e contabilizados diretamente no resultado do exercício, na rubrica Deduções da Receita (R$ 132.637 em 2017 e R$ 131.418 em 2016) e no grupo Custo dos Produtos Vendidos (R$ 17.664 em 2017 e R$ 13.415 em 2016). Os incentivos Prodec e Prodec III são reconhecidos no mês seguinte ao de competência, quando da liberação da parcela usufruída, e contabilizados no passivo não circulante tendo em contrapartida a redução, no passivo circulante do débito corrente de ICMS. Em agosto de 2014, a Companhia firmou o Termo de Acordo de Regime Especial (TARE) de nº 001-155/2014-GSF com a Secretaria de Estado da Fazenda de Goiás, procedendo à alteração do TARE já firmado de nº 078/2011-GSF, relativo ao incentivo denominado Crédito Outorgado (Lei do Vestuário), com o objetivo de assegurar a manutenção e captação do referido benefício e doravante os consequentes benefícios de Imposto de Renda e Contribuição Social associados, oferecido como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos no Estado de Goiás, até o exercício de 2040, a título de subvenção para investimentos, mediante o estabelecimento de contrapartidas relacionadas a realização de investimentos, geração de atividade econômica no estado de Goiás e adimplência para com as obrigações tributárias estaduais, que estão sendo devidamente cumpridas.

Os incentivos de Goiás usufruídos em 2017 foram caracterizados como subvenção para investimento e por conseguinte excluídos da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, resultando numa redução de R$ 45.211 (R$ 42.994 em 2016). O incentivo estadual PROADI (usufruído no Rio Grande do Norte) também configura subvenção para investimento e no mesmo período gerou uma redução de R$ 991 (R$ 1.283 em 2016). O incentivo estadual TTD e Crédito Presumido de ICMS sobre vendas pela internet (usufruído em Santa Catarina) também configura subvenção para investimento e no mesmo período gerou uma redução de R$ 4.900. O total da redução do Imposto de Renda e Contribuição Social decorrente das subvenções para investimento em 2017 foi de R$ 51.102 (R$ 44.277 em 2016), demonstrado na nota explicativa 34. Caso a Companhia necessite efetuar investimentos em ativo fixo para cumprimento de obrigações do referido benefício fiscal, esse montante será apropriado ao resultado em função da depreciação ou amortização dos ativos relacionados. A Companhia efetuou o registro contábil dos valores recebidos como subvenção para investimento dos incentivos fiscais (Proadi, Lei do Vestuário, TTD e Crédito Presumido de ICMS em SC sobre vendas pela internet), no montante de R$ 150.301 em 2017 (R$ 130.226 em 2016) na conta "reserva de incentivos fiscais", em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (nota explicativa 24). Adicionalmente foi registrado na mesma rubrica o montante de R$ 77 referente o incentivo Lucro da Exploração.

20. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E OUTRAS PROVISÕES

A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios. Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia, foram constituídas provisões para riscos, sendo que a Companhia acredita que as provisões constituídas, conforme apresentado abaixo, são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e custas.

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2017	2016	2017	2016
Provisões para contingências:				
Trabalhistas (a)	2.450	2.000	7.108	4.152
Tributárias (b)	-	-	2.770	2.667
Cíveis (c)	-	-	4.316	4.089
	2.450	**2.000**	**14.194**	**10.908**
Outras provisões:				
Despesas comerciais (d)	21.532	19.247	-	-
Despesas administrativas (e)	6.262	5.618	104	1.983
Provisão para participação nos resultados (nota explicativa 26)	25.168	-	-	-
	52.962	**24.865**	**104**	**1.983**
Total	**55.412**	**26.865**	**14.298**	**12.891**

(a) Trabalhistas - consistem principalmente nos pedidos de representantes e empregados que reconheçam um possível vínculo empregatício e indenizações por acidente de trabalho. Existem também demandas judiciais reclamando o adicional de insalubridade que supostamente teriam direito alguns empregados além de reclamações por responsabilidade solidária da Companhia. Para estes processos existem depósitos judiciais no montante total de R$ 8.342 (R$ 4.329 em 2016). (b) Tributárias - refere-se às discussões judiciais relativas ao INSS maternidade e Taxa coleta de lixo para os quais há depósitos judiciais no mesmo montante e Auto de infração de IRPJ e CSLL. (c) Cíveis - refere-se à ação indenizatória e reclamações vinculadas às operações normais da Companhia. Para estes processos existem depósitos judiciais no montante total de R$ 2.666 (R$ 2.589 em 2016). (d) Provisão para despesas comerciais - trata-se da provisão para o pagamento das comissões a representantes, fretes sobre vendas e provisões referente a campanhas de vendas. (e) Provisão para despesas administrativas - consiste principalmente na provisão para pagamentos de honorários advocatícios e provisão para pagamento de INSS Lei nº 12.546. Abaixo demonstramos a movimentação ocorrida no exercício:

	Controladora e Consolidado								
	2015	Adições	Reversões	Utilização	2016	Adições	Reversões	Utilização	2017
Provisões para riscos									
Trabalhistas	4.307	4.505	(214)	(2.446)	6.152	6.864	(997)	(2.461)	9.558
Tributárias	3.117	649	(967)	(132)	2.667	103	-	-	2.770
Cíveis	3.747	755	(149)	(264)	4.089	476	-	(249)	4.316
	11.171	**5.909**	**(1.330)**	**(2.842)**	**12.908**	**7.443**	**(997)**	**(2.710)**	**16.644**
Outras provisões									
Despesas comerciais	16.766	111.030	-	(108.549)	19.247	142.389	-	(140.104)	21.532
Despesas administrativas	5.976	41.190	-	(39.565)	7.601	59.774	-	(61.009)	6.366
Provisão participação resultados - PPR	-	-	-	-	-	25.168	-	-	25.168
	22.742	**152.220**	**-**	**(148.114)**	**26.848**	**229.008**	**-**	**(202.790)**	**53.066**
Total	**33.913**	**158.129**	**(1.330)**	**(150.956)**	**39.756**	**236.451**	**(997)**	**(205.500)**	**69.710**

continua...

...continuação

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Perda Possível - Para os valores das contingências consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, não foram constituídas provisões como permitido pelas normas contábeis. Estas contingências estão distribuídas nas áreas tributária, trabalhista e cível, totalizando o montante de R$ 348.597 em 31 de dezembro de 2017 (R$ 330.966 em 31 de dezembro de 2016). Em relação às contingências possíveis de natureza tributárias, a Companhia litiga na esfera administrativa federal relativo a glosas de crédito e/ou não homologações de compensações de tributos IPI, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, e multas isoladas, cujo montante atualizado corresponde a R$ 43.233 e Autos de Infração de tributos CIDE, IRRF, PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e Contribuições Previdenciárias, cujo montante atualizado corresponde a R$ 216.829. Também litiga na esfera administrativa estadual contra o Estado de Goiás relativo a Autos de Infração de ICMS cujo montante atualizado corresponde a R$ 13.903. No que tange às contingências cíveis, a Companhia promove contra a Massa Falida do Banco Santos, processo requerendo a declaração de quitação total de dívidas junto ao Banco Santos. Em contrapartida a Massa Falida do Banco Santos promove quatro processos contra a Cia. Hering, que tratam dos Contratos de Limite de Crédito e de Financiamento Mediante Abertura de Crédito BNDES-Exim. Dois processos pleiteiam a revogação de Cartas de quitação vinculadas a estas operações, o terceiro processo tem por pedido a execução do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito BNDES-Exim. O processo executivo lastreia-se na suposta não liquidação da obrigação assumida no referido Contrato de Financiamento. O valor executado, à época do ajuizamento da execução perfazia R$ 50.003. A Companhia ofertou tempestivamente os embargos à execução, garantindo o juízo com fiança bancária no montante de R$ 65.006, contratada junto ao Itaú BBA. O quarto processo tem por pedido a condenação da Companhia ao pagamento de dívida advinda do suposto inadimplemento do Contrato de Limite de Crédito, cujo valor cobrado, à época do ajuizamento da ação perfazia R$ 26.916. Em resumo, a pretensão total da Massa Falida do Banco Santos, atualizada monetariamente até 31 de dezembro de 2017 (sem o cômputo dos juros legais) resulta em R$ 101.286 (R$ 98.023 até 31 de dezembro de 2016). A probabilidade de perda, pela Companhia, é considerada remota para R$ 70.718 (R$ 68.440 em 31 de dezembro de 2016) e possível para R$ 30.568 (R$ 29.583 em 31 de dezembro de 2016).

21. PARTES RELACIONADAS

As transações financeiras entre as companhias do grupo e a remuneração da administração foram realizadas conforme a seguir: **(a) Operações com pessoal-chave da Administração -** A Companhia provê a seus administradores, benefícios de assistência médica, seguro de vida, previdência privada e auxilio alimentação, apresentado na linha de benefícios de curto prazo abaixo. Os benefícios são parcialmente custeados pelos seus administradores e são registrados como despesas quando incorridos. Os diretores também participam no programa de opção de compra de ações da Companhia, conforme nota explicativa 27. Os montantes referentes à remuneração e benefícios do pessoal-chave da administração, representado por seu conselho de administração e diretores estatutários, estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Honorários da administração	9.308	9.041	9.338	9.084
Remuneração variável	4.022	-	4.022	-
Benefícios de curto prazo	1.336	1.000	1.336	1.000
Outros (INSS)	1.862	1.808	1.862	1.808
Plano baseado em ações	3.367	4.336	3.367	4.336
	19.895	**16.185**	**19.925**	**16.228**

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos, eleitos para mandatos de dois anos, admitida a reeleição. **(b) Outras transações com partes relacionadas -** As transações referem-se aos contratos de mútuos com a Controlada Hering International SAFI, cujo saldo existente em 31 de dezembro de 2017 era de R$ 1.707 (R$ 1.548 em 31 de dezembro de 2016). O prazo de vigência destes contratos é indeterminado. Em 25 de maio de 2011 a Cia. Hering passou a operar com um escritório de representação na cidade de Nanjing na China. Esse escritório tem como objeto a inspeção da qualidade dos produtos importados, bem como a prospecção de novos fornecedores. Em 31 de dezembro de 2017, o montante gasto com esta operação foi de R$ 2.915 (R$ 2.293 em 31 de dezembro 2016), reconhecido no resultado no grupo de custos. Em outubro e dezembro de 2016 ocorreram algumas operações de empréstimos para reformas de franquias para empresa franqueada relacionada a alguns Administradores da Companhia. O valor total do empréstimo e subsídio perfez o montante de R$ 546, (R$ 431 de financiamento e R$ 115 de subsidio) tendo sido recebido o montante total do valor financiado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. A Companhia entendeu que os termos do acordo apresentavam-se consistentes com os padrões de negócio vigentes. Em 31 de dezembro de 2017, não há avais e fianças prestados pela Companhia para partes relacionadas. **(c) Vendas para partes relacionadas -** A Companhia realizou operações de vendas para empresas franqueadas relacionadas a alguns Administradores da Companhia. Em 2017 estas operações comerciais totalizaram o montante de R$ 36.526 (R$ 26.870 em 2016) do qual R$ 11.395 está registrado no contas a receber em 31 de dezembro de 2017 (R$ 9.775 em 31 de dezembro de 2016). São fornecidos avais pessoais dos sócios das empresas relacionadas, no montante de R$ 17.010 em 31 de dezembro de 2017 (R$ 16.110 em 31 de dezembro de 2016), como forma de garantir os créditos da Companhia. As operações comerciais com estas empresas relacionadas são realizadas nas mesmas condições e termos de mercado praticados com os demais clientes franqueados da Companhia.

22. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia patrocina planos de previdência de benefício definido e de contribuição definida para seus funcionários, e mantém planos de assistência médica conforme descrito abaixo: ***Plano de Previdência Privada -*** Os planos de previdência complementar oferecidos aos funcionários são de benefício definido e contribuição definida, atendendo a todos os funcionários da Cia. Hering, que aderirem ao plano. As contribuições mensais da patrocinadora são calculadas com base no salário e contribuição dos participantes, contribuintes ou não. O plano de benefício definido concede aos funcionários contribuintes do plano o direito de receber renda mensal vitalícia (com ou sem período garantido de 5 anos) e aos funcionários não contribuintes é garantido o valor correspondente a até três salários pago em parcela única. O número de participantes contribuintes do plano de previdência privada (benefício definido) em 31 de dezembro de 2017 era de 256 pessoas (256 em 31 de dezembro de 2016), tendo contribuído no exercício com o montante de R$ 1.036 (R$ 988 no exercício anterior) e a patrocinadora contribuiu com o mesmo montante. Os participantes do plano de previdência privada que não são contribuintes totalizam, em 31 de dezembro de 2017, 7.503 pessoas (7.729 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia teve a sua última avaliação atuarial calculada em 31 de dezembro de 2017, cujos efeitos estão apresentados a seguir:

(a) Saldos do plano de pensão - benefício definido

	Controladora e Consolidado Previdência	
	2017	2016
Valor presente das obrigações atuariais	(38.406)	(33.706)
Valor justo dos ativos do plano	37.019	33.552
(Déficit) superávit	**(1.387)**	**(154)**

A movimentação do plano de benefício definido no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi o reconhecimento de R$ 103 na demonstração de resultado e R$ 1.130 em outros resultados abrangentes, totalizando R$ 1.233, cuja contrapartida foi o passivo de benefícios à empregados.

(b) Movimentação no valor presente das obrigações do benefício definido

	Controladora e Consolidado Previdência	
	2017	2016
Obrigações do benefício definido em 1º de janeiro	33.706	27.117
Custos do serviço corrente e juros	112	112
Juros sobre obrigação atuarial	3.706	3.355
(Ganho)/perda atuarial reconhecido em outros resultados abrangentes	3.708	5.733
Benefícios pagos no ano	(2.826)	(2.611)
Obrigações do benefício definido em 31 de dezembro	**38.406**	**33.706**

(c) Movimentação no valor presente dos ativos do plano

	Controladora e Consolidado Previdência	
	2017	2016
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	33.552	27.927
Retorno esperado dos ativos do plano	3.715	3.490
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	2.258	4.321
Contribuições de empregador	320	425
Benefícios pagos pelo plano	(2.826)	(2.611)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	**37.019**	**33.552**

Os ativos do plano estão representados por quotas de participação em fundos. Em 31 de dezembro de 2017 o montante de Instrumentos de patrimônio era de R$ 37.019, cujo retorno esperado para o exercício seguinte é de R$ 3.489. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação.

(d) Despesa/(Receita) reconhecida no resultado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi reconhecido em despesa o montante de R$ 103 referente o plano de previdência (R$ 84 e R$ 325 em 31 de dezembro de 2016 referente os planos de previdência e assistência médica, respectivamente).

(e) Ganhos e perdas atuariais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	Controladora e Consolidado Previdência	
	2017	2016
Montante acumulado em 1º de janeiro	55	(15)
(Ganhos)/perdas atuariais imediatamente reconhecidos	1.130	70
Montante acumulado em 31 de dezembro	**1.185**	**55**

Os valores acima são imediatamente incorporados à conta de lucros acumulados, conforme permitido pelo CPC 33 (R1) e IAS19.

(f) Componentes da despesa/(receita) do plano projetada

	Controladora e Consolidado Previdência	
	2018	2017
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	131	112
Juros sobre obrigação atuarial	3.610	3.706
Rendimento esperado dos ativos	(3.489)	(3.715)
Juros sobre efeito do teto de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	-	197
	252	**300**

A Companhia espera contribuir com aproximadamente R$ 342 com os planos de benefícios definidos durante o exercício de 2018.

continua...

...continuação

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

(g) Histórico dos ajustes pela experiência

	Controladora e Consolidado				
Plano de previdência	**2017**	**2016**	**2015**	**2014**	**2013**
Valor presente das obrigações atuariais	(38.406)	(33.706)	(27.117)	(22.182)	(21.492)
Valor justo dos ativos do plano	37.019	33.552	27.927	23.079	21.733
Efeito do *asset ceiling*	-	-	(810)	(897)	(241)
(Déficit) superávit para planos cobertos	**(1.387)**	**(154)**	**-**	**-**	**-**
Ajustes pela experiência nos passivos do plano	(3.708)	(5.733)	(4.337)	313	(1.933)
Ajustes pela experiência nos ativos do plano	2.258	4.321	4.071	284	93

(h) Premissas atuariais

A apuração do ativo e passivo atuarial foi efetuada por meio de cálculos atuariais efetuados por atuário independente seguindo as premissas abaixo:

	Controladora e Consolidado Previdência	
(i) Média ponderada das hipóteses usadas para determinar a obrigação atuarial e a despesa (receita) a ser reconhecida	**2017**	**2016**
Taxa de desconto nominal	9,93%	11,63%
Taxa de aumento nominal do salário	5,81%	6,92%
Taxa estimada de inflação	4,40%	5,50%
Taxa de desconto nominal (despesa/receita)	11,63%	13,20%
Tábua de mortalidade pós-aposentadoria	AT-2000 Suavizada em 10%	AT-2000
(ii) Expectativas de vida presumidas na aposentadoria aos 65 anos		
Aposentados hoje (membro com idade de 65 anos)	20,4	19,6
Aposentados em 25 anos (membro com idade hoje de 40 anos)	20,4	19,6

Premissas sobre mortalidade futura são baseadas em estatísticas publicadas e tábuas de mortalidade. As tábuas utilizadas foram: (i) Tábua de mortalidade AT-2000 Suavizada em 10%, (ii) Tábua de Entrada em Invalidez Álvaro Vindas e (iii) Tábua de Mortalidade de Inválidos RRB-1944(MI). A idade de entrada em aposentadoria considerada é de 55 anos, e que 100% se aposentam na 1ª elegibilidade de aposentadoria antecipada.

(i) Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2017 que demonstram o efeito de um aumento de R$ 1.752 e uma redução de R$ 1.615 na taxa de desconto, um aumento de R$ 753 e uma redução de R$ 769 na tabela de mortalidade, que representam meio ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos previdenciários:

		Previdência Cenários Projetados	
	Cenário Base	**Aumento de 0,5%**	**Redução de 0,5%**
Impactos nas obrigações do plano de benefício definido			
Taxa de desconto	38.406	36.791	40.158
Taxa de inflação	38.406	38.406	38.406
Tabela de mortalidade (+1 -1)	38.406	39.159	37.637
Média ponderada de obrigação de benefício definido (em anos)	8,76	8,59	8,92

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(a) Gerenciamento de riscos: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, ou outros instrumentos financeiros de risco. As operações com instrumentos financeiros derivativos são aprovadas e monitoradas pelo Conselho de Administração da Companhia. Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

• Risco de crédito

Decorre de a possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito. A Companhia possui ainda, a provisão para crédito de liquidação duvidosa, no montante de R$ 18.207 (R$ 13.529 em 31 de dezembro de 2016) representativos de 3,71% do saldo de contas a receber em aberto (2,86% em 31 de dezembro de 2016), para fazer face ao risco de crédito. Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito, análise do contas a receber por vencimento e as garantias. **(i) Exposição a riscos de créditos -** O valor contábil dos ativos financeiros, representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das Demonstrações Financeiras foi:

	Consolidado	
	2017	**2016**
Caixa e equivalentes de caixa	148.821	204.755
Aplicações financeiras	5.237	4.824
Contas a receber de clientes	487.344	473.047
Outras contas a receber	28.652	30.222

(ii) Perdas por redução no valor recuperável - O vencimento do contas a receber na data das Demonstrações Financeiras era:

	Consolidado	
Contas a receber	**2017**	**2016**
A vencer	450.972	439.967
Vencidos:		
De 0 a 30 dias	12.735	7.367
De 31 a 90 dias	9.805	6.749
De 91 a 180 dias	2.271	7.403
De 181 a 360 dias	3.895	7.969
Acima de 360 dias	7.666	3.592
	487.344	**473.047**

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação aos recebíveis durante o exercício foi o seguinte:

	Consolidado	
	2017	**2016**
Saldo no início do período	(13.529)	(10.317)
Adições	(12.361)	(11.922)
Baixas	7.683	8.710
Saldo no final do período	**(18.207)**	**(13.529)**

A Companhia avalia a necessidade de provisão para perdas com créditos através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas sobre o contas a receber. A Companhia avalia também a necessidade de provisão para o contas a receber a vencer, considerando a curva de crescimento do faturamento e o incremento de novos clientes.

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

(iii) Garantias - A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

• Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa. A Companhia investe o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa 5) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2017, os equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez. A tabela a seguir, demonstra o prazo de vencimento esperado para os ativos e passivos financeiros, contratados pela Companhia, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros estimados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2017:

	Consolidado							
	Taxa média de juros	**Até 1 mês**	**1 a 3 meses**	**4 a 12 meses**	**1 a 2 anos**	**2 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa	-	148.821	-	-	-	-	-	148.821
Clientes e outras contas a receber	0,85%	206.936	209.687	57.669	4.706	1.571	1.307	481.876
Empréstimos e financiamentos	0,84%	(878)	-	(29.590)	-	-	-	(30.468)
Incentivos fiscais	0,32%	(381)	(2)	(1.193)	(161)	-	-	(1.737)
Fornecedores e outras contas a pagar	0,57%	(92.894)	(31.853)	(12.126)	(93)	-	-	(136.966)
		261.604	**177.832**	**14.760**	**4.452**	**1.571**	**1.307**	**461.526**

A Companhia possui junto a instituição financeira convênio de colaboração recíproca em operações de aquisição de crédito "Risco Sacado", que consiste na antecipação por parte dos fornecedores de títulos em aberto, onde o banco antecipa o valor para o fornecedor na data de solicitação e recebe posteriormente na data de vencimento o valor devido pela Companhia. Os custos dessa operação são cobrados do fornecedor pelo banco, a Companhia não incorre em juros ou outros custos. O limite de crédito para essa operação é aprovado em Reunião do Conselho de Administração e não utiliza os demais limites de crédito da Companhia junto ao banco.

continua...

...continuação

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Sobre esses montantes, assim como para os montantes dos demais fornecedores, registra-se o ajuste a valor presente considerando a taxa e prazos descritos na nota explicativa 3 (m). Os termos das operações sob risco sacado não diferem significativamente das operações normais de fornecimento, como por exemplo em relação aos prazos praticados para pagamento. A decisão de efetuar essa operação é única e exclusivamente do fornecedor que arca com os encargos financeiros da operação. A Administração avalia que não há riscos nessa operação para a Companhia, e mantém o montante registrado na rubrica de fornecedores, por considerar que essa apresentação reflete melhor em essência a operação realizada. Em 31 de dezembro de 2017, o montante dessa operação totalizava R$ 35.410 (R$ 58.010 em 31 de dezembro de 2016).

• Risco de mercado

Decorre da possibilidade do valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado. O risco de mercado compreende os seguintes tipos de riscos: **(i) Risco de taxa de juros -** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos, e em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de proteção para reduzir o custo financeiro das operações.

	Consolidado	
	2017	2016
Instrumentos de taxa variável (Ativos financeiros)	109.318	187.968
Instrumentos de taxa fixa (Passivos financeiros	-	(1.413)
Instrumentos de taxa variável (Passivos financeiros)	(27.293)	(26.322)
	82.025	**160.233**

(ii) Risco de taxa de câmbio - Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. A moeda nas quais estas transações são denominadas são em USD. A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos. A exposição cambial da Companhia está assim representada:

	Consolidado	
	2017	2016
Caixa em moeda estrangeira (nota explicativa 5)	3.169	3.222
Contas a receber (nota explicativa 7)	17.876	16.500
Fornecedores	(29.640)	(23.071)
Instrumentos financeiros derivativos (*nocional value*)	46.304	32.917
	37.709	**29.568**

Os instrumentos financeiros derivativos referentes a contratos futuros de compra ou venda de dólares são utilizados, principalmente, como instrumentos para *hedge* dos fluxos financeiros decorrentes de importações de matéria-prima, produto acabado e tecidos. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantinha o montante de USD 27.507 mil (USD 22.961 em 31 de dezembro de 2016) em cartas de crédito referentes à importações contratadas junto aos fornecedores. **(iii) Risco operacional -** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, como riscos de crédito, mercado e liquidez, assim como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais. **(iv) Outros riscos de preços -** Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente dos fios de algodão. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia, não sendo possível à Companhia assegurar possibilidade de repasse, parcial ou mesmo total, desses custos no preço de venda de seus produtos. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria-prima. **(b) Instrumentos financeiros - valor justo -** O quadro a seguir apresenta as principais operações de instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia. Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Consolidado			
	2017		2016	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	148.821	148.821	204.755	204.755
Custo amortizado:				
Aplicações financeiras restritas - Títulos mantidos até o vencimento	5.237	5.237	4.824	4.824
Clientes e outras contas a receber	475.464	475.464	472.177	472.177
Empréstimos e financiamentos	(27.293)	(27.293)	(27.735)	(27.735)
Fornecedores e outras contas a pagar	(135.887)	(135.887)	(176.250)	(176.250)
Instrumentos financeiros derivativos designados ao valor justo por meio do resultado	545	545	(1.037)	(1.037)
Instrumentos financeiros derivativos designados em relações de contabilização de *hedge*	-	-	(488)	(488)

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial se equivalem aos seus respectivos valores justos e não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são similares ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.
- Clientes e outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- Empréstimos e financiamentos - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são similares aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.
- Instrumentos financeiros derivativos - Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2. **(c) Gestão de capital -** A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento. Dentre as estratégias adotadas pela Companhia, destacam-se: Gestão da Dívida: a Companhia tem como meta a não renovação de empréstimos bancários com juros elevados, focando em operações de financiamento no longo prazo atreladas a investimentos produtivos que apresentem condições de prazo e taxas de juros mais atrativas. Os indicadores de gestão da dívida em 31 de dezembro de 2017 estão abaixo apresentados:

	Consolidado	
Indicadores de Gestão de Capital	2017	2016
Dívida Curto Prazo	(27.293)	(2.123)
Dívida Longo Prazo	-	(25.612)
Total da Dívida	**(27.293)**	**(27.735)**
(–) Caixa e equivalentes de caixa	148.821	204.755
Caixa Líquido	**121.528**	**177.020**

Em linha com as estratégias de capital de giro e gestão da dívida, a Companhia segue a meta de não renovar empréstimos bancários com juros elevados, o que lhe permite reduzir a dívida e incrementar sua geração de caixa livre. **(d) Análise de sensibilidade - (i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros -** Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI. Em 31 de dezembro de 2017, a Administração considerou como cenário provável as taxas anualizada para o período referência. Os rendimentos das aplicações financeiras e despesas dos empréstimos foi projetado para os próximos 12 meses.

			Consolidado					
			Provável		Possível		Remoto	
Operação	**Valores R$**	**Risco**	**%**	**Ganho (Perda)**	**%**	**Ganho (Perda)**	**%**	**Ganho (Perda)**
Aplicações financeiras (*)	109.318	Baixa CDI	6,89	-	5,17	(1.883)	3,45	(3.766)
Exim Pré-embarque	(18.531)	Aumento TJLP	7,00	-	8,75	(324)	10,50	(649)
Exim Pré-embarque	(8.762)	Aumento SELIC	7,00	-	8,75	(153)	10,50	(307)

(*) Saldo em 31 de dezembro de 2017 de aplicações em CDB e Operações compromissadas classificadas em caixa e equivalência de caixa e não circulante sujeitas a variação do CDI.

continua...

...continuação

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio - A Companhia possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira, principalmente o dólar-americano (USD) no balanço de 31 de dezembro de 2017 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado vigente no período de elaboração destas informações contábeis. A taxa provável foi então corrigida em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

						Consolidado	
		Provável		Possível		Remoto	
Operação	Saldo 2017 R$	Taxa USD	Ganho (Perda)	Taxa USD	Ganho (Perda)	Taxa USD	Ganho (Perda)
Caixa em moeda estrangeira	3.169	3,3074	-	4,1343	792	4,9611	1.585
Contas a receber	17.876	3,3074	-	4,1343	4.469	4,9611	8.938
Fornecedores	(29.640)	3,3074	-	4,1343	(7.410)	4,9611	(14.820)
Instrumentos financeiros derivativos (Notional USD 14.000)	46.304	3,3074	-	4,1343	11.576	4,9611	23.151
Exposição e ganhos e perdas líquidos	**37.709**		-		**9.427**		**18.854**

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº 475/08, a Companhia avalia suas aplicações financeiras e seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das Demonstrações Financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial em aberto em 31 de dezembro de 2017, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de risco "provável" das tabelas acima.

(e) Instrumentos financeiros derivativos - A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, referente a contratos futuros de compra de dólares que são utilizados, principalmente, como instrumentos para *hedge* dos fluxos financeiros decorrentes de importações. Tais operações, quando existentes, são monitoradas por meio de seus controles internos. Até 31 de dezembro de 2016 existiam operações designadas como "*hedge accounting*", liquidadas no exercício de 2017, cujo objeto estava relacionado as importações e compras futuras de mercadoria para revenda em moeda estrangeira altamente prováveis. A contabilização adotada pela Companhia foi o *hedge* de fluxo de caixa ("*cashflow hedge*"). Essas operações de derivativos eram contabilizadas no balanço da Companhia pelo seu valor justo e a parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa era reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, sendo reclassificada para o resultado no momento em que o item objeto de *hedge* afetava o resultado, na mesma rubrica em que tal item era reconhecido. Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte inefetiva ou não designada eram reconhecidos imediatamente no resultado financeiro. Em 31 de dezembro de 2017, as operações de derivativos (NDF - Non Deliverable Forward) mantidas pela Companhia não foram designadas para "*hedge accounting*" foram contratadas, nos seguintes montantes e condições:

Data da contratação	Data de vencimento	Valor lastreado USD mil	Cotação alvo média	Valor Justo em Aberto	Valor Justo Liquidado	Outros resultados abrangentes	Reconhecido em Outros resultados abrangentes (represado) (*)	Resultado operacional	Resultado financeiro
17/05/16	02/01/17	2.000	3,2591	(965)	-	(835)	-	(139)	9
28/10/16	02/01/17	1.200	3,2591	10	-	164	-	-	(154)
29/11/16	01/02/17	2.700	3,2782	(570)	-	(366)	-	-	(204)
15/04/16	01/11/16	1.200	3,1789	-	(673)	-	(562)	(111)	-
17/05/16	01/12/16	300	3,3967	-	(94)	-	(136)	-	42
17/05/16	01/12/16	2.700	3,4004	-	(835)	-	(704)	(131)	-
		10.100		**(1.525)**	**(1.602)**	**(1.037)**	**(1.402)**	**(381)**	**(307)**

(*) O valor reconhecido em Outros resultados abrangentes represado, foi realizado contra rubrica de Resultado operacional no momento em que o item objeto de *hedge* afetou o resultado.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia tinha um "nocional" de instrumentos derivativos de USD 10.100 (USD 5.900 referente operações em aberto e USD 4.200 referente operações liquidadas, cujas mercadorias não foram vendidas) e, essas operações acumulavam um saldo devedor referente à variação entre os valores de referência dos derivativos contratados e as respectivas apurações de valor justo de R$ 1.525 registrado na rubrica de instrumentos financeiros derivativos no passivo circulante. Como contrapartida, foram registrados os seguintes valores nas seguintes rubricas: R$ 1.037 em Ajuste de Avaliação Patrimonial - Outros Resultados Abrangentes (R$ 685 líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos), R$ 139 reconhecido como despesa em Resultado Operacional e R$ 349 reconhecido como Despesa Financeira. Adicionalmente, o montante de R$ 1.602 foi liquidado gerando perda de R$ 1.402 (R$ 925 líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos) represado em Outros Resultados Abrangentes, R$ 242 reconhecido como despesa em Resultado Operacional e R$ 42 reconhecido como Despesa Financeira. As liquidações das operações de NDF's no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 somaram um Nocional de USD 35.400 (cujas mercadorias foram vendidas), gerando um valor que representou uma perda de R$ 4.642 para a Companhia, dos quais R$ 11 foi reconhecido como receita em Resultado Operacional (R$ 737 como despesa em 2016 e R$ 748 como receita em 2015) e R$ 4.653 reconhecido como Despesa Financeira (R$ 4.544 em 2016 e R$ 109 em 2015).

24. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

(a) Capital social - O capital social autorizado é composto por 350.000.000 ações ordinárias, todas sem valor nominal, sendo que, em 31 de dezembro de 2017, o capital subscrito e integralizado é composto por 161.843.634 ações ordinárias distribuídas entre os seguintes acionistas (acima de 5%):

	2017		2016	
Investimento e Participação INPASA S.A.	11.964.724	7,4%	11.964.724	7,4%
Ivo Hering	11.768.370	7,3%	11.768.370	7,3%
Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda.	8.120.812	5,0%	-	0,0%
Coronation Fund Managers Ltd. (*)	8.052.473	5,0%	24.370.992	15,1%
Cambuhy Investimentos Ltda.	7.576.100	4,7%	9.983.500	6,2%
Gávea Investimentos Ltda.	5.522.022	3,4%	25.259.342	15,7%
Outros	108.839.133	67,2%	77.881.559	48,3%
	161.843.634	**100%**	**161.228.487**	**100%**

(*) Gestor com sede na África do Sul.

Em 26 de maio de 2017 foram emitidas 51.528 ações totalizando o montante de R$ 765, e em 18 de agosto de 2017 foram emitidas 563.619 ações totalizando o montante de R$ 8.160, para fazer frente ao Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. **(b) Ações em tesouraria -** Em 24 de julho de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou um Programa de Recompra de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia. Este programa vigorou até 25 de julho de 2015, e foram adquiridas 3.732.700 ações, das quais 323.000 (trezentas e vinte e três mil) encontravam-se em tesouraria até o período findo em 31 de dezembro de 2016. Em 01 de agosto de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a criação de um Novo Programa de Recompra de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia, para permanência em tesouraria e posterior alienação e/ou cancelamento e/ou para fazer frente ao "Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia", limitado a 5.000.000 (cinco milhões) de ações ordinárias da Companhia, cujo prazo de encerramento é 01 de fevereiro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2017 não haviam ações em tesouraria, sendo a movimentação do exercício demostrada abaixo:

	Quantidade (milhares)	Custo médio R$ (*)	Custo total R$ mil
Saldo em 31 de dezembro de 2016	323	14,28	4.614
Alienação de ações em tesouraria, pelo exercício de opção de compra em 26 de maio de 2017	(323)	14,28	(4.614)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-	-

(*) Inclui corretagem e taxas da BM&FBovespa e CBLC.

continua...

...continuação

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

No segundo trimestre de 2017 foram exercidas 323.000 ações do 3º, 9º e 10º Programa de *stock options*, a um custo médio de R$ 16,06, totalizando um montante de R$ 5.189. Para fazer frente a esse exercício de *stock options*, a Companhia utilizou o saldo das ações em tesouraria a um custo médio de R$ 14,28, totalizando um montante de R$ 4.614. **(c) Reserva de capital -** Opções de compra de ações outorgadas conforme descritos na nota explicativa 27 são registrados como reservas de capital.

(d) Reservas de lucros

• Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Lucro líquido do exercício	263.781
Reserva legal 5%	13.189

• Retenção de lucros

Refere-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal, da proposta de distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro. Em 2016 e 2017 parte do saldo desta reserva foi utilizado para pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio.

• Outras reservas de lucros

Incentivos fiscais - Referem-se aos montantes apurados de subvenções recebidas para investimentos (nota explicativa 19) e incentivos de redução do IRPJ conforme segue:

	2017	2016
Lei do Vestuário - GO	443.736	313.369
Pró-Emprego - SC	87.084	87.084
Proadi - RN	87.619	84.705
Fomentar - GO	31.750	31.750
Lucro Exploração IRPJ	29.526	29.449
Créd. Presumido Importados/Internet - SC	14.413	-
Produzir - GO	6.562	6.562
Crédito Atacadista - GO	2.607	-
Redução Reinvestimento IRPJ	336	1.605
	703.633	**554.524**

Em assembleia geral extraordinária realizada em abril de 2017 foi aprovado o aumento de capital social no valor de R$ 1.269, com utilização de parte do saldo de reserva de incentivos fiscais de reinvestimento de Imposto de Renda. **(e) Remuneração aos acionistas -** O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Lucro líquido do exercício	263.781
(-) Reserva legal	(13.189)
(-) Reserva de lucro - incentivos fiscais	(150.378)
Base de cálculo	**100.214**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%) - pagos durante exercício	25.053
Dividendos adicionais e Juros sobre o Capital Próprio deliberados pelo Conselho de Administração e pagos durante exercício	159.932
	184.985

Durante o exercício de 2017 foi pago o montante total de R$ 184.985, correspondente aos dividendos obrigatórios de R$ 25.053 e dividendos adicionais e juros sobre capital próprio de R$ 159.932, conforme demonstrado a seguir:

Proventos	Valor total	Quantidade de ações na data (em milhares)	Montante por ação (R$)	Aprovado em	Pago em
Juros sobre o Capital Próprio	42.997	161.280*	0,2666	31/05/17	28/06/17
Dividendos	49.997	161.280*	0,3100	01/08/17	17/08/17
Dividendos	49.993	161.843*	0,3089	30/08/17	25/10/17
Juros sobre o Capital Próprio	41.998	161.843*	0,2595	22/11/17	13/12/17
	184.985				

(*) A quantidade de ações considerada para cálculo está líquida das ações em tesouraria.

Em 2016, adicionalmente ao montante pago de R$ 124.067, a Administração fez a proposta de R$ 74.998 para pagamento de dividendos com utilização da Reserva de Retenção de Lucros, a qual foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 2017 e pagos em 31 de maio de 2017. **(f) Ajuste de avaliação patrimonial -** O saldo é representado pelo efeito da contabilização de benefícios a empregados do Plano de Previdência Privada HeringPrev, Plano de Saúde (nota explicativa 22), instrumentos financeiros derivativos designados como *Hedge Accounting* (nota explicativa 23) e correção monetária dos ativos imobilizados sendo este o saldo mais representativo.

25. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calcula juros sobre o capital próprio, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi pago aos acionistas o montante de (i) R$ 37.268 (líquido do IRRF no montante de R$ 5.729) correspondente ao ano de 2017, aprovado em reunião do Conselho de Administração de 31 de maio de 2017; (ii) R$ 36.981 (líquido do IRRF no montante de R$ 5.017) correspondente ao ano de 2017, aprovado em reunião do Conselho de Administração de 22 de novembro de 2017.

26. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia concede a todos os empregados bônus relacionado ao plano de participação nos resultados, o qual está vinculado ao alcance de objetivos específicos, baseado no cumprimento de metas individuais e corporativas, estabelecido e acordado no início de cada ano. Em 31 de dezembro de 2017 houve a provisão de R$ 25.168 (em 31 de dezembro de 2016 não houve provisão em função do resultado abaixo do esperado), cujo pagamento está previsto para ocorrer durante mês de março de 2018.

27. PROGRAMA DE *STOCK OPTIONS*

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía dois Plano de Opção de Compra de Ações, sendo um aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008 (Plano 2008), e um novo Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em 04 de dezembro de 2017 (Plano 2017). A aprovação dos programas de outorgas de ações no âmbito de cada plano é efetuada pelo Conselho de Administração da Companhia. A data de aprovação, a quantidade de ações outorgadas por programa e o preço de exercício por ação, estão divulgados abaixo:

	Plano de Opção de Compra de Ações							
							Plano 2008	Plano 2017
	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	1º
Data de aprovação	04/mai/11	08/mai/12	21/mai/13	25/jul/13	21/mai/14	29/jul/15	24/mai/16	13/dez/17
Quantidade de ações outorgadas	265.000	246.000	264.000	72.872	953.850	1.335.112	1.226.445	701.541
Preço de exercício - R$/ação	31,84	45,83	38,61	34,24	25,05	12,64	14,25	26,50

Os programas preveem que as opções outorgadas aos beneficiários eleitos somente poderão ser exercidas se observados os seguintes prazos e condições (*vesting condition*): (a) até 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto da opção a partir do final do primeiro ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário; (b) até 50% (cinquenta por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do segundo ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário; (c) até 75% (setenta e cinco por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do terceiro ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário; e (d) até 100% (cem por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do quarto ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário. O exercício das opções somente poderá ocorrer desde que se verifique à continuidade da relação jurídica entre o Beneficiário e a Companhia ou com qualquer de suas controladas ou coligadas, até a data do efetivo exercício das opções. Os programas preveem também o direito ao exercício, em caso de falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente do participante. Após uma opção ter se tornado exercível, o beneficiário poderá exercê-la a qualquer tempo, até o término do prazo de sete anos contados da data de outorga de tal opção. Cada opção corresponde ao direito de subscrever uma ação da Companhia. O exercício de opções garante aos beneficiários os mesmos direitos concedidos aos demais acionistas da Companhia. A Administração desse plano foi atribuída a um comitê designado pelo Conselho de Administração. Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento baseado em ações, a Companhia apurou o valor justo das opções. O valor foi calculado por empresa terceirizada especializada neste tipo de cálculo que utilizou o modelo Black & Scholes para o 1º ao 5º programa, modelo Binomial para o 6º ao 10º programa do Plano de 2008 e para 1º programa do Plano de 2017 (utilizou-se esse método pois esse permite adequadamente a inclusão de premissas como exercício antecipado, expiração por perda do vínculo e outras características). O valor justo das opções na data da outorga está apresentado na linha Preço total na tabela abaixo e consideram as seguintes premissas para precificação:

continua...

...continuação

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Plano de Opção de Compra de Ações											
										Plano 2008		Plano 2017
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	1º	
Data da avaliação	29/mai/08	28/mai/09	27/mai/10	04/mai/11	08/mai/12	21/mai/13	25/jul/13	21/mai/14	29/jul/15	24/mai/16	13/dez/17	
Quantidade de ações	532.000	304.048	184.000	265.000	246.000	264.000	72.872	953.850	1.335.112	1.226.445	701.541	
Preço de exercício	9,61	7,18	36,67	31,84	45,83	38,61	34,24	25,05	12,64	14,25	26,50	R$/ação
Preço de fechamento	10,42	11,04	41,5	33,5	45,91	43,5	30,56	21,79	11,64	13,08	26,21	R$/ação
Volatilidade ao dia	2,67%	4,27%	3,07%	2,13%	2,34%	1,83%	2,36%	2,19%	2,75%	2,49%	2,67%	
Volatilidade ao ano	42,46%	67,84%	48,73%	33,76%	37,21%	29,01%	37,46%	34,63%	43,71%	39,50%	37,44%	
Dividendos esperados	2,00%	2,47%	1,88%	2,76%	4,00%	4,00%	4,00%	5,10%	5,50%	5,50%	4,70%	a.a.
Taxa de desligamento (*)	-	-	-	-	-	1,01%	1,01%	1,10%	5,00%	14,29%	-	a.a.
Taxa de desligamento (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	15,00%	13,64%	-	a.a.
Market to Strike Ratio	-	-	-	-	-	2,33	2,33	2,25	2,25	2,24	2,09	
Cupom de IPCA (**)	7,34%	6,57%	6,77%	6,35%	3,65%	3,83%	4,89%	6,16%	6,65%	6,13%	5,12%	a.a.
Prazo total	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	anos
Preço unitário da opção	5,76	8,29	24,78	14,89	17,00	11,87	8,80	5,38	3,30	2,90	7,96	R$/ação
Preço total	3.065	2.520	4.559	3.946	4.183	3.134	641	5.128	4.404	3.561	5.585	R$ mil
Quantidade de ações após o desdobramento (***)	1.596.000	912.144	552.000	265.000	246.000	264.000	72.872	953.850	1.335.112	1.226.445	701.541	

(*) Taxa de desligamento da Companhia, a partir do 9º programa é apresentada segregada entre Diretoria e Outros.

(**) Taxa de juros livre de risco.

(***) Em 29 de outubro de 2010, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o desdobramento das ações de emissão da Companhia, na proporção de duas novas ações para cada ação ordinária possuída, passando cada uma ação ordinária a ser representada por três novas ações após o desdobramento. Esse desdobramento está refletido na quantidade de ações outorgadas no 1º,2º e 3º programas.

O preço de fechamento da ação da Cia. Hering, negociada sob o código HGTX3, e a taxa de volatilidade, acima informada, para o 1º ao 3º, 5º ao 10º programa do Plano 2008 e 1º Programa do Plano 2017 foram obtidas diretamente do serviço Bloomberg, e para o 4º programa foram retiradas diretamente do serviço Economática. A curva de cupom de IPCA foi obtida do site da Bolsa de Mercados e Futuros (BM&F) no campo Dados Históricos, Pesquisas por Pregão, Arquivo "Mercado de Derivativos - Taxas de Mercado para *Swaps*". O contrato de cupom de IPCA é negociado com o código DAP. Para a taxa de volatilidade, foi retirada uma série de preços de fechamento da ação da Companhia, sob o código HGTX3, e sobre ela foi calculada a volatilidade histórica diária, que posteriormente foi anualizada para uso no cálculo do valor de mercado das *Stock Options*.

Os períodos analisados foram:

	Plano de Opção de Compra de Ações										
										Plano 2008	Plano 2017
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	1º
Data de início	30/05/07	29/05/08	28/05/09	31/05/10	09/05/11	30/09/10	31/08/10	23/11/11	29/07/08	26/05/09	15/03/10
Data de término	29/05/08	28/05/09	27/05/10	04/05/11	08/05/12	21/05/13	25/07/13	21/05/14	29/07/15	24/05/16	04/12/17

(a) Plano de Opção de Compra de Ações 2008, liquidável em ações (Plano 2008) - No Plano de Opção de Compra de Ações de 2008 foram emitidos dez programas de opções de ações. As ações outorgadas no 1º, 2º e 3º programa de opções de ações, foram integralmente exercidas pelos beneficiários. Observado os prazos de carência estabelecidos nos Programas, cada Opção de Compra outorgada permite ao Beneficiário, definido pelo Conselho de Administração, o direito de subscrever uma ação da Companhia. Para fins comparativos, estamos considerando o desdobramento das ações para o 1º, 2º e 3º programas, para as opções de ações outorgadas, exercidas e canceladas desde o início dos programas de opções. Do número total de 7.423.423 (1º, 2º e 3º programas após o desdobramento e 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º e 10º programa) opções de ações outorgadas nos programas, 306.000 opções de ações foram exercidas e convertidas em ações durante o período de 2009, 633.036 durante o período de 2010, 708.035 durante o período de 2011, 793.785 durante o período de 2012, 387.288 durante o período de 2013, 27.000 durante o exercício de 2016 e 938.147 durante o exercício de 2017 e 174.000 foram canceladas no período de 2009, 47.600 no período de 2013, 365.297 durante o período de 2015, 38.197 durante o período de 2016 e 303.028 durante o período de 2017. Considerando a hipótese de que todas as opções que estivessem disponíveis fossem exercidas em 31 de dezembro de 2017, a diluição do capital dos atuais acionistas seria de 1,67% (2,45% em 31 de dezembro de 2016). O preço médio de exercício das opções de ações, apresentado conforme as movimentações das opções estão demonstradas a seguir:

	2017		2016	
	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
Opções em circulação no início do período	3.943.185	24,22	2.781.937	26,62
Opções outorgadas	-	-	1.226.445	14,25
Opções exercidas (nota explicativa 24.a/b)	(938.147)	15,04	(27.000)	13,90
Opções canceladas	(303.028)	19,87	(38.197)	20,63
Opções em circulação no final do período	**2.702.010**	**28,39**	**3.943.185**	**24,22**
Opções exercíveis no final do período	1.149.372	44,08	1.379.740	36,36

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 a Companhia reconheceu no resultado um montante de R$ 4.497 (R$ 5.516 em 31 de dezembro de 2016) referente ao valor justo do plano. **(b) Novo Plano de Opção de Compra de Ações 2017, liquidável em ações (Plano 2017) -** Foi aprovado pela Cia. Hering um Novo Plano de Outorga de Opções na Assembleia Extraordinária de 04 de dezembro de 2017. Observado os prazos de carência estabelecidos nos Programas, cada Opção de Compra outorgada permite ao Beneficiário, definido pelo Conselho de Administração, o direito de subscrever uma ação da Companhia. O cálculo do preço de exercício da Opção de Compra a ser pago pelos Beneficiários será definido, nos termos dos Planos de Opções, pela média ponderada por volume das negociações das cotações de fechamento das ações ordinárias da Companhia na B3 Brasil Bolsa Balcão, nos 90 (noventa) pregões anteriores à data de aprovação de cada Programa de Outorga de Opção de Compra pelo Conselho de Administração (Preço de Exercício), cujo preço de exercício será corrigido pelo IPC-A, desde a data de outorga da respectiva Opção de Compra até a data de exercício. As Opções de Compra poderão ser exercidas total ou parcialmente no prazo e período fixado em cada Programa, contados da data de sua aprovação/outorga pelo Conselho de Administração. Em 13 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração da Cia. Hering aprovou o primeiro programa de opções de compra de ações, deste Plano, no montante de 701.541 opções de ações destinado a Administradores e colaboradores elegíveis da Companhia. Considerando a hipótese de que todas as opções que estivessem disponíveis fossem exercidas em 31 de dezembro de 2017, a diluição do capital dos atuais acionistas seria de 0,43%.

	2017	
	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
Opções outorgadas	701.541	26,50
Opções em circulação no final do período	**701.541**	**26,50**

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 a Companhia reconheceu no resultado um montante de R$ 233 referente ao valor justo do plano. **(c) Programa de Incentivo Atrelado a Ações -** Foi aprovado pela Cia. Hering um Plano de Incentivo Atrelado a Ações na Assembleia Extraordinária de 04 de dezembro de 2017. No programa de incentivo de *matching* de ações, para cada ação ordinária da Companhia adquirida pelos Beneficiários, utilizando-se o percentual de sua remuneração variável anual paga pela Companhia e até o limite estabelecido nos seus respectivos contratos de adesão, a Companhia outorgará ao Beneficiário o direito de receber gratuitamente entre 0,5% e 1,25% em ações ordinárias da Companhia ("*Matching*"), conforme os termos estabelecidos nos respectivos Programas e Contratos de Adesão, podendo ser liquidável em ações ou liquidável em caixa. A transferência da propriedade das ações ordinárias outorgadas aos Beneficiários a título de *Matching*, uma vez observadas as condições estabelecidas no Plano e respectivo Programa, será realizada em um único lote, após 4 (quatro) ou 5 (cinco) anos, conforme definido em cada contrato de adesão, a contar da data da outorga. No exercício de 2017 não houve ações outorgadas como parte deste programa e portanto, sem impactos contábeis.

continua...

...continuação

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

28. RECEITA OPERACIONAL

A receita líquida da Companhia possui a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita de venda mercado interno	1.480.137	1.445.454	1.483.920	1.449.575
Receita de venda em lojas próprias	349.725	291.436	349.725	291.436
Receita de venda mercado externo	50.275	42.108	50.275	42.108
Receita de *royalties*	17.627	18.020	17.627	18.020
Devoluções	(59.905)	(52.707)	(59.905)	(52.707)
Receita bruta de vendas	**1.837.859**	**1.744.311**	**1.841.642**	**1.748.432**
Ajuste a valor presente - Receita	(46.787)	(42.323)	(46.787)	(42.323)
Abatimentos e Repasse IBCC (Instituto Brasileiro de Controle do Câncer)	(3.647)	(4.700)	(3.647)	(4.700)
Impostos sobre as vendas	(228.673)	(226.039)	(228.887)	(226.272)
Deduções da receita	**(279.107)**	**(273.062)**	**(279.321)**	**(273.295)**
Receita líquida	**1.558.752**	**1.471.249**	**1.562.321**	**1.475.137**

29. CUSTOS DOS BENS OU SERVIÇOS VENDIDOS

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Matéria prima e material de revenda	470.169	477.463
Salários, encargos e benefícios	175.473	173.854
Depreciação	28.505	28.080
Mão-de-obra terceirizada	148.649	164.553
Energia	10.832	11.782
Outros Custos	38.645	37.379
	872.273	**893.111**

30. DESPESAS COM VENDAS

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Despesas comissões s/vendas	55.803	56.594
Despesas fretes s/vendas	38.958	40.827
Despesas com pessoal	90.727	80.681
Despesas com propaganda e publicidade	52.976	49.603
Despesas com locação de imóveis	44.317	37.481
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.361	11.922
Despesas com amostras e desenv. de produtos	15.205	14.563
Despesas com viagens e estadias	7.849	7.352
Despesas com serviços de terceiros	16.981	17.008
Outras despesas	15.248	9.313
	350.425	**325.344**

31. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Despesas com pessoal	26.600	24.336	26.621	24.336
Despesas com serviços de terceiros	12.897	9.311	12.897	9.311
Despesas com propaganda institucional	1.598	1.724	1.598	1.724
Despesas com doações	5	272	5	272
Despesas com serviços de TI	3.758	2.858	3.758	2.858
Despesas com viagens	1.332	1.258	1.332	1.258
Despesas com locação	2.270	2.027	2.270	2.027
Outras despesas	2.671	2.786	2.693	2.815
	51.131	**44.572**	**51.174**	**44.601**

32. OUTRAS (DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Outras receitas operacionais				
Créditos tributários (a)	4.495	6.767	4.495	6.767
Indenização recebida de sinistro	1.117	2.020	1.117	2.020
Receita venda de imobilizado, intangível e bens destinados à venda	291	1.934	291	1.934
Empréstimos Compulsório (b)	8.048	-	8.048	-
Outras	5.967	1.957	5.967	1.957
	19.918	**12.678**	**19.918**	**12.678**
Outras despesas operacionais				
Constituições e reversões de provisões trabalhistas e cíveis	(7.085)	(4.214)	(7.085)	(4.214)
Plano de ações	(4.730)	(5.516)	(4.730)	(5.516)
Avaliação atuarial plano de saúde e previdência	(103)	14.375	(103)	14.375
Custo referente baixa de imobilizado/ intangível	(843)	(1.995)	(843)	(1.995)
FUNEFTE - Goiás	-	(1.096)	-	(1.096)
Indenizações trabalhista (c)	(2.207)	(10.520)	(2.207)	(10.520)
Fundo Protege Goiás (d)	(17.624)	(22.002)	(17.624)	(22.002)
Indenização Representantes	(3.233)	-	(3.233)	-
Outras	(4.756)	(4.777)	(5.604)	(5.218)
	(40.581)	**(35.745)**	**(41.429)**	**(36.186)**
Outras (despesas) e receitas operacionais líquidas	**(20.663)**	**(23.067)**	**(21.511)**	**(23.508)**

(a) Em 2017 refere-se principalmente à créditos do RAT(Risco Ambiental do Trabalho) e INSS Cooperativas. Em 2016 refere-se principalmente à créditos PIS e COFINS extemporâneos. (b) Refere-se à crédito remanescente de discussão judicial conforme descrito na nota explicativa 12. (c) Indenização trabalhista referente reorganização da estrutura. (d) Refere-se ao Fundo Protege Goiás, que corresponde ao percentual de 15% aplicado sobre o valor do incentivo fiscal utilizado pelo contribuinte conforme Lei nº 14.469 de 16/07/2003.

33. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas financeiras				
Juros sobre operações financeiras	20.347	27.525	20.347	27.525
Juros sobre tributos recuperados	2.343	6.660	2.343	6.660
Ajuste a valor presente	46.642	44.529	46.642	44.529
Outras receitas	14.749	12.197	14.793	12.253
Empréstimo Compulsório (a)	22.654	-	22.654	-
Receitas com derivativos	156	-	156	-
Variação cambial ativa, líquida	820	-	858	-
	107.711	**90.911**	**107.793**	**90.967**
Despesas financeiras				
Juros sobre operações financeiras	(3.070)	(755)	(3.070)	(755)
Encargos financeiros sobre tributos	(524)	(2.262)	(524)	(2.262)
Ajuste a valor presente	(18.063)	(24.388)	(18.063)	(24.388)
Despesa com derivativos	-	(4.851)	-	(4.851)
Atualização provisões para riscos	(696)	(160)	(696)	(160)
IOF sobre operações financeiras	(70)	(81)	(70)	(81)
Outras despesas	(6.217)	(8.156)	(6.261)	(8.194)
Variação cambial passiva líquida	-	(3.273)	-	(3.598)
	(28.640)	**(43.926)**	**(28.684)**	**(44.289)**
Resultado financeiro líquido	**79.071**	**46.985**	**79.109**	**46.678**

(a) Refere-se à crédito remanescente de discussão judicial conforme descrito na nota explicativa 12.

34. DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Impostos correntes:				
Contribuição social	(5.134)	664	(5.243)	545
Imposto de renda	(13.562)	1.526	(13.847)	1.221
	(18.696)	**2.190**	**(19.090)**	**1.766**
Impostos diferidos:				
Contribuição social	1.068	29	1.068	29
Imposto de renda	2.946	22	2.946	22
	4.014	**51**	**4.014**	**51**

(b) Reconciliação da alíquota efetiva do imposto

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro líquido antes de impostos	278.463	197.176	278.857	197.600
Alíquota vigente:	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente	(94.677)	(67.040)	(94.811)	(67.184)
Efeito fiscal das adições e exclusões permanentes:				
Resultado de participação em controladas	779	899	-	-
Subvenção para investimento (i)	51.102	44.277	51.102	44.277
Juros sobre capital próprio	28.899	28.588	28.899	28.588
Passivo atuarial benefícios a empregados	-	(4.888)	-	(4.888)
Incentivos PAT, Lei Rouanet e FIA	1.166	-	1.166	-
Outras adições (exclusões) permanentes	(1.951)	405	(1.432)	1.024
Imposto de renda e contribuição social	**(14.682)**	**2.241**	**(15.076)**	**1.817**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(18.696)	2.190	(19.090)	1.766
Imposto de renda e contribuição social diferido	4.014	51	4.014	51
Alíquota efetiva	5%	-1%	5%	-1%

(i) Refere-se aos benefícios fiscais, mencionados na nota explicativa 19.

continua...

...continuação

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Composição dos impostos diferidos no resultado do exercício

	Controladora e Consolidado	
	2017	**2016**
Constituição sobre adições temporárias	12.302	(1.111)
Reversão sobre exclusões temporárias	(79)	(343)
Constituição sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	(8.332)	1.388
Realização da correção monetária do ativo próprio	123	117
	4.014	**51**

35. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

(a) Lucro básico por ação - O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	Consolidado	
	2017	**2016**
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	263.781	199.417
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias - milhares	161.248	162.010
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em tesouraria - milhares	(127)	(1.132)
	161.121	**160.878**
Lucro básico por ação - R$	**1,6372**	**1,2396**

(b) Lucro diluído por ação - O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas. A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais dilutivas que se refere a opção de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados as opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra de ações.

	Consolidado	
	2017	**2016**
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	263.781	199.417
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação - milhares	161.121	160.878
Ajuste por opções de compra de ações - milhares	3.404	3.943
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação - milhares	164.525	164.821
Lucro diluído por ação - R$	**1,6033**	**1,2099**

36. ARRENDAMENTOS MERCANTIS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía 92 (87 em 31 de dezembro de 2016) contratos de locação para suas unidades comerciais, industriais e administrativas. Em atendimento à Deliberação CVM nº 554/08 e a norma internacional IAS 17, a Companhia analisou os referidos contratos e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das unidades comerciais (lojas), em sua maioria, preveem uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo, sendo a obrigação mensal da Companhia, pagar o maior valor entre ambos. Além disso, alguns contratos preveem o pagamento adicional relativo ao mês de dezembro. Os valores mínimos a pagar dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação e alguns contratos preveem reajustes escalonáveis durante o prazo de vigência do contrato. Os contratos, em sua maioria, possuem prazos de duração de cinco anos com a opção de renovação após essa data. Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis, considerando os pagamentos adicionais e os reajustes escalonáveis, estão segregados da seguinte forma:

	Consolidado	
	2017	**2016**
Até um ano	33.116	29.000
Acima de um ano e até cinco anos	39.486	48.598
Acima de cinco anos	1.124	1.638
	73.726	**79.236**

A Companhia reconheceu os seguintes valores com operações de arrendamento mercantil operacional (pagamentos mínimos acrescidos de alugueis percentuais sobre vendas) em despesas de vendas, administrativas e custos:

	2017	**2016**
Despesas com arrendamento mercantil operacional	51.793	44.671

37. SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como têxtil, o qual abrange a produção e a comercialização de artigos de vestuário e acessórios. A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos. Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, mercados ou canais de venda;
- as suas unidades fabris operam para todas as suas linhas de produtos, mercados e canais de venda;
- as decisões estratégicas da Companhia estão embasadas em estudos que demonstram oportunidades de mercado e não apenas no desempenho por produto, marca ou canal.

Os produtos da Companhia são distribuídos por marcas e canais diferentes (Marca: Hering, Hering Kids, PUC e DZARM. e Canal: Multimarca, Franquias, Lojas Próprias e *Webstore*), no entanto, são controlados e gerenciados pela administração como único segmento, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma centralizada. Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta mercado interno consolidada por marca e canal de distribuição, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
Marca	**2017**	**2016**
Hering	1.321.317	1.270.664
Hering Kids	243.537	218.233
PUC	120.065	118.663
DZARM.	71.495	64.603
Outras	34.953	34.161
Receita bruta mercado interno	**1.791.367**	**1.706.324**
Receita bruta mercado externo	**50.275**	**42.108**
Receita bruta total	**1.841.642**	**1.748.432**

	Consolidado	
Canal	**2017**	**2016**
Multimarcas	760.191	722.669
Franquias	632.470	646.043
Lojas próprias	318.952	265.424
Webstore	44.801	38.027
Outras	34.953	34.161
Receita bruta mercado interno	**1.791.367**	**1.706.324**
Receita bruta mercado externo	**50.275**	**42.108**
Receita bruta total	**1.841.642**	**1.748.432**

As receitas líquidas no mercado interno e externo estão apresentadas abaixo:

	Consolidado	
	2017	**2016**
Receita bruta mercado interno	1.791.367	1.706.324
Receita bruta mercado externo	50.275	42.108
Receita bruta	**1.841.642**	**1.748.432**
Deduções da receita	(279.321)	(273.295)
Receita líquida	**1.562.321**	**1.475.137**

A receita no mercado externo não está sendo demonstrada separadamente por área geográfica, pois representa em 31 de dezembro de 2017 apenas 3,22% (2,85% em 31 de dezembro de 2016) do total da receita líquida (saldos da controladora e consolidado). Não há clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 10% das vendas no mercado interno e externo.

38. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 142.188 para danos materiais, R$ 213.180 para lucros cessantes e R$ 27.000 para responsabilidade civil.

39 DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

DIRETORIA

Fábio Hering - Diretor Presidente
Cristina Caresia Marques - Diretora de Gestão de Pessoas e de Organização
Edgar de Oliveira Filho - Diretor Industrial
Edson Amaro - Diretor de Marcas
Rafael Bossolani - Diretor de Finanças e de Relações com Investidores
Marciel Eder Costa - Diretor Administrativo
Moacyr José Matheussi - Diretor de Suprimentos
Ronaldo Loos - Diretor Comercial
Felipe Correa Pivatelli - Diretor de Varejo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ivo Hering - Presidente
Fábio Hering - Conselheiro
Marcelo Pereira Lopes de Medeiros - Conselheiro
Marcio Guedes Pereira Junior - Conselheiro
Marcos Barbosa Pinto - Conselheiro
Patrick Charles Morin Junior - Conselheiro
Fabio Colletti Barbosa - Conselheiro

Cleonice Ghidolin Destri - Contadora CRC-SC nº 27.477/O-4

continua...

...continuação

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas Conselheiros e Administradores da

Cia Hering
Blumenau - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cia. Hering (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cia. Hering em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Benefícios a empregados	
Consulte as notas explicativas 3.k e 22 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principal assunto de auditoria	**Como nossa auditoria endereçou esse assunto**
A Companhia patrocina planos de previdência de benefício definido e de contribuição definida para seus funcionários. Os planos classificados como benefício definido podem gerar passivos relevantes, os quais são calculados com base em premissas atuariais. As obrigações desses planos são calculadas com referência a premissas atuariais, incluindo, entre outras, taxas de desconto, tábua de mortalidade pós-aposentadoria, expectativas de vida. Devido à relevância e julgamento envolvido na determinação das estimativas efetuadas para mensurar o valor líquido de passivo dos planos de pensão de benefício definido da Companhia e do impacto que eventuais mudanças nas premissas usadas na mensuração desse valor teriam nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, consideramos esse assunto como relevante para a nossa auditoria.	Com o apoio dos nossos especialistas atuariais, analisamos se o estudo atuarial foi elaborado de forma consistente com as práticas e metodologias de cálculos normalmente utilizadas, analisamos a razoabilidade das premissas utilizadas na determinação do valor líquido de passivo de benefício definido da Companhia e comparamos essas premissas com as expectativas e informações de mercado existentes na data-base das demonstrações financeiras. Avaliamos também a análise de sensibilidade das principais premissas e a razoabilidade dos cálculos matemáticos. Adicionalmente, analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão adequadas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as premissas utilizadas na determinação do passivo atuarial no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 13 de fevereiro de 2017, que não conteve nenhuma modificação.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

continua...

...continuação

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 16 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Marcelo Lima Tonini
Contador CRC PR-045569/O-4 T-SC

Cod. Mat.: 513399

WANKE S/A - CNPJ N° 84.228.105/0001-92

Assembléia Geral Ordinária: Pelo presente são convidados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 06 de abril de 2018, às 16:00 horas, na sede social da Companhia na Rodovia BR 470, 2800, Bairro João Paulo II, na cidade de Indaial/SC, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1º Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2017; 2º Fixar a remuneração da diretoria; 3º Deliberar sobre alteração no CEP da empresa com consequente alteração no Art. 2º do Estatuto Social. **AVISO AOS ACIONISTAS:** Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social, na Rodovia BR 470, 2800, Bairro João Paulo II, na cidade de Indaial/SC, os documentos a que se refere o art. 133, da Lei n° 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Indaial, 28 de fevereiro de 2018. **A DIRETORIA.**

Cod. Mat.: 513251

WANKE ADMINISTRADORA DE BENS S.A.
CNPJ N° 17.097.137/0001-09

Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária: Pelo presente são convidados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, no dia 06 de abril de 2018, às 16:30 horas, na sede social da Companhia na Rodovia BR 470, 2800, Bairro João Paulo II, na cidade de Indaial/SC, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1º Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2017; 2º Fixar a remuneração da diretoria; 3º Deliberar sobre alteração no CEP da empresa com consequente alteração no Art. 2º do Estatuto Social; 4º Eleger nova diretoria. **AVISO AOS ACIONISTAS:** Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social, na Rodovia BR 470, 2800, Bairro João Paulo II, na cidade de Indaial/SC, os documentos a que se refere o art. 133, da Lei n° 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Indaial, 28 de fevereiro de 2018. **A DIRETORIA.**

Cod. Mat.: 513287

AMERICANA GRANITOS DO BRASIL LTDA.
NIRE 42 2 0117219 9 - CNPJ/MF nº 81.362.758/0001-71

Edital de Convocação para Reunião Ordinária de Quotistas

Atendendo ao disposto no artigo 1078 do Código Civil Brasileiro, ficam convocados os sócios desta sociedade, para se reunirem em Reunião de Quotistas a ser realizada às 14:00 horas do dia 10 (dez) de abril de 2018, na sede social da sociedade, na rua Pedro Maus, nº 1000, na cidade de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, para tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Em reunião Ordinária: 1. Tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o Balanço Patrimonial e o de Resultado Econômico; Atendendo ainda ao disposto no § 1º, do artigo 1078, do Código Civil Brasileiro, a administradora, no cumprimento de suas atribuições, informa que os documentos referidos no item 1 (um), acima, estão à disposição dos sócios na sede da sociedade. Benedito Novo, 01 de março de 2018. DENOR TRUST REG – **Administradora** - **pp. Silvia Carmen Garcia.**

Cod. Mat.: 513355

CENTRAL GERADORA HIDRELÉTRICA DAS PEDRAS S/A
CNPJ: 11.591.106/0001-23 – NIRE: 42300040631
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que será realizada no dia 04 de abril de 2018, às 14 horas, no Auditório da ACIB - Associação Empresarial de Blumenau, localizado na Rua Antonio Treis, nº 607, 2º andar, sala C, Centro Empresarial de Blumenau, bairro Vorstadt, CEP: 89015-400, município de Blumenau/SC, já que não há acomodações suficientes na sede da companhia. Ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária: 1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017; 2) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2017, a distribuição de dividendos, e o pagamento antecipado dos lucros mensais do exercício de 2018, e; 3) Eleição do Conselho Fiscal. Ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária: 1) Alteração do endereço da sede social da companhia; 2) Extinção do Conselho de Administração e aprovação da consequente alteração do Estatuto Social da companhia; e 3) Assuntos Gerais. Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede e no site da companhia (www.eletrisa.com.br), os documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Blumenau, 01 de março de 2018. Valter Luiz Torresani – Presidente do Conselho de Administração.

Cod. Mat.: 513361

Edital de Convocação - Assembléia Geral (extraordinária)

O **SITICOM-Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção, do Mobiliário e Artefatos de Cimento de Florianópolis e Região**, por seu presidente, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca os membros integrantes da categoria profissional que abrange os empregados trabalhadores nas indústrias da construção e do mobiliário nas seguintes atividades: Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil (pedreiros, carpinteiros, pintores e estucadores, bombeiros hidráulicos e trabalhadores em geral, estradas, pontes, portos e canais, montagens industriais e engenharia consultiva), trabalhadores nas indústrias de olaria, trabalhadores nas indústrias de cimento, cal e gesso, trabalhadores nas indústrias de ladrilhos hidráulicos e produtos de cimento, trabalhadores nas indústrias de cerâmica para construção, trabalhadores nas indústrias de mármores e granitos, trabalhadores nas indústrias de pintura, decoração, estudos e ornatos, trabalhadores nas indústrias de serrarias, carpintaria, tanoarias, madeiras compensadas e laminadas, aglomerados de chapa de fibras de madeira, oficiais marceneiros e trabalhadores nas indústrias de serrarias e de móveis de madeira, trabalhadores nas indústrias de cortinados e estofos, trabalhadores nas indústrias de escovas e pinceis, trabalhadores nas indústrias de artefatos de cimento armado, trabalhadores nas indústrias da construção de estradas, pavimentação, obras de terraplanagem em geral, (barragens, aeroportos, canais, e engenharia consultiva), tratoristas (exceto os rurais) - diferenciada, trabalhadores nas indústrias de móveis de junco e vime e de vassouras, trabalhadores nas indústrias de administração de mão de obra e de trabalho temporário na base territorial nos municípios de Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu e Governador Celso Ramos, conforme artigo terceiro do Estatuto Social da Entidade, para comparecerem na assembléia geral extraordinária, que se **realizará no dia 07 de Março de 2018,** na Rua Salvador Di Bernardi, nº 08 no Bairro Campinas, na cidade de São José SC, ás **17h00min em primeira convocação, caso não haja quórum legal a assembléia será realizada ás 18h00min com qualquer numero de trabalhadores presentes**, para discussão e deliberação sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: 1) Discussão e aprovação das formalidades legais para a cobrança e desconto da contribuição sindical obrigatória (Art. 8º e art.149 da Constituição Federal), prevista nos arts. 545 a 610 da CLT, com as alterações promovidas pela Lei n. 13.467/2017 (autorização prévia e expressa da categoria), inclusive nos casos previstos no art. 602 da CLT; 2) Discussão e aprovação acerca dos procedimentos a serem adotados, quanto à notificação aos respectivos empregadores, na forma do art. 545 da CLT.** Florianópolis/SC, 23 de fevereiro de 2018. Adauri Aduci Pereira - Presidente.

Cod. Mat.: 513364

TAMBAÚ ENERGÉTICA S.A.
CNPJ: 05.081.798/0001-67 – NIRE: 42300032913
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que será realizada no dia 03 de abril de 2018, às 14 horas, no Auditório da ACIB - Associação Empresarial de Blumenau, localizado na Rua Antonio Treis, nº 607, 2º andar, sala C, Centro Empresarial de Blumenau, bairro Vorstadt, CEP: 89015-400, município de Blumenau/SC, já que não há acomodações suficientes na sede da companhia. Ordem do dia: 1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017; 2) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2017, a distribuição de dividendos e o pagamento antecipado dos lucros mensais do exercício de 2018; 3) Eleição da Diretoria; 4) Eleição do Conselho Fiscal; 5) Eleição do Conselho Consultivo. Ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária: 1) Alteração do endereço da sede social da companhia; e 2) Assuntos Gerais. Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede e no site da companhia (www.eletrisa.com.br), os documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Blumenau, 07 de março de 2018. Olinto Silveira - Diretor Administrativo.

Cod. Mat.: 513382

CORONEL ARAÚJO ENERGÉTICA S.A.
CNPJ: 07.659.452/0001-29 – NIRE: 42300029939

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que será realizada no 02 de abril de 2018, às 09:30 horas, no Auditório da ACIB - Associação Empresarial de Blumenau, localizado na Rua Antonio Treis, nº 607, 2º andar, sala A, Centro Empresarial de Blumenau, bairro Vorstadt, CEP: 89015-400, município de Blumenau/SC, já que não há acomodações suficientes na sede da companhia. Ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária: 1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017; 2) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2017, a distribuição de dividendos, e o pagamento antecipado dos lucros mensais do exercício de 2018; 3) Eleição do Conselho Fiscal, e; 4) Eleição do Conselho Consultivo. Ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária: 1) Alteração do endereço da sede social da companhia; e 2) Assuntos Gerais. Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede e no site da companhia (www.eletrisa.com.br), os documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Blumenau, 07 de março de 2018. Olinto Silveira - Diretor Administrativo/Financeiro.

Cod. Mat.: 513383

CONTESTADO ENERGÉTICA S.A.
CNPJ: 07.659.489/0001-57 – NIRE: 42300029947
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que será realizada no dia 02 de abril de 2018, às 14:00 horas, no Auditório da ACIB - Associação Empresarial de Blumenau, localizado na Rua Antonio Treis, nº 607, 2º andar, sala A, Centro Empresarial de Blumenau, bairro Vorstadt, CEP: 89015-400, município de Blumenau/SC, já que não há acomodações suficientes na sede da companhia. Ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária: 1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017; 2) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2017, a distribuição de dividendos, e o pagamento antecipado dos lucros mensais do exercício de 2018; 3) Eleição do Conselho Fiscal, e; 4) Eleição do Conselho Consultivo. Ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária: 1) Alteração do endereço da sede social da companhia; e 2) Assuntos Gerais. Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede e no site da companhia (www.eletrisa.com.br), os documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Blumenau, 07 de março de 2018. Olinto Silveira - Diretor Administrativo/Financeiro..

Cod. Mat.: 513384

Cia.Hering | Aqui, a gente veste a vida!

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

Hering · Hering for you · Hering Kids · PUC · DZARM.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Após anos de retração econômica, o ano de 2017 apresentou melhoria de indicadores econômicos, como inflação e juros, favorecendo a recuperação gradual do ambiente de consumo, ainda que de forma tímida. Nesse contexto, os resultados da Companhia foram influenciados pelo bom desempenho de lojas próprias e *webstores*, e pela recuperação de vendas do canal multimarcas, a despeito da volatilidade de vendas ao longo dos trimestres. A estratégia baseada na combinação das frentes de Produto e Loja avançou ao longo do ano, com consistência na entrega de coleções e melhora da execução do ponto de venda.

O ano foi também marcado por avanços importantes nos canais de distribuição. No canal multimarcas, a implementação do projeto de segmentação e foco no varejo qualificado, possibilitou à Companhia customizar políticas e incentivos com base nos perfis mapeados, aumentando a produtividade do canal. As *webstores* seguiram como vetor essencial de crescimento para o negócio, com início da implementação do projeto Omnichannel nas modalidades *Pickup in Store* e *Showrooming* em lojas próprias selecionadas com expansão prevista para a totalidade das lojas em 2018 e início do piloto para franquias. Lojas próprias obtiveram crescimento acelerado, favorecidas pelo desempenho base mesmas-lojas, aquisição de novos pontos de vendas e ao resultado das lojas *outlets*. Já no canal franquias, o desempenho manteve-se em linha às vendas *sell out*, também influenciado por redução do número de lojas. O projeto de segmentação para a rede de franquias - Projeto Rede - teve seu estudo finalizado em 2017 e será importante frente de direcionamento para o canal em 2018. O projeto mapeou o *modelo econômico e de atendimento, além de identificar novos formatos e oportunidades de expansão para potencializar* o modelo de negócios da Companhia nos próximos anos. Adicionalmente, destaca-se o desempenho do mercado externo, com aumento da penetração no canal multimarcas, fortalecendo nossa presença na América Central.

Na frente de lojas, a melhor gestão da operação, favoreceu a redução dos níveis de estoques da rede com aumento de rentabilidade no ano, indicando menor necessidade de venda de itens remarcados em 2018. Destaca-se, também, a implementação da reposição automática para básicos de alto giro com melhora de vendas no critério mesmas lojas para os itens selecionados. Em 2017, implementamos importantes avanços no projeto de reforma de lojas, com maior exposição de produtos e maior flexibilidade para ajustes. Três lojas foram remodeladas neste formato e já apresentam crescimento acelerado em vendas, nos deixando otimistas para as reformas que serão realizadas. A evolução no ciclo de desenvolvimento de produto, com melhor relação de valor para o consumidor (*Value for Money*), contribuiu para a entrega de coleções mais consistentes ao longo do ano. A Companhia lançou os novos básicos, com boa aceitação dos canais e dos consumidores e incluiu no portfólio novas categorias, como sapatos e bijuterias. Visando colocar o consumidor no centro do negócio, a Companhia realizou a Jornada de Consumo, que possibilitou capturar novas oportunidades ao estudar hábitos do consumidor, servindo de base para evoluções no desenvolvimento das coleções.

Atividades relacionadas as nossas marcas também merecem destaque. A marca Hering, que mais uma vez permaneceu entre as 25 Marcas Brasileiras mais Valiosas, segundo pesquisa da Interbrand, promoveu a otimização do seu portfólio de básicos com oferta contínua e consistente, bom desempenho de vendas do estilo masculino, e o moda feminino segue como categoria chave em evolução. A marca contou com investimentos importantes em marketing, com o lançamento da campanha "Basicamente Isso", que reforçou e valorizou a essência da marca. Hering Kids apresentou o melhor resultado da Companhia, com consistência na proposta de valor, bom desempenho em todos os canais e ampliação da presença da marca no digital. PUC, traz sinais de estabilização após ajustes realizados em sua proposta de valor e DZARM. segue consolidando seu posicionamento ao promover ações especiais que reforçam a experiência da marca e interação com suas consumidoras.

No âmbito corporativo, evoluções na estrutura organizacional foram realizadas e darão suporte ao crescimento da Companhia no futuro. A cisão da Diretoria Comercial, e consequente criação da Diretoria de Varejo, tem possibilitado conferir maior foco na gestão das particularidades de cada canal e possibilitará maior velocidade nos projetos em curso.

A despeito da volatilidade em vendas ao longo dos trimestres, nossos resultados permaneceram sólidos. A receita bruta avançou 5,3%, favorecida pelo desempenho de lojas próprias, *webstores* e multimarcas. A margem bruta expandiu 4,7 p.p., atingindo 44,2%, pela melhor gestão de estoques e promoções, além dos ganhos de escala em nosso processo fabril. O Lucro antes dos juros, depreciação, amortização e impostos ("EBITDA"), foi de R$ 260,9 milhões, 25,7% superior a 2016 e o lucro líquido alcançou R$ 263,8 milhões, alta de 32,3%. Finalizamos o ano com baixo endividamento e caixa líquido de R$ 121,5 milhões, alinhado à nossa política conservadora de gestão financeira. Nossos investimentos no ano totalizaram R$ 58,8 milhões e concentraram-se principalmente à indústria e tecnologia da informação. A geração de caixa foi de R$ 140,2 milhões, R$ 69,1 milhões inferior a 2016, em função da maior necessidade de capital de giro em função da retomada das vendas.

Por fim, seguiremos evoluindo em nossas frentes estratégicas de Produto e Loja, sempre com foco no consumidor. Permanecemos confiantes em nossa estratégia e capacidade de criação de valor, a partir de um modelo de negócios diferenciado, marcas fortes, melhores padrões em Governança Corporativa e equipe de gestão coesa.

A Administração

DESEMPENHO DE VENDAS

Receita Bruta - R$ mil	2017	2016	Var. 2017/2016
Receita Bruta Total	**1.841.642**	**1.748.432**	**5,3%**
Mercado Interno	1.791.367	1.706.324	5,0%
Mercado Externo	50.275	42.108	19,4%
Receita Bruta Mercado Interno	**1.791.367**	**1.706.324**	**5,0%**
Hering	1.321.317	1.270.664	4,0%
Hering Kids	243.537	218.233	11,6%
PUC	120.065	118.663	1,2%
DZARM.	71.495	64.603	10,7%
Outras	34.953	34.161	2,3%

Participação Mercado Interno	2017	2016	Var. 2017/2016
Multimarcas	760.191	722.669	5,2%
Franquias	632.470	646.043	(2,1%)
Lojas Próprias	318.952	265.424	20,2%
Webstore	44.801	38.027	17,8%
Total	**1.756.414**	**1.672.163**	**5,0%**
Multimarcas	43,2%	43,2%	0,0 p.p.
Franquias	36,0%	38,6%	-2,6 p.p.
Lojas Próprias	18,2%	15,9%	2,3 p.p.
Webstore	2,6%	2,3%	0,3 p.p.
Total	**100,0%**	**100,0%**	-

A abertura por canal não considera a linha "outras".

As vendas brutas da Companhia apresentaram alta de 5,3% no ano, totalizando R$ 1,8 bilhão, favorecidas pelo crescimento acelerado nas lojas próprias e *webstores* e recuperação das vendas do canal multimarcas. Todas as marcas da Companhia apresentaram crescimento em 2017, reflexo de esforços para melhoria da oferta de produto, com maior consistência na entrega de coleções a partir da coleção Inverno e melhor experiência de loja. Adicionalmente, destaca-se a maior aceitação e penetração de produtos da Companhia em diversos mercados da América do Sul e Central, favorecendo o crescimento das vendas no mercado externo (+19,4%).

Após anos de retração econômica, o ano de 2017 apresentou estabilidade e melhoria de alguns indicadores econômicos, como inflação e juros, favorecendo a recuperação gradual – e de forma ainda tímida – do ambiente de consumo. As vendas para o canal multimarcas, que está mais exposto aos ciclos econômicos do país, apresentaram alta de 5,2% sobre o mesmo período de 2016, totalizando R$ 760,2 milhões, impulsionadas pela maior compra média por cliente. As vendas para franquias atingiram R$ 632,5 milhões, 2,1% inferior a 2016, influenciadas, principalmente, pela redução de 36 lojas nos últimos 12 meses. Vale destacar o alinhamento entre as compras realizadas e as vendas da rede para os consumidores finais, sugerindo maior disciplina do canal na gestão de estoques. As lojas operadas pela Companhia registraram alta de 20,2% nas vendas, totalizando R$ 319,0 milhões, principalmente em razão da (i) adição líquida de 5 lojas no ano, (ii) crescimento das vendas base mesmas lojas [1] e dos *outlets*, associado a melhores práticas em gestão de lojas, com avanços em *Visual Merchandising* e estratégia de abastecimento. As *webstores* mantiveram trajetória de crescimento de vendas de dois dígitos (+17,8%), influenciadas majoritariamente por maior tráfego, evoluções na experiência de navegação do consumidor, com os novos *layouts* de Hering e DZARM., consolidação do *outlet online* (Espaço Hering) e mais recentemente ao início da integração das vendas *online* com as lojas físicas da rede, à qual será aprimorada em 2018.

(1) Referentes a rede Hering Store.

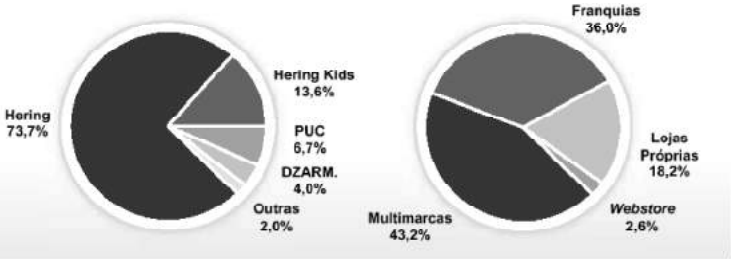
A marca Hering, caracterizada por ampla aceitação em todas as classes sociais e faixas etárias, com posicionamento democrático e boa relação custo x benefício, apresentou alta nas vendas de 4,0%, totalizando R$ 1,3 bilhão. A marca apresentou melhorias consistentes em produto e proposta de valor (*Value for Money*), destacando-se o lançamento dos novos básicos, com boa aceitação dos canais e consumidores, com crescimento superior às demais categorias, e o bom desempenho de artigos masculinos.

Nas marcas infantis, a Companhia seguiu aperfeiçoando sua estratégia combinada ao atuar com duas marcas complementares. Hering Kids, com foco em crianças de todas as classes sociais, com roupas casuais e boa relação custo benefício, apresentou alta de 11,6%, para R$ 243,5 milhões, com desempenho positivo em todos os canais, sustentado por boa oferta de produto, experiência de loja e expansão da rede em 3 lojas no ano. PUC, moda diferenciada, colorida e alegre para crianças de classes A e B, apresentou no ano parcerias de *co-branding* com estilistas e marcas estrangeiras de renome, e suas vendas cresceram 1,2% contabilizando R$ 120,1 milhões, após ajustes em sua rede de distribuição e fechamento líquido de 7 lojas nos últimos 12 meses.

A DZARM., com foco em mulheres urbanas de classes A e B, que buscam expressar seu poder e autoconfiança, apresentou crescimento de 10,7%, com sua rede de lojas estável e inovações no relacionamento com suas consumidoras.

REDE DE DISTRIBUIÇÃO

A Companhia possui um modelo de distribuição multicanal, que possibilita que seus produtos cheguem ao consumidor final através de 805 lojas, 16.859 varejistas multimarcas e 05 *webstores*. Em 2017, as vendas brutas do mercado interno foram distribuídas da seguinte forma:



REDE DE LOJAS

A Companhia encerrou o ano com 805 lojas, das quais 785 no Brasil. No ano foram inauguradas 13 lojas e encerradas outras 44, principalmente da marca Hering. A Hering Kids teve sua rede ampliada em 3 novas lojas enquanto que PUC, em processo de reorganização, encerrou 7 pontos de vendas. A DZARM., que ainda passa por maturação do seu canal de distribuição monomarca, permaneceu com as mesmas lojas que possuía ao final de 2016.

Quantidade de Lojas	2017	2016
Total	**805**	**834**
Brasil	**785**	**816**
Hering Store	**617**	**644**
Própria	64	61
Franquia	553	583
Hering Kids	**109**	**106**
Própria	18	18
Franquia	91	88
PUC	**56**	**63**
Própria	9	7
Franquia	47	56
DZARM.	**3**	**3**
Própria	2	2
Franquia	1	1
Mercado Internacional - Franquias	**20**	**18**

DESEMPENHO DA REDE HERING STORE

As vendas da rede de lojas Hering Store (próprias e franquias) aos consumidores finais (critério *sell out*) retrairam 0,9% no ano, totalizando R$ 1,4 bilhão, influenciadas, principalmente, pelo resultado do canal franquias, que apresentou diminuição de 30 pontos de vendas nos últimos 12 meses e desempenho negativo de vendas base mesmas-lojas ao longo do ano.

Lojas operadas pela Companhia apresentaram crescimento de 21,5% em 2017 influenciadas, principalmente, pela abertura de 03 lojas nos últimos 12 meses, bom desempenho de lojas *outlets* e melhora das vendas base mesmas-lojas. Contribuíram para o resultado do canal, a melhor execução no ponto de venda, com melhor seleção de sortimento e disponibilidade de produtos. Vendas medidas em lojas comparáveis, as quais consideram lojas abertas há pelo menos 13 meses, encolheram 0,7%, com volatilidade em vendas ao longo dos trimestres e alta dispersão entre lojas.

A redução do fluxo de consumidores nas lojas, em todo o país, resultou em menor número de atendimentos realizados e, consequentemente, de peças vendidas. Já o crescimento do preço médio é explicado, em parte, pela melhor qualidade das vendas neste ano, com menor nível de ruptura e melhor gestão de estoques, além de um mix favorável de produtos, influenciado pela venda dos novos básicos com maior valor agregado e preço médio.

Evoluções no processo de abastecimento foram realizadas na rede, com a implementação da reposição automática de itens básicos de alto giro, gerando aumento de vendas no critério mesmas lojas para os itens selecionados e redução de *stockout* na rede. Destacam-se ainda, as melhorias implementadas no projeto de reforma de lojas, com visual mais neutro e feminino, maior exposição de produtos e maior flexibilidade nas lojas.

Desempenho da Rede Hering Store	2017	2016	Var. 2017/2016
Número de Lojas	**617**	**644**	**(4,2%)**
Franquias	553	583	(5,1%)
Próprias	64	61	4,9%
Faturamento da Rede (R$ mil) [1]	**1.423.351**	**1.430.034**	**(0,9%)**
Franquias	1.133.973	1.198.684	(5,4%)
Próprias	289.378	238.150	21,5%
Crescimento *Same Store Sales* [2]	**(0,7%)**	**(8,6%)**	**7,9 p.p.**
Área de Vendas (m²)	86.361	90.248	(4,3%)
Faturamento (R$ por m²)	16.481	15.921	3,5%
Atendimentos	10.562.788	11.846.201	(10,8%)
Peças	22.779.350	24.710.379	(7,8%)
Peças por Atendimento	2,16	2,09	3,3%
Preço Médio (R$)	62,48	58,15	7,5%
Ticket Médio (R$)	134,75	121,29	11,1%

(1) Os valores se referem ao faturamento das lojas para o cliente final (conceito *sell-out*).
(2) Comparado a igual período do ano anterior.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

R$ mil	2017	Part. (%)	2016	Part. (%)	Var. 2017/2016
Receita Bruta de Vendas	**1.841.642**	**117,9%**	**1.748.432**	**118,5%**	**5,3%**
Deduções de Venda	(279.321)	(17,9%)	(273.295)	(18,5%)	2,2%
Deduções de Venda Impostos	(365.171)	(23,4%)	(362.390)	(24,6%)	0,8%
Ajuste a Valor Presente	(46.787)	(3,0%)	(42.323)	(2,9%)	10,5%
Deduções de Venda Incentivos	132.637	8,5%	131.418	8,9%	0,9%
Receita Líquida de Vendas	**1.562.321**	**100,0%**	**1.475.137**	**100,0%**	**5,9%**
Total CPV - Sem Depreciação e Amortização	(843.768)	(54,0%)	(865.031)	(58,6%)	(2,5%)
Custo dos Produtos Vendidos	(876.567)	(56,1%)	(903.324)	(61,2%)	(3,0%)
Ajuste a Valor Presente	15.135	1,0%	24.878	1,7%	(39,2%)
Subvenção para Custeio	17.664	1,1%	13.415	0,9%	31,7%
Lucro Bruto Caixa	**718.553**	**46,0%**	**610.106**	**41,4%**	**17,8%**
Depreciação e Amortização	(28.505)	(1,8%)	(28.080)	(1,9%)	1,5%
Lucro Bruto	**690.048**	**44,2%**	**582.026**	**39,5%**	**18,6%**
Despesas Operacionais	**(490.300)**	**(31,4%)**	**(431.104)**	**(29,2%)**	**13,7%**
Vendas	(350.425)	(22,4%)	(325.344)	(22,1%)	7,7%
Empresa	(233.896)	(15,0%)	(226.734)	(15,4%)	3,2%
Fixa	(130.668)	(8,4%)	(121.660)	(8,2%)	7,4%
Variável	(103.228)	(6,6%)	(105.074)	(7,1%)	(1,8%)
Lojas	(116.529)	(7,5%)	(98.610)	(6,7%)	18,2%
Gerais, Administrativas e Rem. dos Administradores	(60.512)	(3,9%)	(53.685)	(3,6%)	12,7%
Depreciação e Amortização	(32.684)	(2,1%)	(28.567)	(1,9%)	14,4%
Participação nos Resultados	(25.168)	(1,6%)	-	N.D.	N.D.
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(21.511)	(1,4%)	(23.508)	(1,6%)	(8,5%)

continua...

Cia.Hering | Aqui, a gente veste a vida!

...continuação

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

R$ mil	2017	Part. (%)	2016	Part. (%)	Var. 2017/2016
Lucro Antes das Financeiras	**199.748**	**12,8%**	**150.922**	**10,2%**	**32,4%**
Receitas financeiras	107.793	6,9%	90.967	6,2%	18,5%
Despesas financeiras	(28.684)	(1,8%)	(44.289)	(3,0%)	(35,2%)
Total resultado financeiro	**79.109**	**5,1%**	**46.678**	**3,2%**	**69,5%**
Lucro Operacional	**278.857**	**17,8%**	**197.600**	**13,4%**	**41,1%**
Impostos Correntes - CSLL e IRPJ	(19.090)	(1,2%)	1.766	0,1%	N.D.
Impostos Diferidos - CSLL e IRPJ	4.014	0,3%	51	-	7.770,6%
Lucro Líquido	**263.781**	**16,9%**	**199.417**	**13,5%**	**32,3%**
Atribuível aos acionistas controladores	263.781	16,9%	199.417	13,5%	32,3%
Lucro básico por ação - R$					
Atribuível aos acionistas controladores	1,6372		1,2396		32,1%
EBITDA	**260.937**	**16.7%**	**207.569**	**14.1%**	**25.7%**

EBITDA E MARGEM EBITDA

O lucro operacional antes de juros, depreciação, amortização e impostos ('EBITDA') alcançou R$ 260,9 milhões, alta de 25,7% em 2017, enquanto que a margem EBITDA atingiu 16,7%, ganho de 2,6 p.p. O aumento foi influenciado pelo crescimento de 5,3% nas vendas brutas, além do ganho de 4,7 p.p. na margem bruta, em razão de: (i) menor volume de peças vendidas de coleções anteriores, resultado da melhoria da qualidade dos estoques da Companhia ao longo do ano; (ii) controle de custos e alavancagem operacional; e (iii) pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e Cofins, após decisão do STF, a qual gerou economias da ordem de R$ 15,4 milhões no ano.

As despesas operacionais cresceram 13,7%, influenciadas pelo provisionamento de R$ 25,2 milhões para pagamento de participação nos resultados, o qual não ocorreu em 2016.

As despesas de vendas cresceram 7,7% em razão de (i) aumento das despesas com lojas principalmente pela adição líquida de 5 lojas próprias; (ii) maiores despesas com propaganda e marketing, notadamente na marca Hering com o lançamento da campanha 'Basicamente Isso'. Já as despesas gerais, administrativas e remuneração dos administradores apresentaram alta de 12,7% essencialmente em razão de execução de projetos estratégicos e relacionados à tecnologia.

A queda nas 'Outras Receitas e Despesas Operacionais', ocorreu essencialmente devido ao reconhecimento de ganho de R$ 8,1 milhões proveniente de ação judicial relativa a Empréstimo Compulsório efetuado à Eletrobras nas decadas de 80 e 90.

Reconciliação EBITDA - R$ mil	2017	2016	Var. 2017/2016
Lucro Líquido	**263.781**	**199.417**	**32,3%**
(+) IR e CSLL	15.076	(1.817)	N.D.
(–) Receita Financeira Líquida	(79.109)	(46.678)	69,5%
(+) Depreciações e Amortizações	61.189	56.647	8,0%
(=) EBITDA	**260.937**	**207.569**	**25,7%**
Margem EBITDA	**16,7%**	**14,1%**	**2,6 p.p.**

LUCRO LÍQUIDO E MARGEM LÍQUIDA

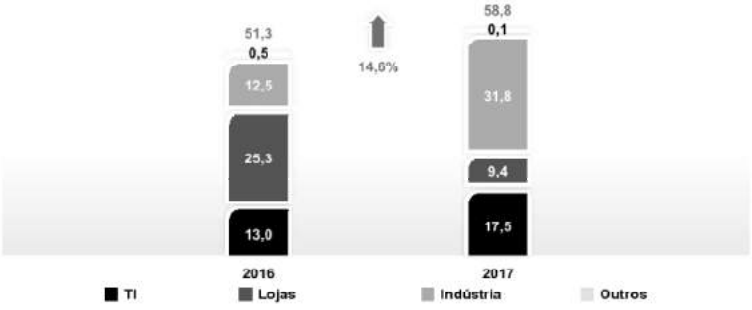
O lucro líquido da Companhia apresentou aumento de 32,3%, atingindo R$ 263,8 milhões, com ganho de 3,4 p.p. na margem líquida, principalmente em razão de:

- Crescimento do resultado operacional, conforme detalhado na seção anterior;
- Receita financeira líquida de R$ 79,1 milhões, 69,5% superior ao mesmo período do ano anterior, impactada pela receita financeira de R$ 22,7 milhões de ação judicial relativa a Empréstimo Compulsório efetuado a Eletrobrás nas décadas de 80 e 90. Sem este efeito, o resultado financeiro haveria sido R$ 56,4 milhões, 20,9% superior a 2016.
- Elevação da taxa efetiva de IR&CS quando comparada a de 2016, para 5,4%, decorrente do maior lucro operacional (antes dos tributos sobre o lucro) em 2017.

INVESTIMENTOS

Os investimentos totalizaram R$ 58,8 milhões em 2017, distribuídos conforme a seguir:

- Para instalações fabris foram destinados R$ 31,8 milhões, aumento de 54% vs 2016, com destaque à implementação de sistema automatizado de encaixotamento e distribuição de caixas ('sorter') no Centro de Distribuição de Anápolis/GO;
- Investimentos em tecnologia somaram R$ 17,5 milhões, 35% superior ao mesmo período de 2016, destinados a evolução e novos sistemas de suporte ao negócio e à construção da plataforma do modelo de comercialização *omnichannel*;
- Lojas consumiram R$ 9,4 milhões, 63% inferior ao mesmo período do ano anterior, majoritariamente em razão do Plano de Reforma de Lojas realizado em 2016 que exigiu investimentos adicionais naquele ano. Em 2017, os investimentos em lojas foram destinados à inauguração de 5 lojas e aquisição e reformas de alguns pontos de vendas.



GERAÇÃO DE CAIXA

Em 2017, a Cia. Hering apresentou geração de R$ 140,2 milhões de caixa livre, R$ 69,1 milhões inferior à geração de 2016, em função da maior necessidade de capital de giro, notadamente em fornecedores e estoques, além da retomada do crescimento de vendas.

DFC Gerencial - Consolidado (R$ mil)	2017	2016	Var.
EBITDA	**260.937**	**207.569**	**53.368**
Itens Não caixa	18.757	21.176	(2.419)
AVP Clientes e Fornecedores	28.654	20.326	8.328
IR&CS Corrente	(19.090)	1.766	(20.856)
Investimento em Capital de Giro	**(90.188)**	**9.847**	**(100.035)**
(Aumento) redução em contas a receber de clientes	(21.835)	29.688	(51.523)
(Aumento) redução nos estoques	(38.888)	4.020	(42.908)
Aumento (redução) em fornecedores	(44.862)	21.081	(65.943)
Aumento (redução) em obrigações tributárias	1.412	(14.707)	16.119
Plano de Reforma - Financiamento	10.148	(14.665)	24.813
Outros	3.837	(15.570)	19.407
CapEx	**(58.848)**	**(51.314)**	**(7.534)**
Geração de Caixa Livre	**140.222**	**209.370**	**(69.148)**

Conciliação DFC Gerencial e Contábil (R$ mil)	2017	2016	Var.
DFC - Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais (contábil)	**250.999**	**287.746**	**(36.747)**
Ajuste - Itens Financeiros alocados ao caixa operacional	**(51.929)**	**(27.062)**	**(24.867)**
Variações monetária, cambial e juros não realizados	(2.994)	(804)	(2.190)
Resultado Financeiro	(79.109)	(46.678)	(32.431)
AVP Clientes e Fornecedores	28.654	20.326	8.328
Juros pagos por empréstimos	1.520	94	1.426
DFC - Caixa líquido gerado pelas atividades de Investimento	**(58.848)**	**(51.314)**	**(7.534)**
Geração de Caixa Livre	**140.222**	**209.370**	**(69.148)**

(*) O DFC Gerencial não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS. As informações acima são preparadas para gerenciamento da Companhia e não foram objeto de exame por parte dos auditores independentes.

(**) As provisões nas contas de Capital de Giro desta DFC foram reportadas na linha Itens Não Caixa, e que explica a diferença entre o saldo efetivo de balanço.

ENDIVIDAMENTO

Por mais um ano a Cia. Hering encerra o exercício fiscal com caixa líquido, alinhado à política conservadora de gestão financeira. Ao final de 2017, o saldo em caixa e aplicação financeiras totalizou R$ 148,8 milhões e caixa líquido de R$ 121,5 milhões.

Endividamento - R$ mil	2017	Part. (%)	2016	Part. (%)
Curto Prazo	(27.293)	100%	(2.123)	8%
Longo Prazo	-	0%	(25.612)	92%
Total da Dívida	**(27.293)**	**100%**	**(27.735)**	**100%**
(–) Caixa e Equivalentes de Caixa	148.801		204.755	
(=) Caixa Líquido	**121.508**		**177.020**	

REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Os proventos já pagos relativos ao exercício de 2017 totalizaram R$ 185,0 milhões, conforme detalhado abaixo:

- Em Reunião do Conselho de Administração de 31/05/2017 foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio no valor total de R$ 43,0 milhões (R$ 0,2666 por ação) com base na posição acionária de 07/06/2017. O pagamento foi realizado em 28/06/2017.
- Em Reunião do Conselho de Administração de 01/08/2017 aprovada a distribuição de dividendos no valor total de R$ 50,0 milhões (R$ 0,3100 por ação) com base na posição acionária de 08/08/2017. O pagamento foi realizado em 17/08/2017.
- Em Reunião do Conselho de Administração de 30/08/2017 foi aprovada a distribuição de dividendos no valor total de R$ 50,0 milhões (R$ 0,3089 por ação) com base na posição acionária de 06/09/2017. O pagamento foi realizado em 25/10/2017.
- Em Reunião do Conselho de Administração de 22/11/2017 foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio no valor total de R$ 42,0 milhões (R$ 0,2595 por ação), com base na posição acionária de 29/11/2017. O pagamento foi realizado em 13/12/2017.

Distribuição de Proventos	R$ milhões	R$ por ação (*)	Aprovado em	Data base	Pago em
Juros Sobre o Capital Próprio	43,0	0,2666	31/05/2017	07/06/2017	28/06/2017
Dividendos	50,0	0,3100	01/08/2017	08/08/2017	17/08/2017
Dividendos	50,0	0,3089	30/08/2017	06/09/2017	25/10/2017
Juros Sobre o Capital Próprio	42,0	0,2595	22/11/2017	29/11/2017	13/12/2017
= Proventos já pagos	**185,0**	**1,1450**	**-**	**-**	**-**
Lucro líquido do exercício - controladora	263,8				
Payout ratio	70,1%				

(*) Valor por ação líquido das ações em tesouraria quando aplicável

PROGRAMA DE RECOMPRA

Não houve recompra de ações relativas ao programa aprovado em reunião realizada em 01/08/2017, que autoriza aquisição de até 5 milhões de ações, correspondentes a 4,02% do total de ações em circulação (*free float*) com vigência até 01/02/2019.

RECONHECIMENTOS

Em 2017, a Cia. Hering recebeu importantes premiações que refletem o reconhecimento do mercado à sua atuação, dentre elas:

- As 100 Empresas de Melhor Reputação no País (Reputation Institute)
- As Melhores Empresas em Indicador de Desenvolvimento Humano e Organizacional - IDHO (Gestão RH)
- 500 Maiores do Sul na categoria têxtil e confecções (Grupo Amanhã em parceria com PwC)
- Empresas que mais Respeitam o Consumidor (Revista Consumidor Moderno)
- Estadão Melhores Serviços (Estadão)
- Selo de Excelência em Franchising 2017 (ABF)
- Marcas Mais Valiosas do Brasil (Interbrand)
- Melhores e Maiores (Exame)
- Melhores Empresas em Cidadania Corporativa (Revista Gestão RH)
- Top 25 Franqueadores Brasileiras (Grupo Bittencourt)

COLABORADORES

Ao longo de 2017 aprimoramos nossas ações de gestão de pessoas, viabilizando maior foco em nossos negócios através de uma estrutura centrada na gestão de marcas, de maneira a aprimorar nossas competências para sustentar nosso crescimento futuro. A Companhia finalizou o ano com 7.014 colaboradores.

ORÇAMENTO DE CAPITAL PROPOSTO PELA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia apresenta na tabela abaixo, o orçamento de capital para o exercício de 2018, em atendimento à Instrução Normativa 480/09, publicada pela CVM em 07 de dezembro de 2009.

Orçamento de Capital - 2018

Investimentos	R$ mil
Lojas	16.300
Industrial	15.500
Logística	4.670
Tecnologia da Informação	16.769
Outros	404
Total Geral	**53.643**
Fontes Próprias (Geração de caixa da operação)	**53.643**

AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Cia. Hering junto aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está suportada nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais ou ainda advogar por seu cliente. Durante o exercício de 31 de dezembro de 2017, os auditores independentes da Companhia não foram contratados para outros serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras do exercício.

ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado), obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no Estatuto, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

continua...

Cia.Hering | Aqui, a gente veste a vida!

...continuação

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	147.883	201.988	148.821	204.755
Contas a receber de clientes	7	455.029	448.835	455.326	449.173
Estoques	9	349.535	308.086	349.535	308.086
Impostos a recuperar	10	51.599	25.352	51.604	25.358
Outras contas a receber	8	12.739	16.926	12.739	16.926
Instrumentos financeiros derivativos	23	545	-	545	-
Bens destinados à venda		-	6.858	-	6.858
Despesas antecipadas		1.120	1.678	1.120	1.678
		1.018.450	**1.011.723**	**1.019.690**	**1.014.834**
Não circulante					
Aplicações financeiras restritas	6	5.237	4.824	5.237	4.824
Impostos a recuperar	10	10.485	24.631	10.485	24.631
Impostos diferidos	11	46.248	42.680	46.248	42.680
Contas a receber de clientes	7	7.399	4.078	7.399	4.078
Outras contas a receber	8	15.913	11.296	15.913	11.296
Empréstimo compulsório	12	2.614	-	2.614	-
Investimentos empresas controladas	13	2.745	2.702	-	-
Imobilizado	14	315.452	310.353	315.452	310.353
Intangível	15	115.121	115.995	115.121	115.995
		521.215	**516.559**	**518.470**	**513.857**
		1.539.665	**1.528.282**	**1.538.160**	**1.528.691**

Passivo	Notas	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	27.293	2.123	27.293	2.123
Fornecedores		127.172	172.034	127.172	172.034
Salários e encargos sociais	17	40.314	44.733	40.315	44.733
Parcelamentos tributários e previdenciários		959	987	959	987
Imposto de renda e contribuição social a pagar		7	3	83	91
Obrigações tributárias	18	24.167	20.526	24.196	20.557
Provisões para contingências	20	2.450	2000	2.450	2000
Outras provisões	20	52.962	24.865	52.962	24.865
Obrigações por incentivos fiscais	19	1.554	1.501	1.554	1.501
Dividendos e juros de capital próprio a pagar	24.e	740	627	740	627
Partes relacionadas	21	1.707	1.548	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	23	-	1.625	-	1.625
Outras contas a pagar		8.619	2.378	8.622	4.109
		287.944	**274.850**	**286.346**	**275.152**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	-	25.612	-	25.612
Parcelamentos tributários e previdenciários		2.505	3.339	2.505	3.339
Provisões para contingências	20	14.194	10.908	14.194	10.908
Outras provisões	20	104	1.983	104	1.983
Benefícios a empregados	22	1.387	154	1.387	154
Obrigações por incentivos fiscais	19	619	2.029	619	2.029
Outras contas a pagar		-	-	93	107
		18.809	**44.025**	**18.902**	**44.132**
Patrimônio líquido	24				
Capital social		359.618	359.424	359.618	359.424
Reserva de capital		30.815	26.085	30.815	26.085
Ações em tesouraria		-	(4.614)	-	(4.614)
Reservas de lucros		825.458	822.864	825.458	822.864
Ajuste de avaliação patrimonial		7.021	5.648	7.021	5.648
Atribuído aos acionistas controladores		**1.232.912**	**1.209.407**	**1.232.912**	**1.209.407**
		1.539.665	**1.528.282**	**1.538.160**	**1.528.691**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Receita operacional líquida	28	**1.558.752**	**1.471.249**	**1.562.321**	**1.475.137**
Custo dos produtos vendidos	29	(872.273)	(893.111)	(872.273)	(893.111)
Lucro bruto		**686.479**	**578.138**	**690.048**	**582.026**
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas	30	(350.425)	(325.344)	(350.425)	(325.344)
Administrativas e gerais	31	(51.131)	(44.572)	(51.174)	(44.001)
Honorários da administração	21	(9.308)	(9.041)	(9.338)	(9.084)
Depreciação e amortização		(32.683)	(28.567)	(32.684)	(28.567)
Participação nos resultados	26	(25.168)	-	(25.168)	-
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	32	(20.663)	(23.087)	(21.511)	(23.508)
Lucro operacional antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		**197.101**	**147.547**	**199.748**	**150.922**
Receitas financeiras	33	107.711	90.911	107.793	90.967
Despesas financeiras	33	(28.640)	(43.926)	(28.684)	(44.289)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		**79.071**	**46.985**	**79.109**	**46.678**
Equivalência patrimonial	13	2.291	2.644	-	-
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		**278.463**	**197.176**	**278.857**	**197.600**
Imposto de renda e contribuição social correntes	34	(18.896)	**2.190**	(19.090)	1.766
Imposto de renda e contribuição social diferidos	34	4.014	51	4.014	51
Lucro líquido do exercício		**263.781**	**199.417**	**263.781**	**199.417**
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		263.781	199.417	263.781	199.417
Lucro por ação atribuível aos acionistas controladores - R$					
Básico	35			1.6372	1,2396
Diluído	35			1.6033	1,2099

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Lucro líquido do exercício		**263.781**	**199.417**	**263.781**	**199.417**
Outros resultados abrangentes					
Itens que não serão reclassificados para o resultado:					
Benefícios a empregados - plano de previdência privada, líquido de tributos	22	(747)	(46)	(747)	(46)
Benefícios a empregados - plano de saúde, líquido de tributos	22	-	(57)	-	(57)
		(747)	**(103)**	**(747)**	**(103)**
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:					
Valor justo de instrumento financeiro de *hedge* de fluxo de caixa, líquido de tributos	23	-	(5.702)	-	(5.702)
		-	**(5.702)**	-	**(5.702)**
Resultado abrangente do exercício		**263.034**	**193.612**	**263.034**	**193.612**
Total do resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas controladores		**263.034**	**193.612**	**263.034**	**193.612**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais)

Controladora e Consolidado

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Incentivos fiscais	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Ações em tesouraria	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial / Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**346.368**	**20.569**	**424.298**	**28.302**	**344.179**	**(41.323)**	**39.994**	**-**	**11.577**	**1.173.964**
Ajuste atuarial benefícios a empregados - plano de previdência privada e saúde (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	-	-	(103)	(103)
Transferência dos ganhos e perdas atuariais (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	-	(103)	103	-
Plano de remuneração por ações (nota explicativa 27)	-	5.516	-	-	-	-	-	-	-	5.516
Ações em tesouraria canceladas	-	-	-	-	(36.323)	36.323	-	-	-	-
Ações em tesouraria vendidas	-	-	-	-	(10)	386	-	-	-	376
Correção monetária imobilizado - realização	-	-	-	-	-	-	-	227	(227)	-
Ajuste instrumentos financeiros encerrados - *hedge accounting*	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.092)	(4.092)
Ajuste instrumentos financeiros em aberto - *hedge accounting*	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.610)	(1.610)
Dividendos adicionais propostos 2015 pagos 2016	-	-	-	-	-	-	(39.994)	-	-	(39.994)
Aumento de capital com reserva de retenção de lucros	13.056	-	-	-	(13.056)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	199.417	-	199.417
Destinações:										
Reserva legal (nota explicativa 24.d)	-	-	-	9.971	-	-	-	(9.971)	-	-
Reserva de incentivos fiscais (nota explicativa 24.d)	-	-	130.226	-	-	-	-	(130.226)	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio (notas explicativas 24.e e 25)	-	-	-	-	-	-	-	(124.067)	-	(124.067)
Utilização de reserva de retenção de lucros para pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(64.723)	-	-	64.723	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**359.424**	**26.085**	**554.524**	**38.273**	**230.067**	**(4.614)**	**-**	**-**	**5.648**	**1.209.407**
Ajuste atuarial benefícios a empregados - plano de previdência privada e saúde (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	-	-	(747)	(747)
Transferência dos ganhos e perdas atuariais (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	-	(747)	747	-
Plano de remuneração por ações (nota explicativa 27)	-	4.730	-	-	-	-	-	-	-	4.730
Ações em tesouraria vendidas	-	-	-	-	575	4.614	-	-	-	5.189
Correção monetária imobilizado - realização	-	-	-	-	-	-	-	237	(237)	-
Ajuste instrumentos financeiros encerrados - *hedge accounting*	-	-	-	-	-	-	-	-	1.610	1.610
Dividendos adicionais propostos 2016 pagos 2017 com reserva de retenção de lucros (nota explicativa 24.e)	-	-	-	-	(74.998)	-	-	-	-	(74.998)

continua...

Cia.Hering | Aqui, a gente veste a vida!

...continuação

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais)

	Controladora e Consolidado									
			Reservas de lucros						Ajuste de avaliação patrimonial	
	Capital social	Reserva de capital	Incentivos fiscais	Legal	Retenção de lucros	Ações em tesouraria	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio Líquido
Aumento de capital com reserva de incentivos fiscais (nota explicativa 24.d)	1.269	-	(1.269)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital pelo exercício de *stock options* (nota explicativa 24.a)	8.925	-	-	-	-	-	-	-	-	8.925
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	263.781	-	263.781
Destinações:										
Reserva legal (nota explicativa 24.d)	-	-	-	13.189	-	-	-	(13.189)	-	-
Reserva de incentivos fiscais (nota explicativa 24.d)	-	-	150.378	-	-	-	-	(150.378)	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio (notas explicativas 24.e e 25)	-	-	-	-	-	-	-	(184.985)	-	(184.985)
Utilização de reserva de retenção de lucros para pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(85.281)	-	-	85.281	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**369.618**	**30.815**	**703.633**	**51.462**	**70.363**	**-**	**-**	**-**	**7.021**	**1.232.912**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		**263.781**	**199.417**	**263.781**	**199.417**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	34	(4.014)	(51)	(4.014)	(51)
Variações monetária, cambial e juros não realizados		3.154	566	2.994	804
Depreciação e amortização		61.189	56.647	61.189	56.647
Provisão créditos liquidação duvidosa		12.361	11.922	12.361	11.922
Baixa de ativos imobilizados e intangíveis	14	292	438	292	438
Plano de opção de compra de ações	27	4.730	5.516	4.730	5.516
Provisão para ajuste a valor de realização estoques	9	(2.561)	6.237	(2.561)	6.237
Provisão para contingências	20	6.446	4.579	6.446	4.579
Benefícios a empregados	22	103	(14.374)	103	(14.374)
Empréstimo compulsório	12	(2.614)	-	(2.614)	-
Equivalência patrimonial	13	(2.291)	(2.644)	-	-
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		(21.876)	29.669	(21.836)	29.688
Redução nos estoques		(38.888)	4.020	(38.888)	4.020
Impostos a recuperar		(12.101)	(2.833)	(12.100)	(2.835)
Outros ativos		1.583	(9.468)	1.583	(9.466)
Fornecedores		(44.862)	21.081	(44.862)	21.081
Contas a pagar e provisões		28.241	(10.696)	24.502	(11.074)
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos		11.175	4.836	11.428	5.198
IRPJ e CSLL pagos		(11.171)	(4.833)	(11.436)	(5.168)
Obrigações tributárias		1.423	(14.715)	1.420	(14.717)
Dividendos recebidos	13	2.248	3.527	-	-
Juros pagos por empréstimos		(1.520)	(94)	(1.520)	(94)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**282.825**	**289.747**	**250.998**	**287.746**
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aquisições de ativo imobilizado	14	(40.197)	(31.964)	(40.197)	(31.964)
Aquisições de ativo intangível	15	(18.651)	(19.350)	(18.651)	(19.350)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		**(58.848)**	**(51.314)**	**(58.848)**	**(51.314)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Aumento de capital	24.a	8.925	-	8.925	-
Aplicações financeiras		(413)	(1.830)	(413)	(1.830)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	24.e	(259.870)	(164.033)	(259.870)	(164.033)
Empréstimos tomados		-	27.025	-	27.025
Pagamentos de empréstimos		(1.916)	(1.308)	(1.916)	(1.308)
Alienação de ações em tesouraria, pelo exercício de opção de compra	24.b	5.189	376	5.189	376
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		**(248.085)**	**(139.770)**	**(248.085)**	**(139.770)**
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		**(54.105)**	**97.663**	**(55.934)**	**96.662**
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa					
No início do período		201.988	104.325	204.755	108.093
No fim do período		147.883	201.988	148.821	204.755
		(54.105)	**97.663**	**(55.934)**	**96.662**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas				
Vendas de mercadoria (receita bruta)	1.837.859	1.744.311	1.841.642	1.748.432
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.361)	(11.922)	(12.361)	(11.922)
	1.825.498	**1.732.389**	**1.829.281**	**1.736.510**
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Matérias-primas consumidas	(308.056)	(341.217)	(308.276)	(341.446)
Custos das mercadorias vendidas	(250.766)	(230.033)	(250.766)	(230.033)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(484.235)	(478.348)	(485.157)	(478.860)
	(1.043.057)	**(1.049.598)**	**(1.044.199)**	**(1.050.339)**
Retenções				
Depreciação e amortização	(61.189)	(56.647)	(61.189)	(56.647)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	**721.252**	**626.144**	**723.893**	**629.524**
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	2.291	2.644	-	-
Receitas financeiras	107.711	90.911	107.793	90.967
Aluguéis	242	356	242	356
	110.244	**93.911**	**108.035**	**91.323**
Valor adicionado total a distribuir	**831.496**	**720.055**	**831.928**	**720.847**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	230.476	203.143	230.476	203.143
Benefícios	25.153	24.724	25.153	24.724
F.G.T.S.	16.008	15.459	16.008	15.459
	271.637	**243.326**	**271.637**	**243.326**
Tributos				
Federais	172.918	162.812	173.312	163.236
Estaduais	42.564	27.853	42.564	27.853
Municipais	2.025	1.878	2.025	1.878
	217.507	**192.543**	**217.901**	**192.967**
Remuneração do capital de terceiros				
Juros	3.071	755	3.071	755
Aluguéis	52.258	45.436	52.258	45.436
Outros	23.242	36.576	23.280	36.940
	78.571	**84.769**	**78.609**	**85.137**
Remuneração de capitais próprios				
Juros sobre capital próprio	84.995	84.082	84.995	84.082
Dividendos	99.990	39.985	99.990	39.985
Lucros retidos	78.796	75.350	78.796	75.350
	263.781	**199.417**	**263.781**	**199.417**
Valor adicionado total distribuído	**831.496**	**720.055**	**831.928**	**720.847**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 (Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cia. Hering com sede em Blumenau, Santa Catarina, e unidades de produção nos Estados de Santa Catarina, Goiás e Rio Grande do Norte, foi fundada em 1880 e tem como atividade preponderante a fabricação e comercialização de produtos da indústria de fiação, tecelagem e malharia e confecção de produtos têxteis em geral. As ações da Companhia são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), sob o código HGTX3.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

(a) Declaração de conformidade - As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais do Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As Demonstrações Financeiras apresentam-se em milhares de Reais e foram aprovadas pela Diretoria em 16 de fevereiro de 2018. Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. **(b) Base de mensuração -** As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando as notas explicativas indicarem o contrário. **(c) Moeda funcional e moeda de apresentação -** As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda *funcional da Companhia. Todas as Demonstrações Financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para* o valor mais próximo. **(d) Uso de estimativas e julgamentos -** A preparação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e BRGAAP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras, são:

Nota 11 - Realização de imposto de renda diferido
Nota 14 - Vida útil dos ativos imobilizados
Nota 20 - Provisão para riscos e outras provisões
Nota 22 - Benefícios a empregados
Nota 23 - Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros
Nota 27 - Mensuração do plano baseado em ações
Nota 36 - Classificação e contabilização de acordos contendo arrendamento mercantil

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABEIS

(a) Base de consolidação - As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem as Demonstrações Financeiras da Cia. Hering e suas controladas a seguir relacionadas:

		Participação (%)	
	País	2017	2016
HRG Comércio do Vestuário e Intermediação de Serviços Financeiros Ltda.	Brasil	99,99	99,99
Hering Internacional SAFI	Uruguai	100,00	100,00

As Demonstrações Financeiras de controladas são incluídas nas Demonstrações Financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos pelo CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes:

- A Companhia inclui em sua consolidação todas as sociedades controladas nas quais a controladora, direta ou indireta, possui influência significativa que assegurem aos seus acionistas de modo permanente e preponderante o poder de eleger a maioria dos administradores.
- Todos os saldos intragrupo, receitas, despesas, ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.
- Eliminação das parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoques ou do ativo não circulante que corresponderem a resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades.
- Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio.

(b) Moeda estrangeira - As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças registradas na demonstração do resultado.

(c) Instrumentos financeiros - (i) Ativos financeiros não derivativos - A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: **Investimentos mantidos até o vencimento -** Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, reduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Eventual venda ou reclassificação de um valor maior que irrisório de investimentos mantidos até o vencimento que não estejam próximos de seu vencimento poderia resultar na reclassificação de todos os investimentos mantidos até o vencimento como disponíveis para venda e impedir a Companhia de classificar títulos de investimentos como os mantidos até o vencimento para o exercício corrente e os próximos dois exercícios financeiros. **Empréstimos e recebíveis -** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, reduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata. **(ii) Passivos financeiros não derivativos -** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. **(iii) Instrumentos financeiros derivativos -** A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de "*hedge accounting*", nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *hedge*. A Companhia designa certos instrumentos de *hedge*

continua...

Cia.Hering | Aqui, a gente veste a vida!

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

para risco nas variações das taxas de câmbio em compromissos firmes, como *hedge* de fluxo de caixa. No início da relação de *hedge*, *para a adoção do "Hedge Accounting", a Companhia documenta a relação entre o instrumento de hedge e o item objeto* de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*. A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas relacionadas à parte ineteiva são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro. Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no exercício em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. Entretanto, quando uma transação prevista objeto de *hedge* resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos e as perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são transferidos para a mensuração inicial do custo desse ativo ou passivo. A contabilização de "*Hedge Accounting*" é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado. Os derivativos não designados como instrumentos de *hedge* são classificados como ativo ou passivo de acordo com fluxo de vencimento. A nota explicativa 23 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos. **(d) Caixa e equivalentes de caixa -** Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos a contar da data da contratação da operação. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **(e) Contas a receber de clientes -** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente (nota explicativa 7). A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. **(f) Estoques -** São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao custo de reposição e ao valor líquido de realização, quando aplicável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção, baseados na ocupação normal da capacidade produtiva. As provisões de estoques para realização (redução a valor de mercado) e para estoques de baixo giro e/ou obsoletos são constituídas sempre que identificados. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **(g) Imobilizado - (i) Reconhecimento e mensuração -** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando existentes. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **(ii) Depreciação -** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante o, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente foram calculadas utilizando a média ponderada da vida útil dos bens de cada grupo, e estão demonstradas abaixo:

Descrição	Vida útil média (em anos)
Edifícios e benfeitorias	31,62
Instalações e equipamentos de produção	9,34
Móveis e utensílios	6,30
Bens de informática	4,81
Veículos	4,48
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8,04

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja necessário. Não houve alterações relevantes nas vidas úteis revisadas em 2017. **(iii) Custos subsequentes -** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(h) Ativo Intangível - (i) Reconhecimento e mensuração -** A Companhia possui marcas e patentes, fundo de comércio e *software* reconhecidos como ativos intangíveis. O valor de marcas e patentes refere-se ao registro das marcas da Companhia junto às entidades nacionais e internacionais competentes, os quais são amortizados segundo o prazo de validade dos registros. O fundo de comércio, refere-se ao registro dos pontos comerciais das lojas próprias os quais são amortizados pelo tempo de vigência dos contratos. O valor de *software*, refere-se aos *softwares* adquiridos de terceiros e gerados internamente que são amortizados pela vida útil definida em laudo de avaliação. Todos possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. **(ii) Amortização -** Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Descrição	Vida útil média (em anos)
Marcas e patentes	10,00
Fundo de comércio	4,98
Software	8,65

Os métodos de amortização as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja necessário. Não houve alterações relevantes nas vidas úteis revisadas em 2017. **(iii) Gastos subsequentes -** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(i) Redução ao valor recuperável (*impairment*) - (i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis) -** Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e, que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência. A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **(ii) Ativos não financeiros -** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros. **(j) Arrendamento mercantil - (i) Determinando quando um contrato contém um arrendamento -** No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento. No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridos pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo, subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia. **(ii) Ativos arrendados -** A Companhia possui contratos de aluguel de lojas, onde atua como arrendatária. A Companhia avaliou esses contratos e os classificou como arrendamento mercantil operacional, já que não há a transferência substancial dos riscos e benefícios do ativo alugado junto ao arrendador. Os pagamentos são contabilizados no resultado do exercício, de forma linear, durante o período de vigência desses contratos. **(k) Benefícios a empregados -** A Companhia concede a seus administradores, executivos e colaboradores, diversos benefícios usuais de mercado. A fim de melhor alinhar os interesses dos administradores, executivos e da equipe de colaboradores, a Companhia concede também os seguintes benefícios: **(i) Planos de benefícios definido -** Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A Companhia possui plano de previdência privada para seus funcionários (planos de benefício definido). Os cálculos atuariais são realizados anualmente por um atuário qualificado e independente contratado pela Companhia. A obrigação líquida da Companhia quanto ao benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores, aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação nas Demonstrações Financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. *Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relaciona*da ao serviço passado dos empregados é reconhecido no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado. Remensurações, compostas de ganhos e perdas atuariais, do efeito do limite de ativos (*assets ceiling*) e o retorno sobre os ativos do plano, ambos excluindo juros líquidos, são reconhecidos na demonstração do resultado abrangente, em sua totalidade, no exercício em que ocorrem. Remensurações não são reclassificados para o resultado do exercício em exercícios subsequentes. A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido em outros resultados abrangentes. **(ii) Outros benefícios de longo prazo a empregados -** A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores, aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no exercício em que surgem. **(iii) Benefícios de curto prazo a empregados -** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **(iv) Transações do plano baseado em ações -** Os efeitos do plano baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas. O valor justo calculado na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. **(l) Provisões -** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação ou potencial obrigação "legal" ou "não formalizada", presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **(m) Ajuste a valor presente -** As operações de compras e vendas a prazo, pré-fixadas, foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base na taxa de 0,66% a.m. e 0,85% a.m., respectivamente. Tais índices representam a taxa SELIC do período nas operações de compras e taxa de desconto no pagamento antecipado nas operações de venda. Não foram utilizadas premissas que levassem em consideração fatores de risco de crédito ou outros aspectos de risco, em função da Companhia adotar um modelo simplificado e tendo em vista as características das suas operações. O prazo médio de recebimentos de contas a receber de clientes é de 86 dias. enquanto o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 45 dias. O incentivo fiscal "PRODEC III", para os quais há incidência de juros de 4% a.a. foram ajustados a valor presente pela taxa média de captação da Companhia. O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e sua reversão tem como contrapartida a conta de resultado financeiro, pela fruição de prazo no caso de fornecedores. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes e sua realização é registrada no resultado financeiro pela fruição do prazo. O ajuste a valor presente das obrigações por incentivos fiscais e dos impostos a recolher de longo prazo tem como contrapartida as contas que registram seus saldos a pagar e suas reversões são registradas no resultado financeiro. **(n) Capital social - (i) Ações ordinárias -** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32/IAS 12. **(ii) Ações em Tesouraria -** Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e registrados em conta redutora de patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

(o) Receita operacional - Venda de produtos - A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. A receita operacional das lojas próprias é reconhecida após o faturamento e entrega da mercadoria ao cliente. A receita operacional do varejo e da rede de franquias do mercado nacional e internacional é reconhecida após o faturamento e saída da mercadoria do estabelecimento da Companhia. A Companhia monitora ainda o prazo de entrega das mercadorias aos clientes e procede os ajustes na receita operacional quando necessário. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiavel, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. **(p) Subvenção e assistência governamentais - As subvenções** e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidos de acordo com os contratos, termos de acordo e legislação aplicáveis a cada benefício, conforme descrito na nota explicativa 19. Os efeitos no resultado são registrados na contabilidade pelo regime de competência, onde os ganhos são contabilizados no grupo das deduções de vendas - impostos incidentes, nos custos dos produtos vendidos tendo como contrapartida os valores que foram financiados, registrados no passivo circulante e não circulante e atualizados conforme os respectivos contratos. **(q) Receitas financeiras e despesas financeiras -** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ajuste a valor presente e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui receita com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, encargos financeiros sobre tributos e ajuste a valor presente. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui despesa e receita com variação cambial. a qual é contabilizada. também. diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são registrados no resultado através do método de juros efetivos. Durante os exercícios de 2016 e 2017 não houve capitalização de juros sobre empréstimos. **(r) Imposto de renda e contribuição social -** Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a recolher para as autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada anualmente a 30% do lucro real e são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e das diferenças temporárias ativas e passivas. Tais impostos encontram-se suportados por estudo de geração futura de resultados tributáveis. O registro desses tributos diferidos levou em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis, assim como as expectativas de realização das diferenças temporárias ativas e passivas, e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária, conforme demonstrado na nota explicativa 34. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **(s) Resultado por ação -** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33. **(t) Informação por segmento -** Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Direção Executiva da Companhia para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual as Demonstrações Financeiras individualizadas estão disponíveis. A Companhia e suas controladas possuem um único segmento de negócio: a produção e comercialização de artigos do vestuário e acessórios, como divulgado na nota explicativa 37. **(u) Demonstração de valor adicionado** - A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar. **(v) Adoção das IFRS novas e revisadas - Novas normas e interpretações ainda não efetivas -** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não irão dotar estas normas de forma antecipada. **(i) CPC 47/IFRS 15** - O CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliento introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. O CPC 47/IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A Companhia e suas controladas são obrigadas a adotar o CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes a partir de 1º de janeiro de 2018. Baseada nas avaliações efetuadas até a data dessas demonstrações financeiras, a Administração não espera ter impacto relevante sobre o patrimônio da Companhia e suas controladas em 1º de janeiro de 2018. A companhia planeja adotar o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia e suas controladas não aplicarão os requerimentos do CPC 47 ao período comparativo apresentado. **(ii) CPC 48/IFRS 9** - O CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Com base na sua avaliaçao, a Administração considera que os novos requerimentos de classificação não terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber, empréstimos, investimentos em títulos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais. **Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019 - (i) IFRS 16 Leases (Arrendamentos) -** A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia está realizando uma avaliação dos impactos resultantes da aplicação dessa norma e espera divulgar informações adicionais antes da adoção efetiva. **(ii) Outras alterações -** As seguintes normas alteradas e

continua...

Cia.Hering | Aqui, a gente veste a vida!

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia: Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28; Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações; Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28/IAS 40); Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto; ICPC 21/IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento; IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. **(i) Contas a receber de clientes e outros créditos -** O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. **(ii) Ativos e passivos financeiros não derivativos** - O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. **(iii) Ativos e passivos financeiros derivativos -** Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos. **(iv) Transações do plano baseado em ações, liquidável em ações -** O valor justo das opções das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados, utilizando-se a fórmula *Black-Scholes* para o 1º ao 5º programa e Binomial para o 6º ao 10º programa do Plano de 2008 e 1º programa do Plano de 2017. Variações de mensuração incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada da volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos). Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo. Os efeitos do plano baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas (nota explicativa 27).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
Circulante	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Caixa e bancos	40.633	17.468	41.571	18.389
Caixa e bancos - Moeda estrangeira	3.169	1.376	3.169	3.222
Aplicações financeiras:				
Renda fixa - CDB	36.881	70.570	36.881	70.570
Renda fixa - Operações compromissadas	67.200	112.574	67.200	112.574
	147.883	**201.988**	**148.821**	**204.755**

A companhia possui valores em caixa, conta corrente e aplicações financeiras em renda fixa - CDB de resgate imediato, sendo a remuneração entre 98,0% a 100,0% da variação do CDI, e para operações de renda fixa - Operações compromissadas, remuneração entre 99,5% a 100,5% da variação do CDI, cujo prazo médio de vencimento é de três meses. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 23.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS AVALIADAS AO CUSTO AMORTIZADO - TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

A Companhia mantém R$ 5.237 (R$ 4.824 em 31 de dezembro de 2016) de aplicações em certificados de depósitos bancários - CDB, com rendimento de 95,0% a 100,5% do CDI, que serão mantidas até o vencimento. Do montante total dessas aplicações, R$ 665 (R$ 614 em 31 de dezembro de 2016) estão vinculadas a operações de incentivos fiscais (redução por reinvestimento - IRPJ) realizados pela Companhia que, uma vez comprovados os investimentos realizados na unidade industrial incentivada (Parnamirim - RN), os valores são liberados para a Companhia e R$ 4.572 (R$ 4.210 em 31 de dezembro de 2016) estão vinculados ao Plano de Benefício Hering-Prev, para equacionar o resultado deficitário existente no plano, conforme determina a legislação. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 23.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
Circulante	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
No país	461.772	452.131	462.069	452.469
No exterior	17.876	16.500	17.876	16.500
	479.648	**468.631**	**479.945**	**468.969**
Ajuste a valor presente	(6.412)	(6.267)	(6.412)	(6.267)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(18.207)	(13.529)	(18.207)	(13.529)
	(24.619)	(19.796)	(24.619)	(19.796)
	455.029	**448.835**	**455.326**	**449.173**
Não circulante				
No país	7.399	4.078	7.399	4.078
	7.399	**4.078**	**7.399**	**4.078**
	462.428	**452.913**	**462.725**	**453.251**

O movimento do valor do ajuste a valor presente durante o ano foi o seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	2017	**2016**
Saldo no início do período/exercício	(6.267)	(6.473)
Adições	(46.787)	(42.323)
Baixas	46.642	44.529
Saldo no final do período/exercício	**(6.412)**	**(6.267)**

A realização do valor do ajuste a valor presente ocorrerá de acordo com o prazo de recebimento do contas a receber, cujo prazo médio é de 86 dias. A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda relacionados ao contas a receber é divulgada na nota explicativa 23.

8. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Controladora e Consolidado	
Circulante	**2017**	**2016**
Adiantamento a fornecedores internos	180	245
Adiantamento a funcionários	5.492	3.979
Contas a receber plano de reforma franquias	6.847	14.589
Outros	220	113
	12.739	**18.926**

	Controladora e Consolidado	
Não circulante	**2017**	**2016**
Fomentar - Bolsa Garantia	838	838
Depósitos Judiciais - INSS	-	1.965
Depósitos Judiciais - Outros	2.800	725
Depósitos trabalhistas e cíveis	11.008	6.918
Outros	1.267	850
	15.913	**11.296**

9. ESTOQUES

	Controladora e Consolidado	
	2017	**2016**
Produtos acabados	147.289	128.308
Produtos para revenda	66.828	70.873
Produtos em elaboração	54.311	45.331
Estoque em poder de terceiros	13.226	18.962
Matérias-primas e almoxarifado	56.775	60.277
Importações em andamento	25.345	11.715
Adiantamento a fornecedores	939	359
Provisão para ajuste a valor de realização	(15.178)	(17.739)
	349.535	**308.086**

Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, bem como sobras de coleções, foram objeto de constituição de provisões para o ajuste ao valor de realização. Durante o exercício, a provisão para ajuste dos estoques ao valor de realização apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora e Consolidado	
	2017	**2016**
Saldo no início do período/exercício	(17.739)	(11.502)
Constituição de provisão	(12.980)	(19.224)
Reversão de provisão por venda	15.541	12.987
Saldo no final do período/exercício	**(15.178)**	**(17.739)**

A Companhia não possui estoques dados em garantia.

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais que estão contabilizados no ativo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de sua realização, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
Circulante	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
IPI	239	385	239	385
ICMS a recuperar	30.237	1.497	30.237	1.497
ICMS a recuperar - CIAP	1.904	1.760	1.904	1.760
IRPJ e CSLL a compensar (a)	11.811	11.960	11.811	11.960
IRRF a compensar	3.627	3.268	3.627	3.268
PIS e COFINS a recuperar (b)	2.046	5.779	2.046	5.779
Outros	1.655	700	1.660	706
	51.599	**25.352**	**51.604**	**25.358**

	Controladora e Consolidado	
Não circulante	**2017**	**2016**
IPTU (c)	2.354	2.234
ICMS a recuperar	-	16.680
ICMS a recuperar - CIAP	2.990	4.434
IRRF e INSS a compensar	2.202	-
Outros	2.849	1.283
	10.485	**24.631**

(a) IRPJ e CSLL a compensar - A Companhia recolheu imposto de renda e contribuição social com base no balancete de suspensão e redução ao longo do ano de 2017. Foram pagas antecipações superiores ao valor apurado no ano. Os valores recolhidos no exercício foram revertidos para esta rubrica para fins de compensação em curto prazo com o imposto de renda e contribuição social devidos em períodos de apuração futuros. (b) PIS e COFINS a recuperar - A Companhia procedeu o levantamento de créditos extemporâneos de PIS e COFINS incidentes sobre imobilizado relacionado ao processo produtivo, incidentes sobre frete exportação, serviços classificáveis como insumos, manutenção e peças de reposição, incidentes sobre outras receitas, reintegra exportação, totalizando R$ 1.910, resultando em um saldo atualizado em 31 de dezembro de 2017 de R$ 2.040, que será compensado com PIS e COFINS de períodos subsequentes. (c) Imposto predial e territorial urbano (IPTU) - a Companhia registrou em 2006, o crédito referente ao IPTU, devido ao ganho da Ação Ordinária, visando o reconhecimento da inconstitucionalidade nas exigências de IPTU progressivo em relação ao período de 1999 a 2003, com trânsito julgado em 9 de outubro de 2006. O saldo atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 2017 corresponde ao montante de R$ 2.354, montante que está aguardando a ordem de precatórios junto a prefeitura para crédito à Companhia.

11. IMPOSTOS DIFERIDOS

(a) Composição - A Companhia possui créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas de contribuição social do exercício corrente, sem prazo de prescrição, e das adições e exclusões temporárias, como demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
Ativo	**2017**	**2016**
Prejuízos fiscais e base negativa	11.957	20.289
AVP - clientes e fornecedores	1.813	794
Provisão para contingências fiscais	942	907
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.100	4.600
Provisão para despesas administrativas	1.849	1.675
Provisão para PPR	8.557	-
Provisão para despesas comerciais	2.705	1.222
Provisão para despesas variáveis de vendas	4.993	5.322
Provisão para perda estoques obsoletos	5.160	6.031
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	4.717	3.482
Passivo atuarial benefícios a empregados	472	52
Tributos com exigibilidade suspensa	-	639
Variação cambial ativa e passiva (líquido)	310	380
Outras diferenças temporárias	283	203
Total do ativo	**49.948**	**45.605**
Passivo		
Tributos sobre correção monetária imobilizado	(3.616)	(3.739)
Tributos sobre *hedge accounting*	-	829
Outras diferenças temporárias	(83)	(15)
Total do passivo	**(3.699)**	**(2.925)**
Total líquido	**46.249**	**42.680**

O tributo sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados está sendo realizado pelo pagamento das contribuições. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com lucros tributáveis. As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 31 de dezembro de 2017 são:

2018	30.958
2019	9.777
2020	1.360
2021	1.360
2022	750
Acima de 2023	5.743
	49.948

As premissas relativas à perspectiva dos negócios, as projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia, constituem-se em previsões e foram baseadas nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

(b) Movimentação dos tributos diferidos no exercício

							Controladora e Consolidado
Ativo	**2015**	**Reconhecido no Resultado**	**Reconhecido em Outros Resultados Abrangentes**	**2016**	**Reconhecido no Resultado**	**Reconhecido em Outros Resultados Abrangentes**	**2017**
Prejuízos fiscais e base negativa	18.901	1.388	-	20.289	(8.332)	-	11.957
Tributos com exigibilidade suspensa	583	56	-	639	(639)	-	-
AVP - Clientes e fornecedores	1.774	(980)	-	794	1.019	-	1.813
Passivo atuarial benefício empregados	4.866	(4.868)	54	52	36	384	472
Provisões temporárias	18.745	4.697	-	23.442	11.954	-	35.396
Variação cambial líquida	732	(343)	-	389	(79)	-	310
	45.621	**(70)**	**54**	**45.605**	**3.959**	**384**	**49.948**
Passivo							
Tributos sobre correção monetária imobilizado	(3.856)	117	-	(3.739)	123	-	(3.616)
Tributos sobre *hedge*	(2.108)	-	2.937	829	-	(829)	-
Outras diferenças temporárias	(19)	4	-	(15)	(68)	-	(83)
	(5.983)	**121**	**2.937**	**(2.925)**	**55**	**(829)**	**(3.699)**
Total líquido	**39.638**	**51**	**2.991**	**42.680**	**4.014**	**(445)**	**46.249**

12. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

Em função de ação judicial transitada em julgado, a Companhia, no ano 2000, relativo ao período 1987 a 1994, e em 2001, para o período 1977 a 1986, constituiu créditos decorrentes de diferenças do pagamento de juros e atualização monetária sobre o Empréstimo Compulsório efetuado em favor da Eletrobrás. Os valores incontroversos que a Companhia estimava receber em decorrência da ação judicial foram realizados parcialmente em abril de 2007, em janeiro de 2010 e em dezembro de 2011.

continua...

Cia.Hering | Aqui, a gente veste a vida!

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de junho de 2016, a Companhia registrou o montante de R$ 9.486 (R$ 7.654, líquido de impostos e honorários), referente a valor remanescente da discussão e em 30 de setembro de 2016 registrou o montante de R$ 20.754 (R$ 16.746, líquido de impostos e honorários) em função da não impugnação por parte da Eletrobrás da correção monetária dos referidos créditos e da solicitação de dilação de prazo às autoridades judiciais para pagamento, evento este ocorrido no terceiro trimestre. Na opinião dos advogados patronos da causa, pela evolução da execução do processo, o mesmo passou, naquele momento, a possuir êxito praticamente certo, aguardando somente o decorrer do prazo solicitado pela Eletrobrás para efetuar o pagamento. No último trimestre de 2016, após despacho do Juiz determinando novamente que a Eletrobrás procedesse ao pagamento, esta apresentou agravo com pedido de liminar, alegando inconsistência nos cálculos apurados pela Contadoria, liminar que foi deferida pelo TRF4, suspendendo o prosseguimento da execução de sentença, e consequentemente, do recebimento. Esse evento fez com que a Administração em conjunto com seus advogados determinasse a reversão do crédito contabilizado, ainda no exercício de 2016. Referido Agravo teve seu julgamento em 29 de março de 2017, onde a 1ª Turma do TRF4 por unanimidade não conheceu do recurso interposto pela Eletrobrás e ainda a condenou ao pagamento de multa por litigância de má-fé. Após a publicação e o retorno do processo à origem, o Juízo intimou novamente a Eletrobrás para que efetuasse o pagamento. Em 2017 a Companhia registrou o montante de R$ 36.511, sendo R$ 30.702 líquidos de impostos e honorários (R$ 8.048 de principal e R$ 22.654 de atualização monetária). O pagamento por parte da Eletrobrás ocorreu em junho de 2017 no montante de R$ 33.897, restando um saldo de R$ 2.614 a receber em 31 de dezembro de 2017. A Companhia requereu ao Juízo e os autos seguiram para a Contadoria proceder ao recálculo. A Companhia, concordando com o cálculo da Contadoria, peticionou pelo pagamento do saldo remanescente, tendo o Juízo já intimado a Eletrobrás para proceder ao pagamento.

13. INVESTIMENTOS

Abaixo demonstramos um sumário das informações das investidas e o resultado de equivalência patrimonial apurado durante o exercício:

	HRG Com. Vest. Interm. de Serviços Finan. Ltda.	Hering Internac. S.A. - SAFI	2017	2016
Total de ativos circulante e não circulante	1.240	1.707	2.947	4.658
Total de passivos circulante e não circulante	202	-	202	1.956
Patrimônio líquido	1.038	1.707	2.745	2.702
Receitas líquidas do exercício	3.569	-	3.569	4.121
Resultado do exercício	2.249	18	2.267	2.970
Participação no capital em %	99,99%	100,00%		
Saldo no início do exercício	1.038	1.664	2.702	3.585
Dividendos	(2.248)	-	(2.248)	(3.527)
Equivalência patrimonial	2.248	43	2.291	2.644
Investimento pela equivalência patrimonial	1.038	1.707	2.745	2.702

Durante o exercício foram recebidos dividendos no valor de R$ 2.248 da investida HRG.

14. ATIVO IMOBILIZADO

(a) Composição da movimentação do custo e depreciação

	Controladora e Consolidado								
	2015	Adições	Transferências (*)	Baixas	2016	Adições	Transferências (*)	Baixas	2017
Custo:									
Edifícios e benfeitorias	124.405	5	15.839	(4.484)	135.765	-	9.393	-	145.158
Instalações e equip. produção	212.863	12.401	(3.899)	-	221.365	12.759	3.057	(1.757)	235.424
Móveis e utensílios	35.816	4.190	421	(142)	40.285	1.397	(119)	(119)	41.444
Bens de informática	38.418	3.257	179	(832)	41.022	3.466	63	(3)	44.548
Veículos	2.384	34	-	(72)	2.346	268	-	-	2.614
Benfeit. imóveis de terceiros	52.484	49	2.053	(1)	54.585	-	11.240	(803)	65.022
Terrenos	29.114	-	(964)	(11)	28.139	-	963	(91)	29.011
Imobilização em andamento	26.622	12.028	(24.991)	-	13.659	22.307	(13.236)	(40)	22.690
	522.106	31.964	(11.362)	(5.542)	537.166	40.197	11.361	(2.813)	585.911
Depreciação:									
Edifícios e benfeitorias	(28.526)	(3.874)	1.564	-	(30.836)	(3.965)	(1.563)	-	(36.364)
Instalações e equip. produção	(110.461)	(16.820)	2.940	4.074	(120.267)	(17.304)	(2.955)	1.612	(138.914)
Móveis e utensílios	(17.033)	(4.461)	-	126	(21.368)	(5.070)	15	107	(26.316)
Bens de informática	(22.643)	(6.223)	-	837	(28.029)	(5.422)	-	3	(33.448)
Veículos	(1.700)	(228)	-	67	(1.861)	(208)	-	-	(2.069)
Benfeit. imóveis de terceiros	(16.458)	(7.994)	-	-	(24.452)	(9.695)	-	799	(33.348)
	(196.821)	(39.600)	4.504	5.104	(226.813)	(41.664)	(4.503)	2.521	(270.459)
Saldo líquido:									
Edifícios e benfeitorias	95.879	(3.869)	17.403	(4.484)	104.929	(3.965)	7.830	-	108.794
Instalações e equip. produção	102.402	(4.419)	(959)	4.074	101.098	(4.545)	102	(145)	96.510
Móveis e utensílios	18.783	(271)	421	(16)	18.917	(3.673)	(104)	(12)	15.128
Bens de informática	15.775	(2.966)	179	5	12.993	(1.956)	63	-	11.100
Veículos	684	(194)	-	(5)	485	60	-	-	545
Benfeit. imóveis de terceiros	36.026	(7.945)	2.053	(1)	30.133	(9.695)	11.240	(4)	31.674
Terrenos	29.114	-	(964)	(11)	28.139	-	963	(91)	29.011
Imobilização em andamento	26.622	12.028	(24.991)	-	13.659	22.307	(13.236)	(40)	22.690
	325.285	(7.636)	(6.888)	(438)	310.353	(1.467)	6.858	(292)	315.452

(*) Em 2016 foi reclassificado o montante de R$ 8.858 para rubrica Bens destinados a venda conforme orienta o CPC 31. Em 2017 essa reclassificação foi revertida devido a não efetivação da venda.

(b) Revisão de vida útil - Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja necessário. Não houve alterações relevantes nas vidas úteis revisadas em 2017. **(c) Bens dados em garantia e penhora -** Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía bens do ativo imobilizado dados como garantia de incentivos fiscais, conforme demonstrados na nota explicativa 19. **(d) Valor recuperável do ativo imobilizado -** O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Administração não encontrou a necessidade da constituição de provisão para o valor recuperável do ativo.

15. INTANGÍVEL

(a) Composição da movimentação do custo e amortização

	Controladora e Consolidado								
	2015	Adições	Transferências	Baixas	2016	Adições	Transferências	Baixas	2017
Custo:									
Marcas e patentes	2.952	-	-	-	2.952	-	-	-	2.952
Fundo de comércio	51.505	9.136	-	(180)	60.461	5.014	-	(251)	65.224
Software	42.897	1.693	81.467	-	126.057	2.452	4.065	(918)	131.656
Intangível em andamento *software* (i)	78.756	8.521	(81.467)	-	5.810	11.185	(4.065)	-	12.930
	176.110	19.350	-	(180)	195.280	18.651	-	(1.169)	212.762
Amortização:									
Marcas e patentes	(2.329)	(111)	-	-	(2.440)	(102)	-	-	(2.542)
Fundo de comércio	(32.549)	(5.344)	-	180	(37.713)	(7.094)	-	251	(44.556)
Software	(27.540)	(11.592)	-	-	(39.132)	(12.329)	-	918	(50.543)
	(62.418)	(17.047)	-	180	(79.285)	(19.525)	-	1.169	(97.641)
Saldo líquido:									
Marcas e patentes	623	(111)	-	-	512	(102)	-	-	410
Fundo de comércio	18.956	3.792	-	-	22.748	(2.080)	-	-	20.668
Software	15.357	(9.899)	81.467	-	86.925	(9.877)	4.065	-	81.113
Intangível em andamento *software*	78.756	8.521	(81.467)	-	5.810	11.185	(4.065)	-	12.930
	113.692	2.303	-	-	115.095	(874)	-	-	116.121

(i) Em 2015 refere-se principalmente ao projeto de implantação do sistema SAP, cujo *go live* ocorreu em 1º de janeiro de 2016. Em 2017 refere-se principalmente ao desenvolvimento de *software* de gestão do ciclo de vida do produto, em andamento ao longo do ano de 2016 e 2017 e ao projeto Omnichanel em andamento ao longo do ano de 2017.

(b) Revisão de vida útil - Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja necessário. Não houve alterações relevantes nas vidas úteis revisadas em 2017. **(c) Valor recuperável de ativos** - O intangível tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Administração não encontrou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável do ativo.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os montantes devidos, termos e prazos para cada empréstimo estão apresentados abaixo:

				Controladora e Consolidado	
Modalidade	Encargos anuais	Vencimento	Moeda	2017	2016
Capital de giro	Juros de 14,73%	2017	R$	-	424
Capital de giro	Juros de 9,50%	2017	R$	-	989
Exim Pré-embarque	TJLP + 3,5%	2018	R$	10.531	10.356
Exim Pré-embarque	SELIC + 3,5%	2018	R$	8.762	7.966
				27.293	27.735
		Parcelas circulante		27.293	2.123
		Parcelas não circulante		-	25.612

O financiamento do BNDES "Exim Pré-embarque" contratado pela Companhia em 2016 contém cláusulas restritivas (*convenants*) no que diz respeito à existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão de práticas de atos, pela Companhia, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo, crime contra o meio ambiente, aplicação do recurso em finalidade diversa daquela prevista no contrato e no caso de diplomação como Deputado(a) Federal ou Senador(a) de pessoa que exerça atividade remunerada na Companhia. Os compromissos estabelecidos nos contratos de empréstimos e financiamentos estão sendo cumpridos pela Companhia. A Companhia não mantém nenhuma garantia para os empréstimos e financiamentos.

17. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Salários a pagar	7.369	9.148	7.369	9.148
Férias	16.972	18.979	16.972	18.979
INSS	10.921	11.465	10.921	11.465
FGTS	3.313	3.329	3.313	3.329
Outros	1.739	1.812	1.740	1.812
	40.314	44.733	40.315	44.733

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
ICMS sobre vendas	7.547	8.949	7.547	8.949
PIS e COFINS	6.889	6.289	6.901	6.302
Imposto de renda retido na fonte	2.534	2.339	2.534	2.339
Fundo Protege Goiás	2.709	2.173	2.709	2.173
Outros	4.488	776	4.505	794
	24.167	20.526	24.196	20.557

19. OBRIGAÇÕES POR INCENTIVOS FISCAIS

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2017	2016	2017	2016
PRODEC III - SC (a)	1.551	1.494	129	1.539
PROADI - RN (b)	3	7	-	-
Outros	-	-	490	490
	1.554	1.501	619	2.029

Os incentivos fiscais estão demonstrados com os efeitos do ajuste a valor presente, quando aplicável. (a) Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC III) - Destinado a financiar a expansão das atividades da Companhia. O prazo de carência para cada parcela liberada é de 48 meses e após este período ocorre a liquidação integral da mesma. Os encargos de financiamento consistem em juros de 4% a.a. O valor contratado em fevereiro de 2009 foi de R$ 270.107, sendo que o prazo de fruição do incentivo é de 200 meses e a liberação da primeira parcela ocorreu em novembro de 2009. O montante utilizado até 31 de dezembro de 2017 foi de R$ 15.514. A principal obrigação da Companhia pela fruição deste incentivo compreende a realização de investimentos, que estão sendo cumpridos e comprovados junto à Fazenda Estadual. (b) Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROADI) - destinado a formação do ativo circulante da unidade situada no município de Parnamirim. Pelo contrato firmado, o prazo de fruição do incentivo é de 240 meses, iniciou em outubro de 2001 e finda em setembro de 2021. Os encargos de financiamento consistem em juros de 3% a.a. e atualização monetária conforme variação da TR. Não há valor limite neste benefício. O valor da parcela liberada corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) do ICMS devido no mês, e 1% deste montante liberado é quitado integralmente com um prazo de carência de 60 dias. O montante utilizado em 2017 foi de R$ 2.914 (R$ 3.775 no mesmo período de 2016) e está registrado no resultado do exercício na rubrica de Deduções sobre Vendas. Como principal obrigação pela fruição do benefício a Companhia deve manter em dia o pagamento de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias. Todas as obrigações estão sendo devidamente cumpridas pela Companhia. (c) Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR) - destinado a reforçar o capital de giro para implementação da unidade situada no município de Anápolis. A parcela a ser liberada é utilizada por meio de dedução do pagamento do ICMS devido no mês, sendo que 73% é o valor do benefício. De cada parcela liberada efetua-se um depósito de 10% em uma conta corrente administrada pelo Programa Produzir. A amortização da dívida ocorre anualmente, quando é negociado o benefício em troca da quantia depositada ao longo do ano. As principais obrigações da Companhia pela utilização do benefício compreendem a realização de investimentos em sua unidade industrial e o pagamento de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, que estão sendo devidamente cumpridas. Pela fruição do benefício, a Companhia ofereceu bens do ativo imobilizado como garantias hipotecárias, cujo valor contábil em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 4.753, composto por terrenos, edifícios e benfeitorias.

As subvenções para investimento e custeio decorrentes dos programas Proadi, Crédito Outorgado (Lei do Vestuário - GO), Crédito Atacadista, TTD e Crédito Presumido de ICMS em SC sobre vendas pela internet, são reconhecidos no mês de competência e contabilizados diretamente no resultado do exercício, na rubrica Deduções da Receita (R$ 132.637 em 2017 e R$ 131.418 em 2016) e no grupo Custo dos Produtos Vendidos (R$ 17.664 em 2017 e R$ 13.415 em 2016). Os incentivos Prodec e Prodec III são reconhecidos no mês seguinte ao de competência, quando da liberação da parcela usufruída, e contabilizados no passivo não circulante tendo em contrapartida a redução, no passivo circulante do débito corrente de ICMS. Em agosto de 2014, a Companhia firmou o Termo de Acordo de Regime Especial (TARE) de nº 001-155/2014-GSF com a Secretaria de Estado da Fazenda de Goiás, procedendo à alteração do TARE já firmado de nº 078/2011-GSF, relativo ao incentivo denominado Crédito Outorgado (Lei do Vestuário), com o objetivo de assegurar a manutenção e captação do referido

continua...

Cia.Hering | Aqui, a gente veste a vida!

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

benefício e doravante os consequentes benefícios de Imposto de Renda e Contribuição Social associados, oferecido como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos no Estado de Goiás, até o exercício de 2040, a título de subvenção para investimentos, mediante o estabelecimento de contrapartidas relacionadas a realização de investimentos, geração de atividade econômica no estado de Goiás e adimplência para com as obrigações tributárias estaduais, que estão sendo devidamente cumpridas.

Os incentivos de Goiás usufruídos em 2017 foram caracterizados como subvenção para investimento e por conseguinte excluídos da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, resultando numa redução de R$ 45.211 (R$ 42.994 em 2016). O incentivo estadual PROADI (usufruído no Rio Grande do Norte) também configura subvenção para investimento e no mesmo período gerou uma redução de R$ 991 (R$ 1.283 em 2016). O incentivo estadual TTD e Crédito Presumido de ICMS sobre vendas pela internet (usufruído em Santa Catarina) também configura subvenção para investimento e no mesmo período gerou uma redução de R$ 4.900. O total da redução do Imposto de Renda e Contribuição Social decorrente das subvenções para investimento em 2017 foi de R$ 51.102 (R$ 44.277 em 2016), demonstrado na nota explicativa 34. Caso a Companhia necessite efetuar investimentos em ativo fixo para cumprimento de obrigações do referido benefício fiscal, esse montante será apropriado ao resultado em função da depreciação ou amortização dos ativos relacionados. A Companhia efetuou o registro contábil dos valores recebidos como subvenção para investimento dos incentivos fiscais (Proadi, Lei do Vestuário, TTD e Crédito Presumido de ICMS em SC sobre vendas pela internet), no montante de R$ 150.301 em 2017 (R$ 130.226 em 2016) na conta "reserva de incentivos fiscais", em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (nota explicativa 24). Adicionalmente foi registrado na mesma rubrica o montante de R$ 77 referente o incentivo Lucro da Exploração.

20. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E OUTRAS PROVISÕES

A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios. Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia, foram constituídas provisões para riscos, sendo que a Companhia acredita que as provisões constituídas, conforme apresentado abaixo, são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e custas.

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2017	2016	2017	2016
Provisões para contingências:				
Trabalhistas (a)	2.450	2.000	7.108	4.152
Tributárias (b)	-	-	2.770	2.667
Civeis (c)	-	-	4.316	4.089
	2.450	2.000	14.194	10.908
Outras provisões:				
Despesas comerciais (d)	21.532	19.247	-	-
Despesas administrativas (e)	6.262	5.618	104	1.983
Provisão para participação nos resultados (nota explicativa 26)	25.168	-	-	-
	52.962	24.865	104	1.983
Total	55.412	26.865	14.298	12.891

(a) Trabalhistas - consistem principalmente nos pedidos de representantes e empregados que reconheçam um possível vínculo empregatício e indenizações por acidente de trabalho. Existem também demandas judiciais reclamando o adicional de insalubridade que supostamente teriam direito alguns empregados além de reclamações por responsabilidade solidária da Companhia. Para estes processos existem depósitos judiciais no montante total de R$ 8.342 (R$ 4.329 em 2016). (b) Tributários - refere-se às discussões judiciais relativas ao INSS maternidade e Taxa coleta de lixo para as quais há depósitos judiciais no mesmo montante e Auto de infração de IRPJ e CSLL. (c) Civeis - refere-se à ação indenizatória e reclamações vinculadas às operações normais da Companhia. Para estes processos existem depósitos judiciais no montante total de R$ 2.666 (R$ 2.589 em 2016). (d) Provisão para despesas comerciais - trata-se da provisão para o pagamento das comissões a representantes, fretes sobre vendas e provisões referente a campanhas de vendas. (e) Provisão para despesas administrativas - consiste principalmente na provisão para pagamentos de honorários advocatícios e provisão para pagamento de INSS Lei nº 12.546. Abaixo demonstramos a movimentação ocorrida no exercício:

	Controladora e Consolidado							
	2015	Adições	Reversões	Utilização	2016	Adições	Reversões	Utilização	2017
Provisões para riscos									
Trabalhistas	4.307	4.505	(214)	(2.446)	6.152	6.864	(997)	(2.461)	9.558
Tributárias	3.117	649	(967)	(132)	2.667	103	-	-	2.770
Civeis	3.747	755	(149)	(264)	4.089	476	-	(249)	4.316
	11.171	5.909	(1.330)	(2.842)	12.908	7.443	(997)	(2.710)	16.644
Outras provisões									
Despesas comerciais	16.766	111.030	-	(108.549)	19.247	142.389	-	(140.104)	21.532
Despesas administrativas	5.976	41.190	-	(39.565)	7.601	59.774	-	(61.009)	6.366
Provisão participação resultados - PPR	-	-	-	-	-	25.168	-	-	25.168
	22.742	152.220	-	(148.114)	26.848	229.008	-	(202.790)	53.066
Total	33.913	158.129	(1.330)	(150.956)	39.756	236.451	(997)	(205.500)	69.710

Perda Possível - Para os valores das contingências consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, não foram constituídas provisões como permitido pelas normas contábeis. Estas contingências estão distribuídas nas áreas tributária, trabalhista e cível, totalizando o montante de R$ 348.597 em 31 de dezembro de 2017 (R$ 330.966 em 31 de dezembro de 2016). Em relação às contingências possíveis de natureza tributárias, a Companhia litiga na esfera administrativa federal relativo a glosas de crédito e/ou não homologações de compensações de tributos IPI, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, e multas isoladas, cujo montante atualizado corresponde a R$ 43.233 e Autos de Infração de tributos CIDE, IRRF, PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e Contribuições Previdenciárias, cujo montante atualizado corresponde a R$ 216.829. Também litiga na esfera administrativa estadual contra o Estado de Goiás relativo a Autos de Infração de ICMS cujo montante atualizado corresponde a R$ 13.903. No que tange às contingências cíveis, a Companhia promove contra a Massa Falida do Banco Santos, processo requerendo a declaração de quitação total de dívidas junto ao Banco Santos. Em contrapartida a Massa Falida do Banco Santos promove quatro processos contra a Cia. Hering, que tratam dos Contratos de Limite de Crédito e de Financiamento Mediante Abertura de Crédito BNDES-Exim. Dois processos pleiteiam a revogação de Cartas de quitação vinculadas a estas operações, o terceiro processo tem por pedido a execução do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito BNDES-Exim. O processo executivo lastreia-se na suposta não liquidação da obrigação assumida no referido Contrato de Financiamento. O valor executado, à época do ajuizamento da execução perfazia R$ 50.003. A Companhia ofertou tempestivamente os embargos à execução, garantindo o juízo com fiança bancária no montante de R$ 65.006, contratada junto ao Itaú BBA. O quarto processo tem por pedido a condenação da Companhia ao pagamento de dívida advinda do suposto inadimplemento do Contrato de Limite de Crédito, cujo valor cobrado, à época do ajuizamento da ação perfazia R$ 26.916. Em resumo, a pretensão total da Massa Falida do Banco Santos, atualizada monetariamente até 31 de dezembro de 2017 (sem o cômputo dos juros legais) resulta em R$ 101.286 (R$ 98.023 até 31 de dezembro de 2016). A probabilidade de perda, pela Companhia, é considerada remota para R$ 70.718 (R$ 68.440 em 31 de dezembro de 2016) e possível para R$ 30.568 (R$ 29.583 em 31 de dezembro de 2016).

21. PARTES RELACIONADAS

As transações financeiras entre as companhias do grupo e a remuneração da administração foram realizadas conforme a seguir: **(a) Operações com pessoal-chave da Administração** - A Companhia provê a seus administradores, benefícios de assistência médica, seguro de vida, previdência privada e auxílio alimentação, apresentado na linha de benefícios de curto prazo abaixo. Os benefícios são parcialmente custeados pelos seus administradores e são registrados como despesas quando incorridos. Os diretores também participam no programa de opção de compra de ações da Companhia, conforme nota explicativa 27. Os montantes referentes à remuneração e benefícios do pessoal-chave da administração, representado por seu conselho de administração e diretores estatutários, estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Honorários da administração	9.308	9.041	9.338	9.084
Remuneração variável	4.022	-	4.022	-
Benefícios de curto prazo	1.336	1.000	1.336	1.000
Outros (INSS)	1.862	1.808	1.862	1.808
Plano baseado em ações	3.367	4.336	3.367	4.336
	19.895	16.185	19.925	16.228

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos, eleitos para mandatos de dois anos, admitida a reeleição. **(b) Outras transações com partes relacionadas** - As transações referem-se aos contratos de mútuos com a Controlada Hering International SAFI, cujo saldo existente em 31 de dezembro de 2017 era de R$ 1.707 (R$ 1.548 em 31 de dezembro de 2016). O prazo de vigência destes contratos é indeterminado. Em 25 de maio de 2011 a Cia. Hering passou a operar com um escritório de representação na cidade de Nanjing na China. Esse escritório tem como objeto a inspeção da qualidade dos produtos importados, bem como a prospecção de novos fornecedores. Em 31 de dezembro de 2017, o montante gasto com esta operação foi de R$ 2.915 (R$ 2.293 em 31 de dezembro 2016), reconhecido no resultado no grupo de custos. Em outubro e dezembro de 2016 ocorreram algumas operações de empréstimos para reformas de franquias para empresa franqueada relacionada a alguns Administradores da Companhia. O valor total do empréstimo e subsídio perfez o montante de R$ 546, (R$ 431 de financiamento e R$ 115 de subsídio) tendo sido recebido o montante total do valor financiado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. A Companhia entendeu que os termos do acordo apresentavam-se consistentes com os padrões de negócio vigentes. Em 31 de dezembro de 2017, não há avais e fianças prestados pela Companhia para partes relacionadas. **(c) Vendas para partes relacionadas** - A Companhia realizou operações de vendas para empresas franqueadas relacionadas a alguns Administradores da Companhia. Em 2017 estas operações comerciais totalizaram o montante de R$ 36.526 (R$ 26.870 em 2016) do qual R$ 11.395 está registrado no contas a receber em 31 de dezembro de 2017 (R$ 9.775 em 31 de dezembro de 2016). São fornecidos avais pessoais dos sócios das empresas relacionadas, no montante de R$ 17.010 em 31 de dezembro de 2017 (R$ 16.110 em 31 de dezembro de 2016), como forma de garantir os créditos da Companhia. As operações comerciais com estas empresas relacionadas são realizadas nas mesmas condições e termos de mercado praticados com os demais clientes franqueados da Companhia.

22. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia patrocina planos de previdência de benefício definido e de contribuição definida para seus funcionários, e mantém planos de assistência médica conforme descrito abaixo: ***Plano de Previdência Privada*** - Os planos de previdência complementar oferecidos aos funcionários são de benefício definido e contribuição definida, atendendo a todos os funcionários da Cia. Hering, que aderirem ao plano. As contribuições mensais da patrocinadora são calculadas com base no salário e contribuição dos participantes, contribuintes ou não. O plano de benefício definido concede aos funcionários contribuintes do plano o direito de receber renda mensal vitalícia (com ou sem período garantido de 5 anos) e aos funcionários não contribuintes é garantido o valor correspondente a até três salários pago em parcela única. O número de participantes contribuintes do plano de previdência privada (benefício definido) em 31 de dezembro de 2017 era de 256 pessoas (256 em 31 de dezembro de 2016), tendo contribuído no exercício com o montante de R$ 1.036 (R$ 988 no exercício anterior) e a patrocinadora contribuiu com o mesmo montante. Os participantes do plano de previdência privada que não são contribuintes totalizam, em 31 de dezembro de 2017, 7.503 pessoas (7.729 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia teve a sua última avaliação atuarial calculada em 31 de dezembro de 2017, cujos efeitos estão apresentados a seguir:

(a) Saldos do plano de pensão - benefício definido

	Controladora e Consolidado	
	Previdência	
	2017	2016
Valor presente das obrigações atuariais	(38.406)	(33.706)
Valor justo dos ativos do plano	37.019	33.552
(Déficit) superávit	(1.387)	(154)

A movimentação do plano de benefício definido no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi o reconhecimento de R$ 103 na demonstração de resultado e R$ 1.130 em outros resultados abrangentes, totalizando R$ 1.233, cuja contrapartida foi o passivo de benefícios à empregados.

(b) Movimentação no valor presente das obrigações do benefício definido

	Controladora e Consolidado	
	Previdência	
	2017	2016
Obrigações do benefício definido em 1º de janeiro	33.706	27.117
Custos do serviço corrente e juros	112	112
Juros sobre obrigação atuarial	3.706	3.355
(Ganho)/perda atuarial reconhecido em outros resultados abrangentes	3.708	5.733
Benefícios pagos no ano	(2.826)	(2.611)
Obrigações do benefício definido em 31 de dezembro	38.406	33.706

(c) Movimentação no valor presente dos ativos do plano

	Controladora e Consolidado	
	Previdência	
	2017	2016
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	33.552	27.927
Retorno esperado dos ativos do plano	3.715	3.490
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	2.258	4.321
Contribuições de empregador	320	425
Benefícios pagos pelo plano	(2.826)	(2.611)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	37.019	33.552

Os ativos do plano estão representados por quotas de participação em fundos. Em 31 de dezembro de 2017 o montante de Instrumentos de patrimônio era de R$ 37.019, cujo retorno esperado para o exercício seguinte é de R$ 3.489. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas do retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação.

(d) Despesa/(Receita) reconhecida no resultado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi reconhecido em despesa o montante de R$ 103 referente o plano de previdência (R$ 84 e R$ 325 em 31 de dezembro de 2016 referente os planos de previdência e assistência médica, respectivamente).

(e) Ganhos e perdas atuariais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	Controladora e Consolidado	
	Previdência	
	2017	2016
Montante acumulado em 1º de janeiro	55	(15)
(Ganhos)/perdas atuariais imediatamente reconhecidos	1.130	70
Montante acumulado em 31 de dezembro	1.185	55

Os valores acima são imediatamente incorporados à conta de lucros acumulados, conforme permitido pelo CPC 33 (R1) e IAS19.

(f) Componentes da despesa/(receita) do plano projetada

	Controladora e Consolidado	
	Previdência	
	2018	2017
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	131	112
Juros sobre obrigação atuarial	3.610	3.706
Rendimento esperado dos ativos	(3.489)	(3.715)
Juros sobre efeito do teto do reconhecimento de ativo/passivo oneroso		197
	252	300

A Companhia espera contribuir com aproximadamente R$ 342 com os planos de benefícios definidos durante o exercício de 2018.

(g) Histórico dos ajustes pela experiência

	Controladora e Consolidado				
Plano de previdência	2017	2016	2015	2014	2013
Valor presente das obrigações atuariais	(38.406)	(33.706)	(27.117)	(22.182)	(21.492)
Valor justo dos ativos do plano	37.019	33.552	27.927	23.079	21.733
Efeito do *asset ceiling*	-	-	(810)	(897)	(241)
(Déficit) superávit para planos cobertos	(1.387)	(154)	-	-	-
Ajustes pela experiência nos passivos do plano	(3.708)	(5.733)	(4.337)	313	(1.933)
Ajustes pela experiência nos ativos do plano	2.256	4.321	4.071	264	93

(h) Premissas atuariais

A apuração do ativo e passivo atuarial foi efetuada por meio de cálculos atuariais efetuados por atuário independente seguindo as premissas abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	Previdência	
(i) Média ponderada das hipóteses usadas para determinar a obrigação atuarial e a despesa (receita) a ser reconhecida	2017	2016
Taxa de desconto nominal	9,93%	11,63%
Taxa de aumento nominal do salário	5,81%	6,92%
Taxa estimada de inflação	4,40%	5,50%
Taxa de desconto nominal (despesa/receita)	11,63%	13,20%
Tábua de mortalidade pós-aposentadoria	AT-2000 Suavizada em 10%	AT-2000
(ii) Expectativas de vida presumidas na aposentadoria aos 65 anos		
Aposentados hoje (membro com idade de 65 anos)	20,4	19,6
Aposentados em 25 anos (membro com idade hoje de 40 anos)	20,4	19,6

Premissas sobre mortalidade futura são baseadas em estatísticas publicadas e tábuas de mortalidade. As tábuas utilizadas foram: (i) Tábua de mortalidade AT-2000 Suavizada em 10%, (ii) Tábua de Entrada em Invalidez Álvaro Vindas e (iii) Tábua de Mortalidade de Inválidos RRB-1944(MI). A idade de entrada em aposentadoria considerada é de 55 anos, e que 100% se aposentam na 1ª elegibilidade de aposentadoria antecipada.

continua...

Cia.Hering | Aqui, a gente veste a vida!

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2017 que demonstram o efeito de um aumento de R$ 1.752 e uma redução de R$ 1.615 na taxa de desconto, um aumento de R$ 753 e uma redução de R$ 769 na tabela de mortalidade, que representam meio ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos previdenciários:

		Previdência	
		Cenários Projetados	
	Cenário Base	Aumento de 0,5%	Redução de 0,5%
Impactos nas obrigações do plano de benefício definido			
Taxa de desconto	38.406	36.791	40.158
Taxa de inflação	38.406	38.406	38.406
Tabela de mortalidade (+1 -1)	38.406	39.159	37.637
Média ponderada de obrigação de benefício definido (em anos)	8,76	8,59	8,92

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(a) Gerenciamento de riscos: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, ou outros instrumentos financeiros de risco. As operações com instrumentos financeiros derivativos são aprovadas e monitoradas pelo Conselho de Administração da Companhia. Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

• Risco de crédito

Decorre de a possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito. A Companhia possui ainda, a provisão para crédito de liquidação duvidosa, no montante de R$ 18.207 (R$ 13.529 em 31 de dezembro de 2016) representativos de 3,71% do saldo de contas a receber em aberto (2,86% em 31 de dezembro de 2016), para fazer face ao risco de crédito. Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito, análise do contas a receber por vencimento e as garantias. **(i) Exposição a riscos de créditos -** O valor contábil dos ativos financeiros, representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das Demonstrações Financeiras foi:

	Consolidado	
	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	148.821	204.755
Aplicações financeiras	5.237	4.824
Contas a receber de clientes	487.344	473.047
Outras contas a receber	28.652	30.222

(ii) Perdas por redução no valor recuperável - O vencimento do contas a receber na data das Demonstrações Financeiras era:

	Consolidado	
Contas a receber	**2017**	**2016**
A vencer	450.972	439.967
Vencidos:		
De 0 a 30 dias	12.735	7.367
De 31 a 90 dias	9.805	6.749
De 91 a 180 dias	2.271	7.403
De 181 a 360 dias	3.895	7.909
Acima de 360 dias	7.666	3.592
	487.344	473.047

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação aos recebíveis durante o exercício foi o seguinte:

	Consolidado	
	2017	2016
Saldo no início do período	(13.529)	(10.317)
Adições	(12.381)	(11.922)
Baixas	7.683	8.710
Saldo no final do período	(18.207)	(13.529)

A Companhia avalia a necessidade de provisão para perdas com créditos através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas sobre o contas a receber.

A Companhia avalia também a necessidade de provisão para o contas a receber a vencer, considerando a curva de crescimento do faturamento e o incremento de novos clientes.

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

(iii) Garantias - A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

• Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa. A Companhia investe o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa 5) escolhendo instrumentos com vencimentos aprovriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2017, os equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez. A tabela a seguir, demonstra o prazo de vencimento esperado para os ativos e passivos financeiros, contratados pela Companhia, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros estimados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2017:

								Consolidado
	Taxa média de juros	Até 1 mês	1 a 3 meses	4 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	148.821	-	-	-	-	-	148.821
Clientes e outras contas a receber	0,65%	209.936	209.667	67.669	4.706	1.571	1.307	481.876
Empréstimos e financiamentos	0,84%	(878)	-	(29.590)	-	-	-	(30.468)
Incentivos fiscais	0,32%	(361)	(2)	(1.193)	(161)	-	-	(1.737)
Fornecedores e outras contas a pagar	0,57%	(92.894)	(31.853)	(12.126)	(93)	-	-	(136.966)
		261.604	177.832	14.760	4.452	1.571	1.307	461.526

A Companhia possui junto a instituição financeira convênio de colaboração recíproca em operações de aquisição de crédito "Risco Sacado", que consiste na antecipação por parte dos fornecedores de títulos em aberto, onde o banco antecipa o valor para o fornecedor na data de solicitação e recebe posteriormente na data de vencimento o valor devido pela Companhia. Os custos dessa operação são cobrados do fornecedor pelo banco, a Companhia não incorre em juros ou outros custos. O limite de crédito para essa operação é aprovado em Reunião do Conselho de Administração e não utiliza os demais limites de crédito da Companhia junto ao banco. Sobre esses montantes, assim como para os montantes dos demais fornecedores, registra-se o ajuste a valor presente considerando a taxa e prazos descritos na nota explicativa 3 (m). Os termos das operações sob risco *sacado não diferem significativamente das operações normais de fornecimento, como por exemplo em relação aos prazos* praticados para pagamento. A decisão de efetuar essa operação é única e exclusivamente do fornecedor que arca com os encargos financeiros da operação. A Administração avalia que não na riscos nessa operação para a Companhia, e mantém o montante registrado na rubrica de fornecedores, por considerar que essa apresentação reflete melhor em essência a operação realizada. Em 31 de dezembro de 2017, o montante dessa operação totalizava R$ 35.410 (R$ 58.010 em 31 de dezembro de 2016).

• Risco de mercado

Decorre da possibilidade do valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado. O risco de mercado compreende os seguintes tipos de riscos: **(i) Risco de taxa de juros -** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos, e em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de proteção para reduzir o custo financeiro das operações.

	Consolidado	
	2017	2016
Instrumentos de taxa variável (Ativos financeiros)	109.318	187.968
Instrumentos de taxa fixa (Passivos financeiros	-	(1.413)
Instrumentos de taxa variável (Passivos financeiros)	(27.293)	(26.322)
	82.025	160.233

(ii) Risco de taxa de câmbio - Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos, além de outros valores a pegar e a receber em moedas estrangeiras. A moeda nas quais estas transações são denominadas são em USD. A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos. A exposição cambial da Companhia está assim representada:

	Consolidado	
	2017	2016
Caixa em moeda estrangeira (nota explicativa 5)	3.169	3.222
Contas a receber (nota explicativa 7)	17.876	16.500
Fornecedores	(29.640)	(23.071)
Instrumentos financeiros derivativos (*nocional value*)	46.304	32.917
	37.709	29.568

Os instrumentos financeiros derivativos referentes a contratos futuros de compra ou venda de dólares são utilizados, principalmente, como instrumentos para *hedge* dos fluxos financeiros decorrentes de importações de matéria-prima, produto acabado e tecidos. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantinha o montante de USD 27.507 mil (USD 22.961 em 31 de dezembro de 2016) em cartas de crédito referentes à importações contratadas junto aos fornecedores. **(iii) Risco operacional -** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, como riscos de crédito, mercado e liquidez, assim como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais. **(iv) Outros riscos de preços -** Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente dos fios de algodão. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia, não sendo possível à Companhia assegurar possibilidade de repasse, parcial ou mesmo total, desses custos no preço de venda de seus produtos. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria-prima. **(b) Instrumentos financeiros - valor justo -** O quadro a seguir apresenta as principais operações de instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia. Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

				Consolidado
	2017		2016	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	148.821	148.821	204.755	204.755
Custo amortizado				
Aplicações financeiras restritas - Títulos mantidos até o vencimento	5.237	5.237	4.824	4.824
Clientes e outras contas a receber	475.484	475.484	472.177	472.177
Empréstimos e financiamentos	(27.293)	(27.293)	(27.735)	(27.735)
Fornecedores e outras contas a pagar	(136.887)	(136.887)	(176.250)	(176.250)
Instrumentos financeiros derivativos designados ao valor justo por meio do resultado	545	545	(1.037)	(1.037)
Instrumentos financeiros derivativos designados em relações de contabilização de *hedge*	-	-	(488)	(488)

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial se equivalem aos seus respectivos valores justos e não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são similares ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.
- Clientes e outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- Empréstimos e financiamentos - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são similares aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas do mercado e por possuírem características específicas.
- Instrumentos financeiros derivativos - Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2. **(c) Gestão de capital** - A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento. Dentre as estratégias adotadas pela Companhia, destacam-se: Gestão da Dívida: a Companhia tem como meta a não renovação de empréstimos bancários com juros elevados, focando em operações de financiamento no longo prazo atreladas a investimentos produtivos que apresentem condições de prazo e taxas de juros mais atrativas. Os indicadores de gestão da dívida em 31 de dezembro de 2017 estão abaixo apresentados:

	Consolidado	
Indicadores de Gestão de Capital	**2017**	**2016**
Dívida Curto Prazo	(27.293)	(2.123)
Dívida Longo Prazo	-	(26.612)
Total da Dívida	(27.293)	(27.735)
(–) Caixa e equivalentes de caixa	148.821	204.755
Caixa Líquido	121.528	177.020

Em linha com as estratégias de capital de giro e gestão da dívida, a Companhia segue a meta de não renovar empréstimos bancários com juros elevados, o que lhe permite reduzir a dívida e incrementar sua geração de caixa livre. **(d) Análise de sensibilidade - (i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros -** Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI. Em 31 de dezembro de 2017, a Administração considerou como cenário provável as taxas anualizada para o período referência. Os rendimentos das aplicações financeiras e despesas dos empréstimos foi projetado para os próximos 12 meses.

								Consolidado
			Provável		Possível		Remoto	
Operação	**Valores R$**	**Risco**	**%**	**Ganho (Perda)**	**%**	**(Ganho Perda)**	**%**	**Ganho (Perda)**
Aplicações financeiras (*)	109.318	*Baixa CDI*	6,89	-	5,17	(1.883)	3,45	(3.766)
Exim Pré-embarque	(18.531)	Aumento TJLP	7,00	-	8,75	(324)	10,50	(649)
Exim Pré-embarque	(8.762)	Aumento SELIC	7,00	-	8,75	(153)	10,50	(307)

(*) Saldo em 31 de dezembro de 2017 de aplicações em CDB e Operações compromissadas classificadas em caixa e equivalência de caixa e não circulante sujeitas a variação do CDI.

(ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio - A Companhia possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira, principalmente o dólar americano (USD) no balanço de 31 de dezembro de 2017 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado vigente no período de elaboração destas informações contábeis. A taxa provável foi então corrigida em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

							Consolidado
		Provável		Possível		Remoto	
Operação	**Saldo 2017 R$**	**Taxa USD**	**Ganho (Perda)**	**Taxa USD**	**Ganho (Perda)**	**Taxa USD**	**Ganho (Perda)**
Caixa em moeda estrangeira	3.169	3,3074	-	4,1343	792	4,9611	1.585
Contas a receber	17.876	3,3074	-	4,1343	4.469	4,9611	8.938
Fornecedores	(29.640)	3,3074	-	4,1343	(7.410)	4,9611	(14.820)
Instrumentos financeiros derivativos (Notional USD 14.000)	46.304	3,3074	-	4,1343	11.576	4,9611	23.151
Exposição a ganhos e perdas líquidos	37.709		-		9.427		18.854

continua...

Cia.Hering | Aqui, a gente veste a vida!

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº 475/08, a Companhia avalia suas aplicações financeiras e seus *instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela* Administração da Companhia na data das Demonstrações Financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial em aberto em 31 de dezembro de 2017, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de risco "provável" das tabelas acima. **(e) Instrumentos financeiros derivativos** - A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, referente a contratos futuros de compra de dólares que são utilizados, principalmente, como instrumentos para *hedge* dos fluxos financeiros decorrentes de importações. Tais operações, quando existentes, são monitoradas por meio de seus controles internos. Até 31 de dezembro de 2016 existiam operações designadas como "*hedge accounting*", liquidadas no exercício de 2017, cujo objeto estava relacionado as importações e compras futuras de mercadoria para revenda em moeda estrangeira altamente prováveis. A contabilização adotada pela Companhia foi o *hedge* de fluxo de caixa ("*cashflow hedge*"). Essas operações de derivativos eram contabilizadas no balanço da Companhia pelo seu valor justo e a parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa era reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, sendo reclassificada para o resultado no momento em que o item objeto de *hedge* afetava o resultado, na mesma rubrica em que tal item era reconhecido. Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte *inefetiva ou não designada eram reconhecidos imediatamente no resultado financeiro. Em 31 de dezembro de 2017, as operações* de derivativos (NDF - Non Deliverable Forward) mantidas pela Companhia não foram designadas para "*hedge accounting*" foram contratadas, nos seguintes montantes e condições:

Data da contratação	Data de vencimento	Valor lastreado USD mil	Cotação alvo média	Valor Justo em Aberto	Resultado financeiro
01/12/17	02/01/18	7.000	3,3080	289	289
01/12/17	01/02/18	7.000	3,3157	256	256
		14.000		545	545

As liquidações das operações de NDF's no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 somaram um Nocional de USD 10.100 (cujas mercadorias foram vendidas), gerando uma perda de R$ 1.940 para a Companhia, dos quais R$ 1.202 foi reconhecido como despesa em Resultado Operacional (R$ 1.063 em 2017 e R$ 139 em 2016) e R$ 738 reconhecido como Despesa Financeira (R$ 387 em 2017 e R$ 351 em 2016).

Em 31 de dezembro de 2016 as operações de derivativos mantidas pela Companhia foram contratadas, nos seguintes montantes e condições:

						Reconhecido em		
Data da contratação	Data de vencimento	Valor lastreado USD mil	Cotação alvo média	Valor Justo em Aberto	Valor Justo Liquidado	Outros resultados abrangentes	Outros resultados abrangentes (represado) (*)	Resultado operacional	Resultado financeiro
17/05/16	02/01/17	2.000	3,2591	(965)	-	(835)	-	(139)	9
28/10/16	02/01/17	1.200	3,2591	10	-	164	-	-	(154)
29/11/16	01/02/17	2.700	3,2752	(570)	-	(366)	-	-	(204)
15/04/16	01/11/16	1.200	3,1789	-	(673)	-	(562)	(111)	-
17/05/16	01/12/16	300	3,3967	-	(94)	-	(136)	-	42
17/05/16	01/12/16	2.700	3,4004	-	(835)	-	(704)	(131)	-
		10.100		(1.525)	(1.602)	(1.037)	(1.402)	(381)	(307)

(*) O valor reconhecido em Outros resultados abrangentes represado, foi realizado contra rubrica de Resultado operacional no momento em que o item objeto de *hedge* afetou o resultado.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia tinha um "nocional" de instrumentos derivativos de USD 10.100 (USD 5.900 referente operações em aberto e USD 4.200 referente operações liquidadas, cujas mercadorias não foram vendidas) e, essas operações acumulavam um saldo devedor referente à variação entre os valores de referência dos derivativos contratados e as respectivas apurações de valor justo de R$ 1.525 registrado na rubrica de instrumentos financeiros derivativos no passivo circulante. Como contrapartida, foram registrados os seguintes valores nas seguintes rubricas: R$ 1.037 em Ajuste de Avaliação Patrimonial - Outros Resultados Abrangentes (R$ 685 líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos); R$ 139 reconhecido como despesa em Resultado Operacional e R$ 349 reconhecido como Despesa Financeira. Adicionalmente, o montante de R$ 1.602 foi liquidado gerando perda de R$ 1.402 (R$ 925 líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos) represado em Outros Resultados Abrangentes, R$ 242 reconhecido como despesa em Resultado Operacional e R$ 42 reconhecido como Despesa Financeira. As liquidações das operações de NDF's no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 somaram um Nocional de USD 35.400 (cujas mercadorias foram vendidas), gerando um valor que representou uma perda de R$ 4.642 para a Companhia, dos quais R$ 11 foi reconhecido como receita em Resultado Operacional (R$ 737 como despesa em 2016 e R$ 748 como receita em 2015) e R$ 4.653 reconhecido como Despesa Financeira (R$ 4.544 em 2016 e R$ 109 em 2015).

24. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

(a) Capital social - O capital social autorizado é composto por 350.000.000 ações ordinárias, todas sem valor nominal, sendo que, em 31 de dezembro de 2017, o capital subscrito e integralizado é composto por 161.843.634 ações ordinárias distribuídas entre os seguintes acionistas (acima de 5%):

	2017		2016	
Investimento e Participação INPASA S.A.	11.964.724	7,4%	11.964.724	7,4%
Ivo Hering	11.768.370	7,3%	11.768.370	7,3%
Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda.	8.120.812	5,0%	-	0,0%
Coronation Fund Managers Ltd. (*)	8.052.473	5,0%	24.370.992	15,1%
Cambuhy Investimentos Ltda.	7.570.100	4,7%	9.963.500	6,2%
Gávea Investimentos Ltda.	5.522.022	3,4%	25.259.342	15,7%
Outros	108.839.133	67,2%	77.881.559	48,3%
	161.843.634	100%	161.228.487	100%

(*) Gestor com sede na África do Sul.

Em 26 de maio de 2017 foram emitidas 51.528 ações totalizando o montante de R$ 765, e em 18 de agosto de 2017 foram emitidas 563.619 ações totalizando o montante de R$ 8.160, para fazer frente ao Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. **(b) Ações em tesouraria** - Em 24 de julho de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou um Programa de Recompra de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia. Este programa vigorou até 25 de julho de 2015, e foram adquiridas 3.732.700 ações, das quais 323.000 (trezentas e vinte e três mil) encontravam-se em tesouraria até o período findo em 31 de dezembro de 2016.

Em 01 de agosto de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a criação de um Novo Programa de Recompra de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia, para permanência em tesouraria e posterior alienação e/ou cancelamento e/ou para fazer frente ao "Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia", limitado a 5.000.000 (cinco milhões) de ações ordinárias da Companhia, cujo prazo de encerramento é 01 de fevereiro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2017 não haviam ações em tesouraria, sendo a movimentação do exercício demostrada abaixo:

	Quantidade (milhares)	Custo médio R$ (*)	Custo total R$ mil
Saldo em 31 de dezembro de 2016	323	14,28	4.614
Alienação de ações em tesouraria, pelo exercício de opção de compra em 26 de maio de 2017	(323)	14,28	(4.614)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-	-

(*) Inclui corretagem e taxas da BM&FBovespa e CBLC.

No segundo trimestre de 2017 foram exercidas 323.000 ações do 3º, 9º e 10º Programa de *stock options*, a um custo médio de R$ 16,00, totalizando um montante de R$ 5.169. Para fazer frente a esse exercício de *stock options*, a Companhia utilizou o saldo das ações em tesouraria a um custo médio de R$ 14,28, totalizando um montante de R$ 4.614. **(c) Reserva de capital** - Opções de compra de ações outorgadas conforme descritos na nota explicativa 27 são registrados como reservas de capital.

(d) Reservas de lucros

• Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Lucro líquido do exercício	263.781
Reserva legal 5%	13.189

• Retenção de lucros

Refere-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal, da proposta de distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro. Em 2016 e 2017 parte do saldo desta reserva foi utilizado para pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio.

• Outras reservas de lucros

Incentivos fiscais - Referem-se aos montantes apurados de subvenções recebidas para investimentos (nota explicativa 19) e incentivos de redução do IRPJ conforme segue:

	2017	2016
Lei do Vestuário - GO	443.736	313.369
Pró-Emprego - SC	87.084	87.084
Proadi - RN	87.619	84.705
Fomentar - GO	31.750	31.750
Lucro Exploração IRPJ	29.526	29.449
Créd. Presumido Importados/Internet - SC	14.413	-
Produzir - GO	6.562	6.562
Crédito Atacadista - GO	2.607	-
Redução Reinvestimento IRPJ	336	1.605
	703.633	554.524

Em assembleia geral extraordinária realizada em abril de 2017 foi aprovado o aumento de capital social no valor de R$ 1.269, com utilização de parte do saldo de reserva de incentivos fiscais de reinvestimento de Imposto de Renda. **(e) Remuneração aos acionistas** - O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Lucro líquido do exercício	263.781
(-) Reserva legal	(13.189)
(-) Reserva de lucro - incentivos fiscais	(150.378)
Base de cálculo	100.214
Dividendos mínimos obrigatórios (25%) - pagos durante exercício	25.053
Dividendos adicionais e Juros sobre o Capital Próprio deliberados pelo Conselho de Administração e pagos durante exercício	159.932
	184.985

Durante o exercício de 2017 foi pago o montante total de R$ 184.985, correspondente aos dividendos obrigatórios de R$ 25.053 e dividendos adicionais e juros sobre capital próprio de R$ 159.932, conforme demonstrado a seguir:

Proventos	Valor total	Quantidade de ações na data (em milhares)	Montante por ação (R$)	Aprovado em	Pago em
Juros sobre o Capital Próprio	42.997	161.280*	0,2666	31/05/17	28/06/17
Dividendos	49.997	161.280*	0,3100	01/08/17	17/08/17
Dividendos	49.993	161.843*	0,3089	30/08/17	26/10/17
Juros sobre o Capital Próprio	41.998	161.843*	0,2595	22/11/17	13/12/17
	184.985				

(*) A quantidade de ações considerada para cálculo está líquida das ações em tesouraria.

Em 2016, adicionalmente ao montante pago de R$ 124.067, a Administração fez a proposta de R$ 74.998 para pagamento de dividendos com utilização da Reserva de Retenção de Lucros, a qual foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 2017 e pagos em 31 de maio de 2017. **(f) Ajuste de avaliação patrimonial** - O saldo é representado pelo efeito da contabilização de benefícios a empregados do Plano de Previdência Privada HeringPrev, Plano de Saúde (nota explicativa 22), instrumentos financeiros derivativos designados como *Hedge Accounting* (nota explicativa 23) e correção monetária dos ativos imobilizados sendo este o saldo mais representativo.

25. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calcula juros sobre o capital próprio, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi pago aos acionistas o montante de (i) R$ 37.268 (líquido do IRRF no montante de R$ 5.729) correspondente ao ano de 2017, aprovado em reunião do Conselho de Administração de 31 de maio de 2017; (ii) R$ 36.981 (líquido do IRRF no montante de R$ 5.017) correspondente ao ano de 2017, aprovado em reunião do Conselho de Administração de 22 de novembro de 2017.

26. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia concede a todos os empregados bônus relacionado ao plano de participação nos resultados, o qual está vinculado ao alcance de objetivos específicos, baseado no cumprimento de metas individuais e corporativas, estabelecido e acordado no início de cada ano. Em 31 de dezembro de 2017 houve a provisão de R$ 25.168 (em 31 de dezembro de 2016 não houve provisão em função do resultado abaixo do esperado), cujo pagamento está previsto para ocorrer durante mês de março de 2018.

27. PROGRAMA DE *STOCK OPTIONS*

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía dois Plano de Opção de Compra de Ações, sendo um aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008 (Plano 2008), e um novo Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em 04 de dezembro de 2017 (Plano 2017). A aprovação dos programas de outorgas de ações no âmbito de cada plano é efetuada pelo Conselho de Administração da Companhia. A data de aprovação, a quantidade de ações outorgadas por programa e o preço de exercício por ação, estão divulgados abaixo:

	Plano de Opção de Compra de Ações								
							Plano 2008		Plano 2017
	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º		1º
Data de aprovação	04/mai/11	08/mai/12	21/mai/13	25/jul/13	21/mai/14	29/jul/15	24/mai/16		13/dez/17
Quantidade de ações outorgadas	265.000	246.000	264.000	72.872	953.850	1.335.112	1.226.445		701.541
Preço de exercício - R$/ação	31,84	45,83	38,61	34,24	25,05	12,64	14,25		26,50

Os programas preveem que as opções outorgadas aos beneficiários eleitos somente poderão ser exercidas se observados os seguintes prazos e condições (*vesting condition*): (a) até 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto da opção a partir do final do primeiro ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário; (b) até 50% (cinquenta por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do segundo ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário; (c) até 75% (setenta e cinco por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do terceiro ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário; e (d) até 100% (cem por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do quarto ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário. O exercício das opções somente poderá ocorrer desde que se verifique à continuidade da relação jurídica entre o Beneficiário e a Companhia ou com qualquer de suas controladas ou coligadas, até a data do efetivo exercício das opções. Os programas preveem também o direito ao exercício, em caso de falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente do participante. Após uma opção ter se tornado exercível, o beneficiário poderá exercê-la a qualquer tempo, até o término do prazo de sete anos contados da data de outorga de tal opção. Cada opção corresponde ao direito de subscrever uma ação da Companhia. O exercício de opções garante aos beneficiários os mesmos direitos concedidos aos demais acionistas da Companhia. A Administração desse plano foi atribuída a um comitê designado pelo Conselho de Administração. Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento baseado em ações, a Companhia apurou o valor justo das opções. O valor foi calculado por empresa terceirizada especializada neste tipo de cálculo que utilizou o modelo Black & Scholes para o 1º ao 5º programa, modelo Binomial para o 6º ao 10º programa do Plano de 2008 e para 1º programa do Plano de 2017 (utilizou-se esse método pois esse permite adequadamente a inclusão de premissas como exercício antecipado, expiração por perda do vínculo e outras características). O valor justo das opções na data da outorga está apresentado na linha Preço total na tabela abaixo e consideram as seguintes premissas para precificação:

	Plano de Opção de Compra de Ações											
										Plano 2008	Plano 2017	
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	1º	
Data da avaliação	29/mai/08	28/mai/09	27/mai/10	04/mai/11	08/mai/12	21/mai/13	25/jul/13	21/mai/14	29/jul/15	24/mai/16	13/dez/17	
Quantidade de ações	532.000	304.048	184.000	265.000	246.000	264.000	72.872	953.850	1.335.112	1.226.445	701.541	
Preço de exercício	9,61	7,18	36,67	31,84	45,83	38,61	34,24	25,05	12,64	14,25	26,50	R$/ação
Preço de fechamento	10,42	11,04	41,5	33,5	45,91	43,5	30,56	21,79	11,64	13,08	26,21	R$/ação
Volatilidade ao dia	2,67%	4,27%	3,07%	2,13%	2,34%	1,83%	2,36%	2,19%	2,75%	2,49%	2,67%	
Volatilidade ao ano	42,46%	67,84%	48,73%	33,76%	37,21%	29,01%	37,46%	34,63%	43,71%	39,50%	37,44%	
Dividendos esperados	2,00%	2,47%	1,88%	2,76%	4,00%	4,00%	4,00%	5,10%	5,50%	5,50%	4,70%	a.a.

continua...

Cia.Hering | Aqui, a gente veste a vida!

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Plano de Opção de Compra de Ações									Plano 2008	Plano 2017	
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	1º	
Taxa de desligamento (*)	-	-	-	-	-	1,01%	1,01%	1,10%	5,00%	14,29%	-	a.a.
Taxa de desligamento (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	15,00%	13,64%	-	a.a.
Market to Strike Ratio	-	-	-	-	-	2,33	2,33	2,25	2,25	2,24	2,09	
Cupom de IPCA (**)	7,34%	6,57%	6,77%	6,35%	3,65%	3,83%	4,89%	6,16%	6,65%	6,13%	5,12%	a.a.
Prazo total	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	anos
Preço unitário da opção	5,76	8,29	24,78	14,89	17,00	11,87	8,80	5,38	3,30	2,90	7,96	R$/ação
Preço total	3.065	2.520	4.559	3.946	4.183	3.134	641	5.128	4.404	3.561	5.585	R$ mil
Quantidade de ações após o desdobramento (***)	1.596.000	912.144	552.000	265.000	246.000	264.000	72.872	953.850	1.335.112	1.226.445	701.541	

(*) Taxa de desligamento da Companhia, a partir do 9º programa é apresentada segregada entre Diretoria e Outros.
(**) Taxa de juros livre de risco.
(***) Em 29 de outubro de 2010, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o desdobramento das ações de emissão da Companhia, na proporção de duas novas ações para cada ação ordinária possuída, passando cada uma ação ordinária a ser representada por três novas ações após o desdobramento. Esse desdobramento está refletido na quantidade de ações outorgadas no 1º,2º e 3º programas.

O preço de fechamento da ação da Cia. Hering, negociada sob o código HGTX3, e a taxa de volatilidade, acima informada, para o 1º ao 3º, 5º ao 10º programa do Plano 2008 e 1º Programa do Plano 2017 foram obtidas diretamente do serviço Bloomberg, e para o 4º programa foram retiradas diretamente do serviço Economática. A curva de cupom de IPCA foi obtida do site da Bolsa de Mercados e Futuros (BM&F) no campo Dados Históricos, Pesquisas por Pregão, Arquivo "Mercado de Derivativos - Taxas de Mercado para *Swaps*". O contrato de cupom de IPCA é negociado com o código DAP. Para a taxa de volatilidade, foi retirada uma série de preços de fechamento da ação da Companhia, sob o código HGTX3, e sobre ela foi calculada a volatilidade histórica diária, que posteriormente foi anualizada para uso no cálculo do valor de mercado das *Stock Options*.
Os períodos analisados foram:

	Plano de Opção de Compra de Ações									Plano 2008	Plano 2017
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	1º
Data de início	30/05/07	29/05/08	28/05/09	31/05/10	09/05/11	30/09/10	31/08/10	23/11/11	29/07/08	26/05/09	15/03/10
Data de término	29/05/08	28/05/09	27/05/10	04/05/11	08/05/12	21/05/13	25/07/13	21/05/14	29/07/15	24/05/16	04/12/17

(a) Plano de Opção de Compra de Ações 2008. liquidável em ações (Plano 2008) - No Plano de Opção de Compra de Ações de 2008 foram emitidos dez programas de opções de ações. As ações outorgadas no 1º, 2º e 3º programa de opções de ações, foram integralmente exercidas pelos beneficiários. Observado os prazos de carência estabelecidos nos Programas, cada Opção de Compra outorgada permite ao Beneficiário, definido pelo Conselho de Administração, o direito de subscrever uma ação da Companhia. Para fins comparativos, estamos considerando o desdobramento das ações para o 1º, 2º e 3º programas, para as opções de ações outorgadas, exercidas e canceladas desde o início dos programas de opções. Do número total de 7.423.423 (1º, 2º e 3º programas após o desdobramento e 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º e 10º programa) opções de ações outorgadas nos programas, 306.000 opções de ações foram exercidas e convertidas em ações durante o período de 2009, 633.036 durante o período de 2010, 708.035 durante o período de 2011, 793.795 durante o período de 2012, 387.288 durante o período de 2013, 27.000 durante o exercício de 2016 e 938.147 durante o exercício de 2017 e 174.000 foram canceladas no período de 2009, 47.600 no período de 2013, 365.297 durante o período de 2015, 38.197 durante o período de 2016 e 303.028 durante o período de 2017. Considerando a hipótese de que todas as opções que estivessem disponíveis fossem exercidas em 31 de dezembro de 2017, a diluição do capital dos atuais acionistas seria de 1,67% (2,45% em 31 de dezembro de 2016). O preço médio de exercício das opções de ações, apresentado conforme as movimentações das opções estão demonstradas a seguir:

	2017		2016	
	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
Opções em circulação no início do período	3.943.185	24,22	2.781.937	26,62
Opções outorgadas	-	-	1.226.445	14,25
Opções exercidas (nota explicativa 24 a/b)	(938.147)	15,04	(27.000)	13,90
Opções canceladas	(303.028)	19,87	(38.197)	20,63
Opções em circulação no final do período	**2.702.010**	**28,39**	**3.943.185**	**24,22**
Opções exercíveis no final do período	1.149.372	44,08	1.379.740	36,36

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 a Companhia reconheceu no resultado um montante de R$ 4.497 (R$ 5.516 em 31 de dezembro de 2016) referente ao valor justo do plano. **(b) Novo Plano de Opção de Compra de Ações 2017, liquidável em ações (Plano 2017) -** Foi aprovado pela Cia. Hering um Novo Plano de Outorga de Opções na Assembleia Extraordinária de 04 de dezembro de 2017. Observado os prazos de carência estabelecidos nos Programas, cada Opção de Compra outorgada permite ao Beneficiário, definido pelo Conselho de Administração, o direito de subscrever uma ação da Companhia. O cálculo do preço de exercício da Opção de Compra a ser pago pelos Beneficiários será definido, nos termos dos Planos de Opções, pela média ponderada por volume das negociações das cotações de fechamento das ações ordinárias da Companhia na B3 Brasil Bolsa Balcão, nos 90 (noventa) pregões anteriores à data de aprovação de cada Programa de Outorga de Opção de Compra pelo Conselho de Administração (Preço de Exercício), cujo preço de exercício será corrigido pelo IPC-A, desde a data de outorga da respectiva Opção de Compra até a data de exercício. As Opções de Compra poderão ser exercidas total ou parcialmente no prazo e período fixado em cada Programa, contados da data de sua aprovação/outorga pelo Conselho de Administração. Em 13 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração da Cia. Hering aprovou o primeiro programa de opções de compra de ações, deste Plano, no montante de 701.541 opções de ações destinado a Administradores e colaboradores elegíveis da Companhia. Considerando a hipótese de que todas as opções que estivessem disponíveis fossem exercidas em 31 de dezembro de 2017, a diluição do capital dos atuais acionistas seria de 0,43%.

	2017	
	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
Opções outorgadas	701.541	26,50
Opções em circulação no final do período	**701.541**	**26,50**

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 a Companhia reconheceu no resultado um montante de R$ 233 referente ao valor justo do plano. **(c) Programa de Incentivo Atrelado a Ações -** Foi aprovado pela Cia. Hering um Plano de Incentivo Atrelado a Ações na Assembleia Extraordinária de 04 de dezembro de 2017. No programa de incentivo de *matching* de ações, para cada ação ordinária da Companhia adquirida pelos Beneficiários, utilizando-se o percentual de sua remuneração variável anual paga pela Companhia e até o limite estabelecido nos seus respectivos contratos de adesão, a Companhia outorgará ao Beneficiário o direito de receber gratuitamente entre 0,5% e 1,25% em ações ordinárias da Companhia ("*Matching*"), conforme os termos estabelecidos nos respectivos Programas e Contratos de Adesão, podendo ser liquidável em ações ou liquidável em caixa. A transferência da propriedade das ações ordinárias outorgadas aos Beneficiários a título de *Matching*, uma vez observadas as condições estabelecidas no Plano e respectivo Programa, será realizada em um único lote, após 4 (quatro) ou 5 (cinco) anos, conforme definido em cada contrato de adesão, a contar da data da outorga. No exercício de 2017 não houve ações outorgadas como parte deste programa e portanto, sem impactos contábeis.

28. RECEITA OPERACIONAL

A receita líquida da Companhia possui a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita de venda mercado interno	1.480.137	1.445.454	1.483.920	1.449.575
Receita de venda em lojas próprias	349.725	291.436	349.725	291.436
Receita de venda mercado externo	50.275	42.108	50.275	42.108
Receita de *royalties*	17.627	18.020	17.627	18.020
Devoluções	(59.905)	(52.707)	(59.905)	(52.707)
Receita bruta de vendas	**1.837.859**	**1.744.311**	**1.841.642**	**1.748.432**
Ajuste a valor presente - Receita	(46.787)	(42.323)	(46.787)	(42.323)
Abatimentos e Repasse IBCC (Instituto Brasileiro de Controle do Câncer)	(3.647)	(4.700)	(3.647)	(4.700)
Impostos sobre as vendas	(228.673)	(226.039)	(228.887)	(226.272)
Deduções da receita	**(279.107)**	**(273.062)**	**(279.321)**	**(273.295)**
Receita líquida	**1.558.752**	**1.471.249**	**1.562.321**	**1.475.137**

29. CUSTOS DOS BENS OU SERVIÇOS VENDIDOS

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Matéria prima e material de revenda	470.169	477.463
Salários, encargos e benefícios	175.473	173.854
Depreciação	28.505	28.080
Mão-de-obra terceirizada	148.649	164.553
Energia	10.832	11.782
Outros Custos	38.645	37.379
	872.273	**893.111**

30. DESPESAS COM VENDAS

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Despesas comissões s/vendas	55.803	56.594
Despesas fretes s/vendas	38.958	40.827
Despesas com pessoal	90.727	80.681
Despesas com propaganda e publicidade	52.976	49.603
Despesas com locação de imóveis	44.317	37.481
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.361	11.922
Despesas com amostras e desenv. de produtos	15.205	14.563
Despesas com viagens e estadias	7.849	7.352
Despesas com serviços de terceiros	16.981	17.008
Outras despesas	15.248	9.313
	350.425	**325.344**

31. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Despesas com pessoal	26.600	24.336	26.621	24.336
Despesas com serviços de terceiros	12.897	9.311	12.897	9.311
Despesas com propaganda institucional	1.598	1.724	1.598	1.724
Despesas com doações	5	272	5	272
Despesas com serviços de TI	3.758	2.858	3.758	2.858
Despesas com viagens	1.332	1.258	1.332	1.258
Despesas com locação	2.270	2.027	2.270	2.027
Outras despesas	2.671	2.786	2.693	2.815
	51.131	**44.572**	**51.174**	**44.601**

32. OUTRAS (DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Outras receitas operacionais				
Créditos tributários (a)	4.495	6.767	4.495	6.767
Indenização recebida de sinistro	1.117	2.020	1.117	2.020
Receita venda de imobilizado, intangível e bens destinados à venda	291	1.934	291	1.934
Empréstimos Compulsório (b)	8.048	-	8.048	-
Outras	5.967	1.957	5.967	1.957
	19.918	**12.678**	**19.918**	**12.678**
Outras despesas operacionais				
Constituições e reversões de provisões trabalhistas e cíveis	(7.085)	(4.214)	(7.085)	(4.214)
Plano de ações	(4.730)	(5.516)	(4.730)	(5.516)
Avaliação atuarial plano de saúde e previdência	(103)	14.375	(103)	14.375
Custo referente baixa de imobilizado/intangível	(843)	(1.995)	(843)	(1.995)
FUNDEFTE - Goiás	-	(1.098)	-	(1.096)
Indenizações trabalhista (c)	(2.207)	(10.520)	(2.207)	(10.520)
Fundo Protege Goiás (d)	(17.624)	(22.002)	(17.624)	(22.002)
Indenização Representantes	(3.233)	-	(3.233)	-
Outras	(4.756)	(4.777)	(5.604)	(5.218)
	(40.581)	**(33.749)**	**(41.429)**	**(36.186)**
Outras (despesas) e receitas operacionais líquidas	**(20.663)**	**(23.087)**	**(21.511)**	**(23.508)**

(a) Em 2017 refere-se principalmente à créditos do RAT(Risco Ambiental do Trabalho) e INSS Cooperativas. Em 2016 refere-se principalmente à créditos PIS e COFINS extemporâneos. **(b) Refere-se à** crédito remanescente de discussão judicial conforme descrito na nota explicativa 12. (c) Indenização trabalhista referente reorganização da estrutura. (d) Refere-se ao Fundo Protege Goiás, que corresponde ao percentual de 15% aplicado sobre o valor do incentivo fiscal utilizado pelo contribuinte conforme Lei nº 14.469 de 16/07/2003.

33. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas financeiras				
Juros sobre operações financeiras	20.347	27.525	20.347	27.525
Juros sobre tributos recuperados	2.343	6.660	2.343	6.660
Ajuste a valor presente	46.642	44.529	46.642	44.529
Outras receitas	14.749	12.197	14.793	12.253
Empréstimo Compulsório (a)	22.654	-	22.654	-
Receitas com derivativos	156	-	156	-
Variação cambial ativa, líquida	820	-	858	-
	107.711	**90.911**	**107.793**	**90.967**
Despesas financeiras				
Juros sobre operações financeiras	(3.070)	(755)	(3.070)	(755)
Encargos financeiros sobre tributos	(524)	(2.262)	(524)	(2.262)
Ajuste a valor presente	(18.063)	(24.388)	(18.063)	(24.388)
Despesa com derivativos	-	(4.851)	-	(4.851)
Atualização provisões para riscos	(696)	(160)	(696)	(160)
IOF sobre operações financeiras	(70)	(81)	(70)	(81)
Outras despesas	(6.217)	(8.156)	(6.261)	(8.194)
Variação cambial passiva líquida	-	(3.273)	-	(3.598)
	(28.640)	**(43.926)**	**(28.684)**	**(44.289)**
Resultado financeiro líquido	**79.071**	**46.985**	**79.109**	**46.678**

(a) Refere-se à crédito remanescente de discussão judicial conforme descrito na nota explicativa 12.

34. DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Impostos correntes:				
Contribuição social	(5.134)	664	(5.243)	545
Imposto de renda	(13.562)	1.526	(13.847)	1.221
	(18.696)	**2.190**	**(19.090)**	**1.766**
Impostos diferidos:				
Contribuição social	1.068	29	1.068	29
Imposto de renda	2.946	22	2.946	22
	4.014	**51**	**4.014**	**51**

(b) Reconciliação da aliquota efetiva do imposto

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro líquido antes de impostos	278.463	197.176	278.857	197.600
Alíquota vigente:	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente	(94.677)	(67.040)	(94.811)	(67.184)
Efeito fiscal das adições e exclusões permanentes:				
Resultado de participação em controladas	779	899	-	-
Subvenção para investimento (i)	51.102	44.277	51.102	44.277
Juros sobre capital próprio	28.899	28.588	28.899	28.588
Passivo atuarial benefícios a empregados	-	(4.888)	-	(4.888)
Incentivos PAT, Lei Rouanet e FIA	1.166	-	1.166	-
Outras adições (exclusões) permanentes	(1.951)	405	(1.432)	1.024
Imposto de renda e contribuição social	**(14.682)**	**2.241**	**(15.076)**	**1.817**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(18.696)	2.190	(19.090)	1.766
Imposto de renda e contribuição social diferido	4.014	51	4.014	51
Alíquota efetiva	5%	-1%	5%	-1%

(i) Refere-se aos benefícios fiscais, mencionados na nota explicativa 19.

continua...

Cia.Hering | Aqui, a gente veste a vida!

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Composição dos impostos diferidos no resultado do exercício

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Constituição sobre adições temporárias	12.302	(1.111)
Reversão sobre exclusões temporárias	(79)	(343)
Constituição sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	(8.332)	1.388
Realização da correção monetária do ativo próprio	123	117
	4.014	**51**

35. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

(a) Lucro básico por ação - O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	Consolidado	
	2017	2016
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	263.781	199.417
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias - milhares	161.248	162.010
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em tesouraria - milhares	(127)	(1.132)
	161.121	**160.878**
Lucro básico por ação - R$	**1,6372**	**1,2396**

(b) Lucro diluído por ação - O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas. A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais dilutivas que se refere a opção de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados as opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra de ações.

	Consolidado	
	2017	2016
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	263.781	199.417
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação - milhares	161.121	160.878
Ajuste por opções de compra de ações - milhares	3.404	3.943
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação - milhares	164.525	164.821
Lucro diluído por ação - R$	**1,6033**	**1,2099**

36. ARRENDAMENTOS MERCANTIS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía 92 (87 em 31 de dezembro de 2016) contratos de locação para suas unidades comerciais, industriais e administrativas. Em atendimento à Deliberação CVM nº 554/08 e a norma internacional IAS 17, a Companhia analisou os referidos contratos e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das unidades comerciais (lojas), em sua maioria, preveem uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo, sendo a obrigação mensal da Companhia, pagar o maior valor entre ambos. Além disso, alguns contratos preveem o pagamento adicional relativo ao mês de dezembro. Os valores mínimos a pagar dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação e alguns contratos preveem reajustes escalonáveis durante o prazo de vigência do contrato. Os contratos, em sua maioria, possuem prazos de duração de cinco anos com a opção de renovação após essa data. Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis, considerando os pagamentos adicionais e os reajustes escalonáveis, estão segregados da seguinte forma:

	Consolidado	
	2017	2016
Até um ano	33.116	29.000
Acima de um ano e até cinco anos	39.486	48.598
Acima de cinco anos	1.124	1.638
	73.726	**79.236**

A Companhia reconheceu os seguintes valores com operações de arrendamento mercantil operacional (pagamentos mínimos acrescidos de alugueis percentuais sobre vendas) em despesas de vendas, administrativas e custos:

	2017	2016
Despesas com arrendamento mercantil operacional	51.793	44.671

37. SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como têxtil, o qual abrange a produção e a comercialização de artigos de vestuário e acessórios. A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos. Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, mercados ou canais de venda;
- as suas unidades fabris operam para todas as suas linhas de produtos, mercados e canais de venda;
- as decisões estratégicas da Companhia estão embasadas em estudos que demonstram oportunidades de mercado e não apenas no desempenho por produto, marca ou canal.

Os produtos da Companhia são distribuídos por marcas e canais diferentes (Marca: Hering, Hering Kids, PUC e DZARM. e Canal: Multimarca, Franquias, Lojas Próprias e *Webstore*), no entanto, são controlados e gerenciados pela administração como único segmento, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma centralizada. Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta mercado interno consolidada por marca e canal de distribuição, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
Marca	2017	2016
Hering	1.321.317	1.270.664
Hering Kids	243.537	218.233
PUC	120.065	118.663
DZARM.	71.495	64.603
Outras	34.953	34.161
Receita bruta mercado interno	**1.791.367**	**1.706.324**
Receita bruta mercado externo	**50.275**	**42.108**
Receita bruta total	**1.841.642**	**1.748.432**

	Consolidado	
Canal	2017	2016
Multimarcas	760.191	722.669
Franquias	632.470	646.043
Lojas próprias	318.952	265.424
Webstore	44.801	38.027
Outras	34.953	34.161
Receita bruta mercado interno	**1.791.367**	**1.706.324**
Receita bruta mercado externo	**50.275**	**42.108**
Receita bruta total	**1.841.642**	**1.748.432**

As receitas líquidas no mercado interno e externo estão apresentadas abaixo:

	Consolidado	
	2017	2016
Receita bruta mercado interno	1.791.367	1.706.324
Receita bruta mercado externo	50.275	42.108
Receita bruta	**1.841.642**	**1.748.432**
Deduções da receita	(279.321)	(273.295)
Receita líquida	**1.562.321**	**1.475.137**

A receita no mercado externo não está sendo demonstrada separadamente por área geográfica, pois representa em 31 de dezembro de 2017 apenas 3,22% (2,85% em 31 de dezembro de 2016) do total da receita líquida (saldos da controladora e consolidado). Não há clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 10% das vendas no mercado interno e externo.

38. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 142.188 para danos materiais, R$ 213.180 para lucros cessantes e R$ 27.000 para responsabilidade civil.

39 DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

DIRETORIA

Fábio Hering - Diretor Presidente
Cristina Carasia Marques - Diretora de Gestão de Pessoas e de Organização
Edgar de Oliveira Filho - Diretor Industrial
Edson Amaro - Diretor de Marcas
Rafael Bossolani - Diretor de Finanças e de Relações com Investidores
Marciel Eder Costa - Diretor Administrativo
Moacyr José Matheussi - Diretor de Suprimentos
Ronaldo Loos - Diretor Comercial
Felipe Correa Pivatelli - Diretor de Varejo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ivo Hering - Presidente
Fábio Hering - Conselheiro
Marcelo Pereira Lopes de Medeiros - Conselheiro
Marcio Guedes Pereira Junior - Conselheiro
Marcos Barbosa Pinto - Conselheiro
Patrick Charles Morin Junior - Conselheiro
Fabio Colletti Barbosa - Conselheiro

Cleonice Ghidolin Destri - Contadora CRC-SC nº 27.477/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas Conselheiros e Administradores da

Cia Hering
Blumenau - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cia. Hering (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cia. Hering em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Benefícios a empregados

Consulte as notas explicativas 3.k e 22 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
A Companhia patrocina planos de previdência de benefício definido e de contribuição definida para seus funcionários. Os planos classificados como benefício definido podem gerar passivos relevantes, os quais são calculados com base em premissas atuariais. As obrigações desses planos são calculadas com referência a premissas atuariais, incluindo, entre outras, taxas de desconto, tábua de mortalidade pós-aposentadoria, expectativas de vida. Devido à relevância e julgamento envolvido na determinação das estimativas efetuadas para mensurar o valor líquido de passivo dos planos de pensão de benefício definido da Companhia e do impacto que eventuais mudanças nas premissas usadas na mensuração desse valor teriam nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, consideramos esse assunto como relevante para a nossa auditoria.	Com o apoio dos nossos especialistas atuariais, analisamos se o estudo atuarial foi elaborado de forma consistente com as práticas e metodologias de cálculos normalmente utilizadas, analisamos a razoabilidade das premissas utilizadas na determinação do valor líquido de passivo de benefício definido da Companhia e comparamos essas premissas com as expectativas e informações de mercado existentes na data-base das demonstrações financeiras. Avaliamos também a análise de sensibilidade das principais premissas e a razoabilidade dos cálculos matemáticos. Adicionalmente, analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão adequadas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as premissas utilizadas na determinação do passivo atuarial no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 13 de fevereiro de 2017, que não conteve nenhuma modificação.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais

continua...

Cia.Hering | Aqui, a gente veste a vida!

...continuação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 16 de fevereiro de 2018

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Marcelo Lima Tonini
Contador CRC PR-045569/O-4 T-SC

www.ciahering.com.br

Rua Hermann Hering, 1790 - Bom Retiro - CEP: 89010-900 - Blumenau - Santa Catarina - Telefone: +55 (47) 3321-3544

BALANÇO

FAÇA COMO DIZ A LEI:

PUBLIQUE EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO

Lei 8.666/1993
Circulação auditada pelo IVC

ANUNCIE:
(47) 3221-1402

SANTA

SINPEB - SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO DE BLUMENAU

CNPJ. 83.099.903/0001-07 - SEDE: Rua 15 de Novembro,550 - sala 407 - Fone: 3326-4249 - Blumenau /SC.

EDITAL

Em cumprimento ao que dispõe a legislação em vigor, tornamos público que no dia 27 de Fevereiro de 2018, foram eleitos os membros da administração e de representação deste Sindicato, assim distribuídos: Para a Diretoria: Julio Cesar Zimmermann, Jorge Luiz Rodacki, Douglas Werner Heckmann, Itamar de Miranda, Lúcio Waltrich, José Pedro Theiss, Celso Rizotto, Mário Clóvis Cardoso, Cristina Seidelmann Schweder, Luciana Tiefensee, Helio Bailer, Ricardo Mahle, Horst Wartha, Luiz Vicente Rodacki, Ditter Erhard Grimm, Renato Schlemper, Moacir José Valmorbida, Demétrio Sandro Lima, e Marlene Miche Von Gilsa. Conselho Fiscal – Efetivos: Ilson Dalcastagne, Elizandro Peruzzo e Carmen Delling. Suplentes: Paulo Eduardo Oste, Valdemiro Martendal e Mauricio Scheller. Para Delegados Representantes - Efetivos: Júlio César Zimmermann e Henrique Isleb. Suplentes: Jorge Luiz Rodacki e Douglas Werner Heckmann.

Os membros acima, eleitos para a administração e representação deste Sindicato, serão empossados no dia 15/03/2018. Blumenau, 28 de Fevereiro de 2018.

Júlio César Zimmermann - Presidente

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2018

CONCORRÊNCIA Nº 40/2018

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA, objetivando a PERMISSÃO REMUNERADA DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO, PARA UTILIZAÇÃO DE ÁREA DESTINADA AO FUNCIONAMENTO DE RESTAURANTE CONTENDO 590 M², A TÍTULO PRECÁRIO, VISANDO A EXCLUSIVIDADE NO PREPARO E VENDA DE REFEIÇÕES (BUFFET) E CAFÉ COLONIAL, QUE SERÃO COMERCIALIZADAS NA 16° FERRORIZ, A QUAL OCORRERÁ ENTRE 26 DE ABRIL A 01 DE MAIO DE 2018. **CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES:** até às 08h00min do dia 02/04/2018. **ABERTURA DA SESSÃO:** 13h30min do dia 02/04/2018. **INFORMAÇÕES:** a integra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 26 de fevereiro de 2018.

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA / PODER JUDICIÁRIO

Comarca - Balneário Camboriú / 1ª Vara Cível - Avenida das Flores, S/Nº, Bairro dos Estados - CEP 88339-900, Fone: (47) 3261-1717, Balneário Camboriú-SC - E-mail: balcamboriu.civel1@tjsc.jus.br - Juíza de Direito: Marisa Cardoso de Medeiros Chefe de Cartório: Caroline Pedrini Kemer

EDITAL DE CITAÇÃO - RITO ORDINÁRIO - COM PRAZO DE 20 DIAS

Imissão Na Posse n. 0303685-25.2016.8.24.0005 - Autor: José Paulo de Oliveira e outros / Réu: Santa Catarina Incorporadora Ltda., repr. p/ Janaína Aparecida de Lurdes Camara Silvestri e outros. Citando(a)(s): **SANTA CATARINA INCORPORADORA LTDA., REPR. P/ JANAÍNA APARECIDA DE LURDES CAMARA SILVESTRI**, CNPJ 05.356.897/0001-04, Rua Goiás, 130, por JANAINA AP. DE LURDES C. SILVESTRINI, Centro, CEP 85700-000, Barracão - PR. Pelo presente, as pessoas acima identificadas atualmente em local incerto ou não sabido, FICAM CIENTES de que neste Juízo de Direito tramitam os autos do processo epigrafado e CITADAS para responder à ação, querendo, em 15 dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte ao transcurso do prazo deste edital. ADVERTÊNCIA: Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações formuladas pelo autor (art. 344 do CPC). **Será nomeado curador especial no caso de revelia (art. 257, IV do CPC).** E para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, o qual será afixado no local de costume e publicado 1 vez(es), com intervalo de 0 dias, na forma da lei. Balneário Camboriú (SC), 21 de fevereiro de 2018.

Caroline Pedrini Kemer Chefe de Cartório. *Assina com autorização expressa Portaria nº 002/2014-GJ.* **Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça - Art. 212 DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE. Lei n. 11.419/2006, art. 1º, § 2º, III, "a"**

43 S/A GRÁFICA E EDITORA

CNPJ 82.641.606/0001-70

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, na Rua dos Caçadores, 1967, em Blumenau (SC), no dia 06 de abril de 2018, às 15 horas, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

A-ORDINÁRIA

1) Relatório de Administração, exame, discussão e votação do balanço geral, demonstrações financeiras e demais documentos relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.
2) Destinação do lucro do exercício.
3) Fixação da remuneração dos Administradores.

B-EXTRAORDINÁRIA

4) Proposta da Administração para elevar o capital de R$ 86.000.000,00 para R$ 91.000.000,00, mediante utilização de reservas e subscrição particular.
5) Deliberação sobre o credito a título de remuneração sobre o capital próprio.

Blumenau, 28 de fevereiro de 2018.
Marlo Germer – Diretor Presidente

AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede da Sociedade, na Rua dos Caçadores, nº 1967, em Blumenau (SC), os documentos a que se refere o Artigo 133, da Lei 6404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PARA CONSTITUIÇÃO DE MORA

JURACY KORMANN DUARTE, na qualidade de Oficiala do Registro de Imóveis da Comarca de Brusque, SC, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 26, parágrafo 4°, da Lei n° 9.514/97, bem como pelo credor do Contrato Por Instrumento Particular de Venda e Compra, garantido por Alienação Fiduciária Nº 171000424118, registrado no Livro 2-A, **Matrícula nº 67.278** deste Ofício, referente ao imóvel situado na **Rua Frederico Francisco Hoefelmann, 1000, apto 12, Bloco 10, Resid. Jd. Sesquicentenário, Limeira, Brusque, SC.**

PROCEDE A NOTIFICAÇÃO POR EDITAL

De **ALINE ALVES**, CPF n°: 073.655.849-70, portador(a) na C.I. n°: 10.219.181-1/SESP-PR, nascida em 18/05/1982, solteira, do lar, residente e domiciliada Rua Frederico Francisco Hoefelmann, nº 1000, apto 12, Bloco 10, Residencial Jardim Sesquicentenário, Bairro Limeira, nesta cidade e comarca de Brusque, SC, **E MARCOS ROBERTO SERPA**, Inscrito(a) no CPF n°: 063.698.469-96, portador(a) na C.I. n°: 4.802.098-2/SESP-SC, nascido em 30/04/1985, solteiro, pensionista, residente e domiciliado Rua Frederico Francisco Hoefelmann, nº 1000, apto 12, Bloco 10, Resid. Jd. Sesquicentenário, Limeira, nesta cidade e comarca de Brusque, SC.

Informo a V.S.ª, a inadimplência do Contrato acima mencionado, estando com parcelas vencidas, somando um débito no **valor de R$ 49.060,59 (quarenta e nove mil e cinqüenta reais e cinquenta e nove centavos)**, calculo este datado de **01/12/2017**, sujeito à atualização monetária, juros de mora e às despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, o(s) encargo(s) que vencer(em) no prazo desta Intimação.

Assim, procedo a **INTIMAÇÃO POR EDITAL** de Vossa Senhoria, por não ter sido localizado na notificação procedida pelo Ofício do Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas desta Comarca de Brusque, SC, para que se dirija à este Ofício de Registro de Imóveis, situado na Rua Henrich Ricardo Bruno Erbe, n° 25, Ed. Duo Office, Sala 209, Bairro Centro, CEP 88.350-020, Brusque/SC, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados da data desta publicação.

Nesta oportunidade, fica Vossa Senhoria cientificada que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor da Credora Fiduciária – **FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL - FAR** – nos termos do artigo 26, parágrafo 7°, da Lei Federal n° 9.514/97.

Caso Vossa Senhoria já tenha efetuado o pagamento do débito antes do conhecimento da presente Intimação, solicitamos a gentileza de desconsiderá-la, para todos os fins de direito. Brusque (SC), 14 de dezembro de 2017.

Juracy Kormann Duarte - Oficiala do Registro de Imóveis - Comarca de Brusque/SC

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PARA CONSTITUIÇÃO DE MORA

JURACY KORMANN DUARTE, na qualidade de Oficiala do Registro de Imóveis da Comarca de Brusque, SC, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 26, parágrafo 4°, da Lei n° 9.514/97, bem como pelo credor do Contrato Por Instrumento Particular de Venda e Compra, garantido por Alienação Fiduciária Nº 171000426992, registrado no Livro 2-A, **Matrícula nº 67.396** deste Ofício, referente ao imóvel situado na **Rua Frederico Francisco Hoefelmann, nº 1000, apto 24, Bloco 17, Residencial Jardim Sesquicentenário, Bairro Limeira, nesta cidade e comarca de Brusque, SC.**

PROCEDE A NOTIFICAÇÃO POR EDITAL

De **CARLA CRISTIAN CERVI**, Inscrito(a) no CPF n°: 026.843.879-07, portador(a) na C.I. n° 3.447.710-1/SESP/SC, brasileira, nascida 14/12/1977, solteira, professora, residente e domiciliada Rua Frederico Francisco Hoefelmann, nº 1000, apto 24, Bloco 17, Residencial Jardim Sesquicentenário, Bairro Limeira, nesta cidade e comarca de Brusque, SC.

Informo a Vossa Senhoria, a inadimplência do Contrato acima mencionado, estando com parcelas vencidas, somando um débito no **valor de R$ 45.691,37 (quarenta e cinco mil seiscentos e noventa e um reais e trinta e sete centavos)**, calculo este datado de **09/09/2017**, sujeito à atualização monetária, juros de mora e às despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, o(s) encargo(s) que vencer(em) no prazo desta intimação.

Assim, procedo a **INTIMAÇÃO POR EDITAL** de Vossa Senhoria, por não ter sido localizado na notificação procedida pelo Ofício do Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas desta Comarca de Brusque, SC, para que se dirija à este Ofício de Registro de Imóveis, situado na Rua Henrich Ricardo Bruno Erbe, n° 25, Ed. Duo Office, Sala 209, Bairro Centro, CEP 88.350-020, Brusque/SC, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados da data desta publicação.

Nesta oportunidade, fica Vossa Senhoria cientificada que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor da Credora Fiduciária – **FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL - FAR** – nos termos do artigo 26, parágrafo 7°, da Lei Federal n° 9.514/97.

Caso Vossa Senhoria já tenha efetuado o pagamento do débito antes do conhecimento da presente Intimação, solicitamos a gentileza de desconsiderá-la, para todos os fins de direito.

Brusque (SC), 13 de dezembro de 2017.

Juracy Kormann Duarte - Oficiala do Registro de Imóveis - Comarca de Brusque/SC

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PARA CONSTITUIÇÃO DE MORA

JURACY KORMANN DUARTE, na qualidade de Oficiala do Registro de Imóveis da Comarca de Brusque, SC, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 26, parágrafo 4°, da Lei n° 9.514/97, bem como pelo credor do Contrato Por Instrumento Particular de Venda e Compra, garantido por Alienação Fiduciária Nº 171000426459, registrado no Livro 2-A, **Matrícula nº 67.340** deste Ofício, referente ao imóvel situado na **Rua Frederico Francisco Hoefelmann, nº 1000, apto 44, Bloco 13, Residencial Jardim Sesquicentenário, Bairro Limeira, nesta cidade e comarca de Brusque, SC.**

PROCEDE A NOTIFICAÇÃO POR EDITAL

De **CRISTINA SILVEIRA DE CAMARGO**, inscrito(a) no CPF n°: 064.771.039-07, portador(a) na C.I. n°: 5.170.846-8/SESP-SC, brasileira, nascida em 24/03/1968, solteira, cabeleireira, residente e domiciliada Rua Frederico Francisco Hoefelmann, nº 1000, apto 44, Bloco 13, Residencial Jardim Sesquicentenário, Bairro Limeira, nesta cidade e comarca de Brusque, SC.

Informo a Vossa Senhoria, a inadimplência do Contrato acima mencionado, estando com parcelas vencidas, somando um débito no **valor de R$ 47.811,91 (quarenta e sete mil oitocentos e onze reais e cinqüenta e um centavos)**, calculo este datado de **09/09/2017**, sujeito à atualização monetária, juros de mora e às despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, o(s) encargo(s) que vencer(em) no prazo desta intimação.

Assim, procedo a **INTIMAÇÃO POR EDITAL** de Vossa Senhoria, por não ter sido localizado na notificação procedida pelo Ofício do Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas desta Comarca de Brusque, SC, para que se dirija à este Ofício de Registro de Imóveis, situado na Rua Henrich Ricardo Bruno Erbe, n° 25, Ed. Duo Office, Sala 209, Bairro Centro, CEP 88.350-020, Brusque/SC, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados da data desta publicação.

Nesta oportunidade, fica Vossa Senhoria cientificada que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor da Credora Fiduciária – **FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL - FAR** – nos termos do artigo 26, parágrafo 7°, da Lei Federal n° 9.514/97.

Caso Vossa Senhoria já tenha efetuado o pagamento do débito antes do conhecimento da presente Intimação, solicitamos a gentileza de desconsiderá-la, para todos os fins de direito.

Brusque (SC), 13 de dezembro de 2017.

Juracy Kormann Duarte - Oficiala do Registro de Imóveis - Comarca de Brusque/SC

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PARA CONSTITUIÇÃO DE MORA

JURACY KORMANN DUARTE, na qualidade de Oficiala do Registro de Imóveis da Comarca de Brusque, SC, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 26, parágrafo 4°, da Lei n° 9.514/97, bem como pelo credor do Contrato Por Instrumento Particular de Venda e Compra, garantido por Alienação Fiduciária Nº 171000425831, registrado no Livro 2-A, **Matrícula nº 67.411** deste Ofício, referente ao imóvel situado na **Rua Frederico Francisco Hoefelmann, 1000, apto 23, Bloco 18, Resid. Jd. Sesquicentenário, Limeira, Brusque, SC.**

PROCEDE A NOTIFICAÇÃO POR EDITAL

De **ANA LÚCIA SERAFIM LEMOS**, CPF n°: 022.586.940-70, portador(a) na C.I. n°: 3076009441/SJS-RS, nascida em 21/06/1971, solteira, do lar, residente e domiciliada Rua Frederico Francisco Hoefelmann, nº 1000, apto 23, Bloco 18, Residencial Jardim Sesquicentenário, Bairro Limeira, nesta cidade e comarca de Brusque, SC; **E DANIEL SILVA DA ROSA**, Inscrito(a) no CPF n°: 556.855.360-20, portador(a) na C.I. n°: 6.513.608/SESPDC-SC, brasileiro, nascido em 26/11/1969, solteiro, metalúrgico, residente e domiciliado Rua Frederico Francisco Hoefelmann, nº 1000, apto 23, Bloco 18, Resid. Jd. Sesquicentenário, Limeira, nesta cidade e comarca de Brusque, SC;

Informo a V.S.ª, a inadimplência do Contrato acima mencionado, estando com parcelas vencidas, somando um débito no **valor de R$ 44.743,83 (quarenta e quatro mil setecentos e quarenta e três reais e oitenta e três centavos)**, calculo este datado de **09/09/2017**, sujeito à atualização monetária, juros de mora e às despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da Intimação.

Assim, procedo a **INTIMAÇÃO POR EDITAL** de Vossa Senhoria, por não ter sido localizado na notificação procedida pelo Ofício do Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas desta Comarca de Brusque, SC, para que se dirija à este Ofício de Registro de Imóveis, situado na Rua Henrich Ricardo Bruno Erbe, n° 25, Ed. Duo Office, Sala 209, Bairro Centro, CEP 88.350-020, Brusque/SC, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados da data desta publicação.

Nesta oportunidade, fica Vossa Senhoria cientificada que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor da Credora Fiduciária – **FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL - FAR** – nos termos do artigo 26, parágrafo 7°, da Lei Federal n° 9.514/97.

Caso Vossa Senhoria já tenha efetuado o pagamento do débito antes do conhecimento da presente Intimação, solicitamos a gentileza de desconsiderá-la, para todos os fins de direito. Brusque (SC), 13 de dezembro de 2017.

Juracy Kormann Duarte - Oficiala do Registro de Imóveis - Comarca de Brusque/SC